

ISSN 1806-4906

04

Revista do



Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

Revista do GEL . V.4 . 2007

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

REVISTA DO GEL

ISSN 1806-4906

Revista do GEL	Araraquara-SP	V.4	p.1-210	2007
----------------	---------------	-----	---------	------

Revista do GEL
Rodovia Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – Araraquara-SP
revistadogel@fclar.unesp.br

Comissão Editorial
Alessandra Del Ré
Arnaldo Cortina
Cristina Altman
Cristina Carneiro Rodrigues
Olga Ferreira Coelho
Tânia Maria Alkimin

Editor Responsável
Alessandra Del Ré

Assessoria Técnica
Gráfica O Expresso

Editoração Eletrônica e Capa
Grafica O Expresso

Revisão de Língua Portuguesa
Guilherme Cuchierato

Revisão de Língua Inglesa
Kledson Walter Pires

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (UNICAMP), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona-Espanha), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges-França), José Borges Neto (UFPR), Kanavilil Rajagopalan (UNICAMP), Lourenço Chacon (UNESP-Marília), Marco Antonio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (UNESP-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora-Portugal), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Maria Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Oslo-Noruega), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain-Bélgica), Raquel Santana Santos (USP), Renata Coelho Marchezan (UNESP-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (UNESP-SJRP), Wilmar da Rocha Dangelis (UNICAMP).

Publicação anual/Annual publication
Solicita-se permuta/Exchange desired

REVISTA DO GEL / Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. – Vol. 1 (2004).
Araraquara, Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Anual
ISSN 1806-4906

SUMÁRIO

EDITORIAL.....07

ARTIGOS

OLHARES OBLÍQUOS DA MÍDIA IMPRESSA: A QUESTÃO
DA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Arnaldo Cortina e Maria Auxiliadora Brito-Silva.....09

A PASSIONALIDADE DISCURSIVA E SUAS DIMENSÕES
IDENTITÁRIAS

Luiz Antonio Ferreira e Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela.....27

RECONSTRUÇÃO LEXICAL DO PORTUGUÊS ANTIGO
PAULISTA

Mário Eduardo Viaro.....39

CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL BRÉAL PARA A PRAGMÁTICA
E PARA A SEMÂNTICA LEXICAL

Márcia Sipavicius Seide.....55

A ARGUMENTATIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DA
SIGNIFICAÇÃO COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
CONCEPTUAL

Renata Amaral Teixeira e Maria Regina de C. Caseiro Oliveira.....83

“O JOÃO FUMA MAIS DO QUE O PEDRO” - UM
EXERCÍCIO DE ANÁLISE SEMÂNTICA

Roberta Pires de Oliveira, Renato Miguel Basso e Luisandro Mendes
de Souza.....105

GÊNEROS TEXTUAIS E RELAÇÕES DE PODER NA
COMUNIDADE ACADÊMICA

Vicentina Ramires.....129

TEMPO E REFERÊNCIA: A QUESTÃO DOS DOIS
PRETÉRITOS EM ESPANHOL

Leandra Cristina de Oliveira e Luizete Guimarães Barros.....149

O SISTEMA VOCÁLICO ALEMÃO

Carine Haupt.....159

POSTCOLONIALITY AS TRANSLATION IN ACTION

Kanavillil Rajagopalan.....169

RESENHA

MISSIONARY LINGUISTICS II. LINGÜÍSTICA
MISIONERA II. ORTOGRAPHY AND PHONOLOGY

por Luciana Gimenes.....189

ÍNDICE DE ASSUNTOS

SUBJECT INDEX

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX

EDITORIAL

Escrever um editorial é sempre um desafio, pois sendo o *cartão de visita* dos artigos publicados ele deve, em poucas palavras, ser fiel à sua essência e, ao mesmo tempo, aguçar no leitor a curiosidade e despertar o desejo de ler...

Este é o quarto número da *Revista do GEL*, que foi proposta durante a décima oitava assembléia geral ordinária, realizada durante o XLIX Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, em 2001. Desde então, temos lidado com as instabilidades que costumam cercar os processos de produção editorial de modo geral, lutando para garantir uma periodicidade que possa lhe proporcionar maior visibilidade e reconhecimento nas áreas de Letras e Lingüística, e, atualmente, para indexá-la nas principais bases.

Nesse intervalo de quatro anos, muitas investigações em torno da linguagem foram feitas e buscando uma sintonia com o contexto dessas produções, a *Revista do GEL*, espaço de comunicação dos resultados de pesquisas, palco de saudáveis discussões, procura retratar, por meio de uma rigorosa seleção feita por seu Conselho Editorial e colaboradores *ad hoc* – de constituição diversificada, tanto em termos de representações institucionais, como no que diz respeito a suas áreas de especialização – o que vem acontecendo ao longo desse período.

Assim, a presente edição, composta por 11 textos, dentre eles 10 artigos e 1 resenha, inicia-se com a instigante discussão de *Arnaldo Cortina e Maria Auxiliadora Brito-Silva* sobre os mecanismos constitutivos da linguagem jornalística da região do Pontal do Paranapanema, ao longo de 2002. Em seguida, *Luiz Antônio Ferreira e Maria Flávia de F. P. Bollela* fazem uma leitura, à luz da Retórica, sobre o ciúme expresso na canção popular de Caetano Veloso. No terceiro artigo, *Mário Eduardo Viaro* discute o problema da reconstrução lingüística do antigo português paulista.

Os textos seguem, com a análise de *Márcia Sipavicius Seide*, trazendo as contribuições do lingüista francês Michel Bréal para a Semântica Lexical e para a Pragmática. Também numa perspectiva semântica e de escolhas

lexicais, mas considerando as relações de sintaxe, *Renata Teixeira Amaral e Maria Regina de C. C. Oliveira*, à luz da teoria da Integração Conceptual, demonstram como se dá a construção da significação pela mente humana. Ainda com base na Semântica, *Roberta P. de Oliveira, Renato M. Basso e Luisandro M. de Souza* problematizam o fenômeno semântico responsável pelas possibilidades de interpretações de sentenças comparativas verbais, como no caso de "João Fuma mais do que Pedro".

Vicentina Ramires, por sua vez, volta sua atenção para a comunidade acadêmica e apresenta como resultado da análise de dados oficiais a falta de acesso dos alunos a formas de produção de gêneros, bem como o fato de eles serem subestimados pelos professores.

Com relação ao estudo das línguas estrangeiras, primeiramente, *Leandra C. de Oliveira e Luizete G. Barros* analisam, a partir de notícias de jornais virtuais da Espanha e de cinco países da América Latina, as diferentes manifestações dos dois pretéritos na conjugação castelhana. A seguir, o sistema vocálico alemão é explicado de maneira simplificada por *Carine Haupt*.

O último artigo, de *Kanavillil Rajagoplan*, privilegia o fenômeno da hibridização crescente de línguas no mundo inteiro e, a partir disso, as implicações para as teorizações feitas sobre tradução.

Por fim, como dissemos, contamos novamente com a seção "resenha" que, neste número, se dedica a divulgar a obra de C. Altman e O. Zwartjes, *Missionary Linguistics II*, a partir da avaliação de *Luciana Gimenes*.

Agradecemos a todos(as) os(as) autores(as) que submeteram seus textos à apreciação, aos pareceristas pelo olhar atento e crítico às idéias apresentadas neste exemplar, à Comissão Editorial pelas sugestões nas soluções de impasses, e a Arnaldo Cortina, Presidente do GEL, por seus sábios e sensatos conselhos e sugestões para o bom andamento desta edição. Desejamos que esta Revista possa ensejar uma boa leitura, criar caminhos para novas e futuras investigações e, sobretudo, incitar novos desafios...

Alessandra Del Ré
Editora responsável

OLHARES OBLÍQUOS DA MÍDIA IMPRESSA: A QUESTÃO DA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Arnaldo CORTINA¹

Maria Auxiliadora BRITO-SILVA²

■ **RESUMO:** Este artigo resulta de um trabalho mais amplo de pesquisa que examina a produção do sentido sobre a temática da terra em dois jornais da região do Pontal do Paranapanema, ao longo de 2002. Tomando por base os pressupostos teóricos da semiótica francesa, inicialmente discutem-se os mecanismos constitutivos da linguagem jornalística e, num segundo momento, apresenta-se a análise de uma primeira página do jornal *O Imparcial*, de 30 de março de 2002.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Enunciação. Ideologia. Objetividade. Sentido. Subjetividade.

O que pedem os fatos ao olhar do leitor de um jornal diário? Que desvele os meios invisíveis pelos quais eles são visíveis a seus olhos? Que mostre como eles se entretecem para construir uma suposta “realidade”?

Partindo da hipótese de que a enunciação é o “conceito-chave para a explicação do discurso e de suas relações com as condições sócio-históricas de produção e recepção” (BARROS, 1988, p.142), tencionamos examinar neste artigo a visão da mídia impressa de uma região do Estado de São Paulo sobre a temática da terra, com base no aparato conceitual e metodológico da semiótica de linha francesa. Além disso, na esteira do

¹ Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara – CEP: 14801-450, Araraquara, SP, Brasil. E-mail: cortina@fclar.unesp.br.

² Curso de Comunicação Social – Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Ribeirão Preto, SP, Brasil. E-mail: dorabs@hotmail.com.

estudo de Discini (2003) sobre estilo nos textos jornalísticos, ao tratar do *ethos* na imprensa séria e na sensacionalista e ao examinarmos uma primeira página do jornal *O Imparcial*, na segunda parte deste artigo, estaremos, de certo modo, examinando o *ethos* desse jornal, a imagem de seus enunciadores (BRITO-SILVA, 2006).

Produção de sentido no jornal: considerações sobre a linguagem jornalística.

Objeto da construção jornalística, o discurso da/sobre a *terra* resulta de um certo número de operações implicadas no jogo da escritura dos acontecimentos, que envolve procedimentos que obedecem a sucessivas reescrituras. É um objeto semiótico que, para além dos fatos, tem também a realidade própria do veículo, que deve ser levada em conta em toda leitura. Segundo Mouillaud (1997, p.25), a disposição das notícias é feita “ao custo de uma série de operações que afetam formas e conteúdos. Um conjunto de marcas faz da página do jornal diário não apenas um texto, mas uma ‘área espacial’”.

As afirmações de Mouillaud (1997) levam-nos a ver que a complexidade da trama do sentido põe-nos diante da necessidade de tratar o que poderíamos chamar de *morfologia* dos jornais para descrever a materialidade dos dois veículos em questão: papel, formato, diagramação etc. Como uma entidade técnica, essa materialidade não pode ser pensada como um mero “dispositivo”, estranho ao sentido, mas constitutivo dele, já que todo discurso jornalístico não está solto no espaço, mas envolvido nos dispositivos próprios do veículo. Seria bastante redutor propormos uma leitura dos jornais a partir da dicotomia “dispositivo” e “conteúdo” como se se tratasse de dois planos: um externo (suporte/embalagem: formato, diagramação etc.) e outro interno (idéias/conteúdo). Estamos considerando o dispositivo como uma forma, que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo. Não se trata de um “suporte”, mas de uma matriz que impõe formas.

Organizados os temas e os subtemas, selecionamos os textos para o *corpus*, observando a modalidade do gênero, tendo em vista a classificação adotada pelos jornais diários da mídia impressa: editorial, charge, artigo, reportagem etc. Essa divisão já faz parte da construção do jornal, que tem espaço reservado para todos esses gêneros. Geralmente obedecendo à polêmica divisão entre os conceitos de texto de informação e texto de

opinião, as páginas estruturam-se para acolher o objeto textual. Ali, em cada página, disponíveis, costumeiros como em todo jornal diário, dá-se o contato com os fatos, a excitar o olhar do leitor. No objeto semiótico, saltam os fatos, a espalhar significados, construindo a materialidade jornalística, contaminados a cada ato verbal.

Em relação à notícia, os fatos sobre a temática da *terra* singularizam-se para serem desvelados pelo leitor assíduo e fiel, que a lê sem se preocupar em lhe haver atribuído julgamento e, desse modo, entra em relação com a significação do tema. Pelos fatos, aceita discordâncias, concorda com pontos de vista de que pode divergir. Segundo Bertrand (2003, p.405), “na definição estrutura da figuratividade, o termo ‘correspondência’ traz certas dificuldades”. Acaba naturalizando a idéia de que cada jornal estabelece “um vínculo de representação unívoca, mecânica e necessária entre formas fixas, mas deve-se considerar que a correspondência se faz “pelo crivo cultural” que torna possível a “legibilidade figurativa”. Aliás, a ninguém surpreende prestar atenção na relação entre coisas, pessoas ou fatos construídos pela linguagem jornalística. No entanto, sob o figurativo, subjaz o contrato fiduciário de confiança e crença entre os parceiros da comunicação de que o olhar que capta a suposta realidade factual não é a de um sujeito, mas de uma organização, capaz de pensar e dispor o ocorrido, viabilizando o que deve ser posto em circulação para ser conhecido. Ali, onde a visibilidade da linguagem põe a ver os fatos, é também o espaço de atuação dos sujeitos na sociedade.

A notícia é um texto, uma elaboração discursiva que fala de fatos. De acordo com o senso comum, a notícia objetiva é aquela que está em conformidade com o acontecimento, o fato de que trata. No entanto, não se pode perder de vista, conseqüentemente, que, sendo texto/discurso, não é o próprio fato.

Sem dúvida que o alto grau de elaboração dos textos jornalísticos remete seu leitor a uma concepção de verdade indiscutível. Voltamos a insistir, no entanto, que, considerando qualquer gênero textual, o que nos interessa é tão somente a realidade de palavras. Assim, o caminho a ser percorrido é o da interpretação. Na medida em que o sentido pressupõe um destino interpretativo, a questão é trazer para o seu centro aquele que pratica essa ação: o sujeito.

Para legitimarem sua mercadoria como confiável perante os consumidores, as empresas jornalísticas inauguram um novo modelo de

notícia pautado numa suposta imparcialidade e num pretensão equilíbrio. A primeira atribuiria ao produto jornalístico a idéia de isenção e de esforço, sem que se tome partido; o segundo insinuaria a intenção de promover o pluralismo e a integração de interesses. Impulsionadas pelo Positivismo, que marcou aquele período, e inspiradas no estilo funcional das agências de notícias, bem como no realismo fotográfico, ambas as noções evoluem, nos anos 20 e 30, para o conceito de objetividade. Além do culto aos fatos, o jornalismo deveria assumir a tarefa de reproduzir fielmente a realidade, por meio do testemunho desapassionado, sem preconceitos e livre de sentimentalismos. Para isso, seria ressaltada a dicotomia maniqueísta entre objetividade e subjetividade, ao mesmo tempo em que concepções como rigor, exatidão e honestidade passariam a ser evocadas e, em tese, incorporadas ao trabalho cotidiano de fabricar notícias.

A adoção do conceito de objetividade evidencia um novo estatuto para o jornalismo, no qual ele reivindica para si a condição de mediador, atuando como intermediário fidedigno entre os fatos reais e o público, e também a função de quarto poder, em que assume a responsabilidade e o dever de agir em defesa da emergente opinião pública. Segundo Baudrillard (1972), a idéia da objetividade como parâmetro para a prática jornalística ampara-se em pelo menos três frágeis formulações. A de que os jornalistas e os veículos de comunicação seriam observadores independentes; a de que a verdade dependeria da neutralidade do jornalista; e, a última, a de que o meio, quando utilizado corretamente, seria neutro. Apesar disso, o ideal da objetividade não deve ser visto apenas como uma autêntica confissão de fé na realidade objetiva. Precisa ser encarado, antes, como um método que serviu de resposta a uma conjuntura na qual nem mesmo os fatos eram dignos de confiança, sobretudo em função do surgimento das relações públicas e da eficácia da propaganda, verificada já durante a Primeira Guerra. (BAUDRILLARD, 1972).

Ao longo de seu desenvolvimento, o padrão da objetividade, pelo menos em sua versão genuína, vai-se diluindo. Segundo Traquina (1993), alguns fatores acabaram por revelar a debilidade do paradigma. Por um lado, esse desvelamento ocorreu no âmbito da própria prática jornalística, com a evolução dos meios de comunicação, em especial os audiovisuais; com o surgimento do jornalismo interpretativo, posto em prática, principalmente, pelas revistas semanais de informação geral; e com a crescente conscientização profissional do jornalista. Por outro, o público

também ampliou sua capacidade crítica, enquanto os estudos teóricos avançaram na compreensão do intrincado campo jornalístico.

As discussões sobre a questão da objetividade no discurso jornalístico prendem-se sempre à veracidade dos fatos e idéias que a imprensa veicula. Não vamos aqui discutir a não ser a construção linguageira que remete a verdades “de papel”, inseridas em formações discursivas, em ideologias por onde transita a concepção de verdadeiro e de verossímil. Essas verdades instauradas na/pela materialidade discursiva exigem um leitor pressuposto. Nenhuma informação é simplesmente decodificada; ela ganha sentido no (con)texto, isto é, no que vem antes e no que vem depois no enunciado; nas circunstâncias da enunciação, e naquilo que o receptor guarda na memória - o repertório de suas experiências, valores e conhecimentos .

As estratégias para instaurar o leitor iniciam-se na própria configuração física do jornal. Tomamos como nossas as palavras de Beth Brait em um de seus artigos sobre o texto jornalístico:

[...] um objeto descartável (isomórfico ao seu conteúdo, diriam alguns) [...], de fácil manuseio, nem colado, nem grampeado, apenas dobrado para ser manuseado à vontade, mas, ao mesmo tempo, organizado em cadernos temáticos que facilitam a localização dos assuntos. A diagramação, o tamanho das letras, a variabilidade de assuntos, e de tratamento a eles conferido, dão ao leitor a liberdade de transitar (livremente) pelas páginas, saltando o que não lhe agrada e detendo-se no que mais lhe atrai a atenção (BRAIT, 1994/1995, p.19).

Ainda na referida passagem, a autora fala sobre o leitor modelo na sua atividade de (des)construção do texto jornalístico: “implica a idéia de rápida assimilação de informações que, por isso mesmo, serão dosadas de forma a serem ou não aprofundadas, de acordo sempre com as previsões de tempo e interesse desse destinatário” (p.86). Em síntese, os pressupostos colocados para o leitor giram em torno da facilidade e detalhamento de informações, variabilidade e dosagem de assuntos e, conseqüentemente, objetividade, seriedade e respeito à necessidade de conhecimento.

A informação jornalística insere-se, assim, em um quadro complexo, já que parte do pressuposto de que a informação deve reportar-se à realidade - isto é, aos fatos e idéias situados em seu tempo e espaço. No entanto, não há a menor possibilidade de se codificar/decodificar simplesmente a realidade objetiva quando se trata de uma realidade de

palavras, fabricada por enunciadores, cuja leitura envolve percepção, portanto seleção, avaliação, contextualização etc., em que entra a subjetividade do enunciador. Ele é treinado para suprimi-la sempre que possível, mas é fato que um mesmo incidente será descrito com diferentes palavras - ou diferentes ordenações de sentenças - por sujeitos de culturas diferentes, por mais honestos e bem preparados que sejam, já que o percebem de maneira diferente.

Ao tratarmos da edição do texto jornalístico, estamos nos referindo à construção de uma realidade de linguagem a ser atualizada pelo olhar do leitor. Tornar visível é constituir um ato de ser ou de fazer de enunciadores modalizados pelo poder/dever. De acordo com a teoria semiótica, estamos nos referindo a predicados que sobredeterminam outros predicados. A modalização tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001). Indica um possível, um duplo sentido das condições do enunciador e da autorização. Assim, a informação editada é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido. Impostos à nossa visão como dêiticos sinalizadores: isto é verdade, isso deve ser visto/sabido, sempre num caráter imperativo.

A leitura, como uma construção a ser feita pelo destinatário, deve prever não apenas o que o jornal espera dele, ou seja, credibilidade, mas a atenção para os efeitos de sentido, para as significações organizadas no plano de expressão.

Para falar sobre o sentido construído pelo jornal, sabemos da necessidade de focalizar a cultura da mídia como um todo. Segundo Baccega (1998, p.22), a complexidade da mídia:

[...] reside exatamente no fato de, construindo significados no território que inclui cada um dos pólos – enunciador/emissor – enunciatário/receptor-, ela exige permanentemente a dialética entre o *já visto* e o *por ver*, ou seja, a *novidade* que responde pelas e alimenta as mudanças contínuas de identidade *versus* estabilidade que cada grupo social busca em sua dinâmica (BACCCEGA, 2001, p.22).

A autora chama a atenção para o fator “novidade”. Trata-se aí da notícia cuja finalidade é a de colocar em circulação aquilo que vai nutrir a curiosidade do leitor. Projetada sempre para o “novo”, a notícia jornalística mantém o interesse para um assunto que, mesmo quando se trata de algo

que já faz parte do conhecimento geral, o recurso da novidade da notícia pode ser eficaz na persuasão do leitor, mantendo-o fiel à leitura do veículo de comunicação.

Numa sociedade constituída por relações de poder, supõe-se que, por trás da busca de uma “verdade” imposta por certos gêneros discursivos, está a questão de um sujeito que, se escondendo ou se mostrando, constrói simulacros daquilo que exhibe, dissimula, apaga em qualquer enunciação e que pode vir à luz a partir de reflexões teóricas desenvolvidas pela linguagem, desfazendo qualquer fechamento de sentido.

Lippman (1972, p.149) adverte que “nem mesmo a testemunha ocular traça um quadro ingênuo da cena. Pois a experiência parece mostrar que ela própria traz à cena alguma coisa que dela retira mais tarde e o mais das vezes, o que supõe ser o relato de um acontecimento é, na realidade, uma transfiguração dele”.

A conclusão do autor é que os fatos que vemos dependem não só da posição em que nos encontramos, mas dos hábitos de nossos olhos. Implícita-se aí a questão dos estereótipos, ao se referir ao fato de que vemos a partir da sedimentação de estruturas significantes, condicionadoras de nosso olhar. Nesse sentido, haverá sempre um estado de tensão constante entre o *já visto* depositado na memória cultural e o *por ver*, que traz embutida a idéia das relações entre diferentes momentos: o presente contém o passado e o futuro. Compreende-se, então, que cada uma das enunciações jornalísticas não pode ser vista como independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e a tornam possível.

Como nos postulados de base da semiótica greimasiana, os dizeres nos levam a observar que o texto jornalístico está sendo reconhecido como um produto resultante da construção de um sujeito de linguagem.

A unidade do discurso da imprensa não provém de sua ordem interna, mas da ordem externa da diagramação, quando a escritura dos fatos leva à fragmentação em seqüências curtas e heterogêneas, tão diferentes da escrita literária e política predominante de épocas com exigência de textos longos.

Embora a linguagem verbal escrita apareça como a dominante, a linguagem visual conquista cada vez mais espaço na página, o que obriga o observador a enfrentá-la num sincretismo com o verbal. Dessa maneira, os modos de presença das imagens forçam a um tratamento da produção de sentidos pela junção dessas duas linguagens, a serem articuladas na leitura.

Instalados no espaço do jornal, os textos obedecem a particularidades enquanto gêneros: notícia, reportagem, editorial, entrevista, comentário, nota, resenha, etc, que devem ser percebidos como textos complexos. A linguagem visual - fotografia, ilustrações, disposição na página, etc - faz parte de toda a construção e interfere de forma decisiva não só na seleção e organização dos conteúdos, mas, sobremaneira, na articulação de mecanismos que ajudam a desnudar a aura de objetividade, conduzindo a leitura para o mundo da ambigüidade, da abertura, por onde entra o olhar do leitor.

A conformidade entre o texto da notícia e o fato não representa a adequação entre duas entidades distintas (língua e realidade dos fenômenos), mas enquanto relação entre sujeitos. Tem-se aí a interpretação, um movimento que aciona sujeitos, pressupondo uma relação dada na linguagem, entre o modo de dizer algo presente no mundo e que só aparece na condição de um fato jornalístico. Assim, ontologicamente, existe a possibilidade de o discurso falar de fatos, na medida em que o discurso é uma articulação lingüística, e é somente pela linguagem que os homens se relacionam com o mundo e, conseqüentemente, com os fatos.

Por ter o discurso como principal produto, é no processo de sua produção que se pode (des)estabilizar "conteúdos" condicionados em "embalagens" que simulam não deixar dúvidas quanto ao que carregam. Ora, por se tratar de um acontecimento discursivo, leva-nos à questão do sujeito, instância pressuposta do produtor/receptor que confere à materialidade jornalística a dimensão de palavra em ato, em funcionamento: produção e recepção, escrita, leitura e interpretação. O que se registra numa notícia não é um real existente, mas um processo colocado em andamento por um sujeito, um "eu" de cognição e de paixão. Trata-se, com efeito, de considerar a participação de sujeitos numa correlação entre a significação sensível da experiência perceptiva e a significação igualmente sensível da experiência discursiva.

Uma das questões centrais para a (des)construção do sentido no texto jornalístico é a focalização no processo da leitura. Como construção discursiva, o sujeito receptor é nomeado pelo processo de hierarquização e de funcionamento do contrato de leitura. Ao mesmo tempo em que é construído, tipificado pelo discurso, é também convocado a trabalhar no interior, em conformidade com as regras de um "contrato" estipulado pelo enunciador para interpretação da verdade do discurso.

Pela teoria semiótica, o fazer midiático de todo jornal é persuadir o sujeito para que ele queira ou deva entrar em conjunção com o objeto valor: informações sobre uma dada realidade. Para isso, entra em ação um destinador que manipula um destinatário para que queira entrar em conjunção com os saberes construídos pelo veículo midiático. O leitor do jornal (o destinatário), discursivizado como leitor fiel, entra em consonância com o destinador.

Ao afirmar que a semiótica dispõe de elementos para marcar a subjetividade em termos de uma tensividade fórica, Silva (1995, p.84), no capítulo que trata sobre a construção do sujeito, lança a pergunta "E a objetividade?". Questionando sobre as maneiras de enfocá-la, se "por uma visada discretizante, desenhando-lhe um perfil mórfico? Ou por uma visada tensivizante [...]", o autor explica que, à luz da primeira alternativa, "o objeto surgirá como algo estático, assubjetivo e anobjetivo, avalente". Conclui, então, que optar por tal concepção de objetividade, dentro da visada discretizante, seria "como que dar um passo atrás na história dos estudos da linguagem [...], voltar à orientação prevalente no estruturalismo dos anos 50 e 60, voltar à taxionomia."

Dentre as questões de cunho teórico postas por Assis (1995) sobre a subjetividade e objetividade, retomamos o questionamento sobre a tensividade fórica, na certeza de ser oportuno transcrever, a seguir, uma passagem em que cita Greimas.

Como o objeto é, de algum modo, o espelho do sujeito, poder-se-ia pensar em projetar esse arcabouço tímico-fórico no objeto? Falando das precondições da significação, Greimas e Fontanille (1991, p.25) dizem que é conveniente imaginar um patamar de 'pré-sentimento', o da tensividade fórica, em que se encontrariam, intimamente ligados um ao outro, o sujeito para o mundo e o mundo para o sujeito (p.85).

Com efeito, o mundo que o sujeito determina e dimensiona não se apresenta em sua totalidade. O que ele tem são apenas duas janelas de um olhar. Ainda que a ânsia pela totalidade esteja sempre a dominá-lo, não consegue mais do que captar fragmentos de um todo, que se estende diante do esforço objetivante. O olhar assujeita o indivíduo ao parcial, à particularidade, ao fracionado. Nessa dimensão, o discurso jornalístico não passa da construção de um saber limitado, mesmo no investimento de todo esforço para dar conta de toda a parte que lhe cabe nesse latifúndio da história, parcela real, fundamentada na legitimação da materialidade

jornalística. A coerência, assim, para análise desse discurso deve sustentar-se não por “uma taxionomia de valores” como propõe Assis (idem, p.86), mas por “uma pragmatologia, mais precisamente, por uma ideologia”. O semioticista afirma, ainda, que “nenhum objeto surge *ex nihilo* – ele ocupa um lugar no universo discursivo, que atua como um nicho ideológico, um ambiente, um domínio cultural”. Para tanto, apóia-se no pensamento do filósofo Henry Lefebvre: “construir um espaço é ocupá-lo”.

Desta forma, concluímos que a mídia não é o espelho do mundo, mas construtora de um mundo possível, espaço semiótico privilegiado onde todo e qualquer tipo de imposição arbitrária de representações permite esconder o princípio da dominação que se encontra em sua origem (da ordem da língua, da sociedade).

Na procura da significação da temática da “terra”, sobre a idéia de efeitos de sentido no mundo possível da sociedade agrária brasileira, deixamo-nos conduzir por alguns questionamentos. Onde terminaria ou começaria a relação do que é informação com o universo dos acontecimentos que envolvem o homem e a terra no Pontal do Paranapanema? Qual a dimensão de subjetividade nos dizeres que constroem os enunciados dos objetos semióticos analisados?

No empenho para a focalização que ofereça um direcionamento ao trabalho de organização discursiva do tema da terra no/do texto jornalístico, é que foi empregado o termo subjetividade. A partir da harmonia aparente da objetividade preconizada pela maioria dos gêneros da mídia impressa (notícia, editorial etc.), podemos dizer que a tensão entre o gênero e o fato/acontecimento, e entre estes e a cultura, é o que desencadeia a leitura da terra, que vem sempre determinada pela expressão fórica (euforia/disforia) da instância enunciativa.

As primeiras páginas dos jornais, normalmente, instalam/criam lugares de leitura, organizando os discursos nos espaços reservados nas páginas como um todo de sentido, podendo ser vistas em seu papel fundamental na organização do olhar do leitor. Mesmo que analisadas em partes (manchete, subtítulos, sobretítulos, imagens etc.), articulam-se num conjunto. Sob essa perspectiva, assim como os gêneros, podemos considerar a relevância desse primeiro espaço jornalístico, lugar para examinar a manipulação do leitor, conduzindo-o à percepção de imagens acerca das questões agrárias, do ponto de vista político, econômico e social da instância enunciativa.

Leitura de uma primeira página do jornal *O Imparcial*.



Figura 1 – *O Imparcial* – 30/03/2002

Na primeira página acima reproduzida, como a comandar o olhar do leitor, dois textos, à direita se juntam em torno da manchete *Fazendeiros se armam....* Como moldura, evocam o cenário de violência no Pontal. Sem marcas de presença do enunciador, constrói-se o tecido da isotopia desse tema e também o papel temático dos sujeitos envolvidos no processo da enunciação do texto.

Ao nos referirmos a “comando”, admitimos a manipulação de um sujeito que realiza um fazer persuasivo sobre o outro que deve reconhecer como dizeres verdadeiros: “Fazendeiros se armam no Pontal” e “Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”. Em se tratando de interação comunicativa, enunciador e leitor devem pertencer, ambos, ao

mesmo universo axiológico, compartilhando as mesmas crenças e os mesmos valores sociais. Nessa paridade ideológica, deve haver assim uma concordância quanto à sanção para as ações dos fazendeiros. O leitor deve ser conduzido para crer que os fazendeiros se armam porque existe motivo para isso.

Em seu papel de destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar seu interlocutor (o leitor da notícia) à crença da suposta “verdade” sobre os fatos, constrói uma isotopia da ação disfórica para inserir o ator “fazendeiros”. Actantes do percurso narrativo da luta pela terra, não há como negar a dimensão polêmica dessa narrativa. Na disputa pelo mesmo objeto-valor (a terra), comparecem “os fazendeiros” e “os sem-terra”. Há um episódio que envolve os atores enunciados “fazendeiros do Pontal” (“Na segunda feira, os sem-terra ocuparam uma fazenda em Teodoro Sampaio”). Atualizam-se, nesse percurso, “os fazendeiros”, no papel de sujeitos que estão sendo apartados de seu objeto-valor (a terra) pelos atores “sem-terra”, que desempenham a função de anti-sujeito. Função perturbadora na sociedade do Pontal, referenda a construção de uma isotopia temática da violência. Quanto mais se configura a presença do anti-sujeito, mais se configura o efeito de descontinuidade entre os actantes (fazendeiros e sem-terra) que participam dos percursos da busca pela terra.

Ao considerar os fatos em *Fazendeiros se armam no Pontal*, não se pode fazer nenhuma leitura que leve a sancionar negativamente os fazendeiros por sua ação de se armarem. Os dizeres não parecem deixar dúvida sobre a performance dos donos da terra cujo agir pela violência se justificaria. Mas, se considerarmos que pode haver brecha para o leitor lançar um outro olhar, que não coincida com o que se constrói enunciativamente, poderia ser levado à reprovação dessas ações, sancionando os fazendeiros negativamente.

Para que não ocorra essa possibilidade, é preciso construir o praxema estereotipado do anti-sujeito criminoso. Ao se acrescentar ao primeiro texto que segue à manchete e aos dizeres do subtítulo o texto *Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST*, o sujeito enunciator referenda os efeitos de sentido disfóricos (“invasões”, “ameaça”, “roubo”, “crime”) disseminados no espaço que ocupa toda a metade direita da página. Associado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), cria-se a isotopia da violência, do ativismo político da ilegalidade, da desordem

social. O nome "guerrilha" assegura tal isotopia em um quadro axiológico de julgamento que aponta para o perigo dos atentados, das revoltas populares, da subversão da ordem social. Materializa-se o discurso que endereça os semi-terra à condição da ameaça terrível para a sociedade, especialmente a do Pontal, na contraposição à dos fazendeiros. É direito dos donos da terra se protegerem contra aqueles que podem trazer a insegurança, a instabilidade da paz social. Nesse caso, o armamento dos proprietários rurais se justifica, visando ao combate do anti-sujeito (os semi-terra).

Considerando a manchete *Fazendeiros se armam no Pontal*, configura-se aí a presença do ator "fazendeiros". No plano do narrado temos um sujeito que se define por ter sua complementação sintática conduzida pelo predicado "se armam". Assim temos um sujeito que está em conjunção com o objeto valor (arma). Do ponto de vista semiótico, se o sujeito tem a posse de algo é porque quis ou, pelo menos, achou que devia. Além do querer e do dever, que já respondem por uma fase, origem dessa ação, está o respaldo de toda a competência de sujeitos que dispõem do poder para tanto. Assim, os fazendeiros quiseram se armar, pois supõe-se que deviam fazê-lo e, ocupando um lugar hierarquicamente superior ("os proprietários de terras da região"), têm poder para isso. Pela ação de se armarem, consubstanciam-se as condições para um fazer, assegurado pela posse do objeto "armas": eles tornam-se competentes para a ação da defesa da terra. E é nessa competência que está a origem do desenvolvimento das outras fases desencadeadoras da narrativa do conflito no Pontal. Ao se considerar legítima a posse das armas, institui-se simultaneamente um modelo narrativo que prevê a atividade de um sujeito que responde a injunções sociais pertencentes à ordem de onde emanam forças e influências de poderes preestabelecidos. De natureza cultural, trata-se de um plano axiológico representativo de um sistema de valores que impulsiona a ação de confronto, a que muitos outros textos das publicações de 2002, das duas empresas jornalísticas em questão, tratam como "verdadeiro clima de 'guerra'".

A articulação das figuras que sedimentam o discurso da disputa pela terra tanto pode ser pensada como uma rede de relações que dão suporte e organizam a ideologia que a enunciação quer transmitir, ou impor, como pode levar a imaginar algum recorte na organização dessa visão de mundo. Trata-se de articular a figurativização ("Fazendeiros se armam no Pontal")

a partir da suposição de um “abalo provocado pela intervenção do sujeito individual”, em que “novas figuras sensíveis que dão conta da perturbação sofrida pelos valores estabelecidos e pela vibração das valências vão sendo assimiladas”, [...] “segundo um gradiente de variação de intensidade”. (BERTRAND, 1996).

Ao desencadear a intervenção dos leitores, enquanto poderes constituídos na sociedade, lançando a dúvida quanto à confiabilidade dos valores convocados em discurso na página, observam-se a perturbação sofrida pelos valores fixos e a vibração das valências sobre os valores sociais.

Como construção discursiva capaz de provocar a adesão ou não do leitor, as figuras que manifestam a ideologia dos proprietários rurais (“Guerrilha colombiana dá assessoria política a lideranças do MST”, “Fazendeiros se armam no Pontal”) podem passar a ser vistas não a partir da analogia posta no texto. Assim, “a identidade da relação que reúne dois ou mais pares de termos” (GREIMAS & COURTÉS, [1985], p.20), de modo a articular os sentidos que estabelecem a necessidade das ações violentas dos fazendeiros em decorrência das ações dos sem terra, pode ser desestabilizada.

Nesse discurso dito “sem narrador”, o papel do enunciador é o de realizar um fazer interpretativo: um fazer-saber. Como grande responsável pela discursivização dos fatos que o leitor deve-saber, busca razões para justificar o enunciado *Os fazendeiros do Pontal se armam*, na organização do fio condutor de dizeres, implícitos a uma voz que soa para instaurar um ponto de vista diante do tema.

Sabemos que, para analisar a dimensão persuasiva desse discurso construído na página, devemos levar em conta os traços que permitem reconhecer que, na sua organização, subjaz um sujeito modalizado (movido pelo querer) pelo desejo de reforçar a imagem negativa dos anti-sujeitos (sem-terra), cujo fazer é visto como ilegal, visando a convalidar a ação dos fazendeiros. A seleção e a organização dos dados enunciados na página permitem-nos observar a construção da posição do jornal sobre esses dizeres, que tendem para a ilusão de ausência de um responsável por eles. Ao valer-se de um discurso em terceira pessoa, o enunciador distancia-se de seu dizer, obtendo com isso o efeito de sentido de objetividade. Referenda no segundo texto as regularidades das “escolhas” enunciativas, em que se expõe a restrição da legalidade aos sem-terra. Subjaz na página a categoria semântica fundamental (legalidade e ilegalidade) que orienta o

discurso da violência na luta pela terra. De um lado, os donos da terra, legalmente reconhecidos em seu direito de lutar por ela; do outro, os que devem ser impedidos disso. Assim, o percurso temático e figurativo é o lugar da determinação sócio-histórica do reconhecimento mútuo entre enunciador e enunciatário de que os integrantes do MST devem ser lidos como anti-sujeitos. As figuras relacionadas à contravenção da Colômbia concretizam o tema da subversão à ordem. Efetiva-se a manipulação do leitor, subtraindo qualquer possibilidade de leitura de uma imagem positiva dos sem-terra, qualquer possibilidade de serem considerados vítimas de uma ordem social nutrida pelo poder do dono da propriedade rural. A eles delega-se o poder-fazer – o de se armarem. Responsável pela interpretação do relato, o enunciatário leitor é levado a reconstruir o discurso que cria o efeito de verdade de que o fazendeiro deve responder pela ordem na sociedade e que, para isso, pode fazer uso da força, armando-se.

No texto que vem logo abaixo da manchete “Fazendeiros se armam no Pontal”, observamos se havia possibilidade de contrariar o projeto enunciativo, na tentativa de flagrar, no interior do enunciado, uma brecha onde fosse permitido ao leitor lançar um outro olhar sobre o discurso da violência no Pontal. Constatamos que, ocorrendo essa possibilidade, haveria uma descontinuidade no processo enunciativo, resultando numa ruptura de um contrato cujos dizeres devem ser assumidos como “verdadeiros”. O deslizamento do leitor teria como consequência a descontinuidade no percurso de leitura construído. Logo, para que não haja tal brecha, do ponto de vista da semiótica, a estratégia é acionar os recursos enunciativos. Construídos para seduzir o leitor, o sujeito enunciador, na eficácia de seu fazer (determinar a leitura do tema), postula a adequação do saber e do ver como condição da verdade do discurso efetuado, buscando a persuasão para que se aceite o ponto de vista de que o fazendeiro deve agir com violência.

Não se tratando apenas de uma primeira página, mas considerando todo um imaginário cultural, ou seja, todo o arquivo de linguagens disponíveis na cultura sobre a luta pela terra desde que entrou em cena o MST, não há como fugir da imagem desfavorável que se cria sobre o percurso desse sujeito coletivo. Esse modelo de percurso narrativo em que os sem-terra são sempre os anti-sujeitos é sempre reatualizado nos discursos da mídia. Assim, nessa página de *O Imparcial* de 30 de março de 2002 essa reatualização nada mais é do que uma estratégia de persuasão dos leitores

para que concordem com o que aí se enuncia, numa cumplicidade com o enunciador, que não pode permitir desdobramento da leitura e, conseqüentemente, do sentido. Nesse contexto, a aprovação do uso das armas é reiterado e intensificado pelos sujeitos da enunciação jornalística. Assumem a identificação com os sujeitos da narrativa da terra no Pontal do Paranapanema, em concordância com os fazendeiros e condenação dos sem-terra, numa justabilidade de crença contratual postulada semioticamente.

Com efeito, ao dizer que os fazendeiros estão “preocupados”, o enunciador jornalístico se deixa ver no enunciado. É um sujeito que, deslizando-se da imagem da objetividade dos fatos pela qual deveria se deixar conduzir, revela o seu parecer sobre os fazendeiros. Faz um julgamento da questão, em que se admite o armamento como meio de defesa.

Transbordam por todo o texto os efeitos passionais do medo, modalizadores das ações dos fazendeiros, mostrando como a exacerbação desse sentimento faz com que o objeto desejável (a terra) torne os sujeitos desejantes, levando às últimas conseqüências a sua competência. Parte dessa condição é assegurada por seu poder de instituir a imagem do anti-sujeito como perigo iminente. De natureza que transcende o campo de expectativas do fazendeiro, ele goza de prestígios sociais que, conseqüentemente, resultam na permissão para agir fora do sistema de valores éticos (o impedimento para o cidadão armar-se).

Muitos são os textos que poderíamos trazer como exemplo para levar o leitor a vislumbrar a construção da intensidade da insegurança que cria o clima de tensão, acionadora de sentimentos, de onde se pode inferir raiva, insegurança, intranqüilidade, medo etc.

Constatamos a evidência de que a imagem disfórica do ator (sem-terra) chega ao hiperbólico, uma espécie de representação arquetípica do papel temático estereotipado do mal que emana de todo o cenário da luta pela terra no Brasil, transcendendo a questão pontual e tão antiga do Paranapanema. Para isso, os recursos da linguagem visual da mídia impressa regional são bastante favoráveis. Em se tratando de primeiras páginas (fotos, gráficos, cores, diagramação), há uma riqueza para o acionamento dessas reatualizações de sentidos. Os investimentos figurativos, ancorados à realidade factual, constroem mecanismos mobilizadores para levar qualquer leitor a crer na veracidade das imagens construídas.

The biased views of printed media: the land issue at *Pontal do Paranapanema*.

■ **ABSTRACT:** *This paper is the result of a more detailed study of how meaning is constructed in two newspapers of the Pontal do Paranapanema region, throughout 2002, as far as land is concerned. Using principles of French Semiotics as a theoretical foundation, it first deals with the building blocks of journalistic discourse and, later, puts forward an analysis of the front page of O Imparcial of March 30, 2002.*

■ **KEYWORDS:** *Discourse. Enunciation. Ideology. Objectivity. Meaning. Subjectivity.*

Referências

BACCEGA, M.A. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência.** São Paulo: Moderna, 1998.

BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo.** Lisboa, Ed.70, São Paulo, Martins Fontes, 1972.

BARROS, D.L. P. **Teoria do discurso.** São Paulo: Atual, 1988.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária.** Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRAIT, B. A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. **Língua e Literatura.** São Paulo: n.21, p.19-27, 1994/1995.

BRITO-SILVA, M.A. **A terra (des)construída na mídia impressa do Pontal do Paranapanema.** Araraquara, SP, 2006. 198p. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

DISCINI, N. **O estilo nos textos.** História em quadrinhos, mídia, literatura. São Paulo: Contexto, 2003.

FONTANILLE, J. & ZILBERBERG, C. **Tensão e Significação.** Trad. I. C. Lopes, L. Tatit & W. Beividas. São Paulo: Discurso Editorial e Humanitas/

FFLCH/USP, 2001.

GREIMAS, A.J. & COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrix, [1985]

LIPPMANN, W. A natureza da notícia. *In*: STEINBERG, C.S. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972

MOUILLAUD, M. O sistema das citações. *In*: PORTO, S.D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SILVA, I.A. **Figurativização e metamorfose: o mito de Narciso**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

A PASSIONALIDADE DISCURSIVA E SUAS DIMENSÕES IDENTITÁRIAS

Luiz Antonio FERREIRA¹

Maria Flávia de Figueiredo Pereira BOLLELA²

■ **RESUMO:** A passionalidade discursiva e suas dimensões identitárias, éticas, morais e históricas traduzem-se em atos retóricos que ressaltam o *ethos* do retor e a força discursiva das paixões sobre o auditório. Na perspectiva da Retórica, pretende-se analisar como o ciúme é expresso em uma canção popular, denominada *O Ciúme*, de Caetano Veloso, para destacar a modulação passional como um processo argumentativo.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Retórica. Paixões. Identidade.

Uma das falas iniciais de *Medéia*, de Eurípedes, serve de preâmbulo para as reflexões que pretendemos: a Ama, com o coração temeroso, responde ao escravo sobre o porquê de estar solitária, diante de uma porta, contando para ela mesma suas tristezas. A resposta é nítida: “Ancião, guarda dos filhos de Jasão, a infelicidade dos amos causa a dos servidores fiéis e lhes dilacera o coração. Para mim, é tamanho o pesar, que me deu vontade de vir aqui contar à terra e aos céus os infortúnios de minha senhora.” (2004, p.20). Refere-se, evidentemente, ao temor pela desconstrução do amor e aos sobressaltos de ódio, raiva, inveja, cólera e dor manifestados por Medéia, em relação ao mundo, ao ex-marido e a seus filhos. Teme pela

¹ Departamento de Língua Portuguesa – PUC-SP, CEP: 05014-901, São Paulo, SP, Brasil; e docente do Mestrado em Lingüística – UNIFRAN, CEP 14404-600, Franca, SP, Brasil. E-mail: luizanferreira@terra.com.br.

² Docente do Mestrado em Lingüística – UNIFRAN, CEP: 14404-600, Franca, SP, Brasil; e docente do curso de Letras – UNITAU, CEP: 12020-270, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: bollela@yahoo.com.

força das paixões humanas, e seu medo (também uma paixão) precisa ser partilhado, na solidão, com a natureza.

Numa das cenas finais de Otelo, símbolo clássico do ciúme na literatura universal, o mouro, que fora tomado por paixão enlouquecedora, pouco antes de matar-se, invoca, por meio de uma comparação, a integração do homem com a natureza no momento de desespero: “[...] este que, de olhos baixos apesar de não ser de seu feitio mostrar-se comovido, agora derrama lágrimas de maneira pródiga, como as árvores das Arábias derramam sua gota medicinal” (SHAKESPEARE, 2002, p.188).

Bem mais próximo de nós no tempo, um famoso poema de Álvaro de Campos, em *A Passagem das Horas* (1995), ressalta a força das paixões e evoca a necessidade de integração entre o homem e a natureza não apenas como confidente, mas como parte indissociável do ser que sente e fala:

Seja o que for, era melhor não ter nascido,
Porque, de tão interessante que é a todos os momentos,
A vida chega a doer, a enjoar, a cortar, a roçar, a ranger,
A dar vontade de dar gritos, de dar pulos, de ficar no chão, de sair
Para fora de todas as casas, de todas as lógicas e de todas as sacadas,
E ir ser selvagem para a morte entre árvores e esquecimentos.

A dor e o medo da Ama a levam à natureza, em busca de um confidente silencioso, mas capaz de ouvi-la, entendê-la, e todo o esforço retórico de Eurípedes é pela tradução do *ethos* fidelíssimo e intensamente humano da criada. No auditório, o *pathos* atua avassaladoramente: o medo incontrolável expresso em palavras permite antever a dimensão trágica das paixões de Medéia e, simultaneamente, a exploração da proxêmica inicia o mergulhar no interior dos conflitos humanos. Shakespeare, depois de mostrar contundentemente como a vilania e os conflitos passionais podem desestabilizar no plano mais profundo as ações humanas, coloca palavras na boca de Otelo com a intenção de reforçar, nos momentos finais da peça, o caráter de sua personagem e, ao mesmo tempo em que solidifica o *ethos*, demonstra a força contundente do *pathos*: Otelo comete um trágico suicídio. Sabe que sua morte seria mais enfática do que todas as suas palavras. No poema de Álvaro de Campos, Pessoa realça igual contundência das paixões e conclama a morte entre as árvores e o esquecimento. Os autores, símbolos inegáveis da literatura mundial, praticam, retoricamente,

a exploração das paixões em seu auditório. De sua arte, nasce a propriedade de tocar “a mola dos afetos”. Aristóteles, na *Arte Retórica*, se dispõe a mostrar que as paixões constituem um teclado no qual o bom orador toca para convencer. Há uma dialética passional que movimentava os sentimentos do auditório e intenta, no caso da linguagem poética, conjugar o *docere*, o *delectare* e o *movere* para conquistar identidade.

Fora da racionalidade, a vida, como diz Pessoa, chega a doer, a cortar. Entre o racionalizar e o sentir, o homem assume um posto soberano, único na natureza: se as paixões sobrepujam a propriedade racional, o ser humano despossui-se de si e cristaliza os conflitos consigo mesmo. Sim, imerso num universo passional, o humano se devora. Para Meyer (1994, p.9), “a paixão é esse lugar único, mas enigmático, em que o homem e o animal, a natureza humana e a natureza se encontram”. Kant associava a paixão à loucura. Descartes via a paixão como movimentos da alma, que tem origem no corpo e não na própria alma. De qualquer modo, no movimento passional o ser humano perde o domínio reflexivo e é entregue ao *pathos*, a consciência sensível, irrefletida, inquieta que desestabiliza, “que nos mergulha nas vagas da vida e nos leva tanto a fugir de seus perigos como a procurar os seus prazeres.” (MEYER, 1994, p.20). Por isso, na paixão, gritos, sussurros e silêncios são atitudes (des)esperadas. Sobre o silêncio, a paixão e a criação da identidade discursiva nos debruçaremos a seguir, por meio de uma visão retórica da canção *O Ciúme*, de Caetano Veloso:

Dorme o sol à flor do Chico, meio-dia
Tudo esbarra embriagado de seu lume
Dorme ponte, Pernambuco, o rio, Bahia
Só vigia um ponto negro: o meu ciúme

O ciúme lançou sua flecha preta
E se viu ferido justo na garganta
Quem nem alegre, nem triste, nem poeta
Entre Petrolina e Juazeiro canta

Velho Chico vens de Minas
De onde o oculto do mistério se escondeu
Sei que o levas todo em ti, não me ensinas
E eu sou só, eu só, eu só, eu

Juazeiro, nem te lembrás dessa tarde
Petrolina, nem chegaste a perceber
Mas, na voz que canta, tudo ainda arde
Tudo é perda, tudo quer buscar, cadê?

Tanta gente canta, tanta gente cala
Tantas almas esticadas no curtume
Sobre toda estrada, sobre toda sala
Paira, monstruosa, a sombra do ciúme

(<http://www.caetanoveloso.com.br>)

Construindo o silêncio

O mesmo desejo expresso em *Medéia*, em *Otelo* e em Álvaro de Campos está presente nos primeiros versos da canção *O Ciúme*, de Caetano Veloso (1987):

Dorme o Sol à flor do Chico, meio-dia,
Tudo esbarra, embriagado de seu lume
Dorme ponte, Pernambuco, Rio, Bahia
Só vigia um ponto negro: o meu ciúme.

É interessante observar como o retor se abstrai da paisagem ao mesmo tempo em que se funde nela, justamente para colocá-la em primeiro plano. A construção lingüística, aparentemente descritiva, é repleta de força argumentativa, pois ao personificar os elementos da natureza, sol e rio, inicia a construção de um silêncio embriagador e revela, de forma contundente, a força do *ethos* do ciumento. Para realçar essa idéia fundamental, vai silenciando o cenário. Destaca, com esse proceder na *elocutio*, a força semântica do "vigiar", ação de estar em guarda, posição que está dentro e fora do sujeito simultaneamente. O sol dorme, a ponte dorme e, por um efeito metonímico da parte pelo todo, o poeta estende o dormir a todos os Estados do país. Num contraste gritante com a luminosidade exuberante do sol em repouso, porém, há um ponto negro. É apenas um ponto na imensidão que se descortina à flor (da pele) do rio,

mas é o elemento vivo, desperto, que perscruta, que vigia e, silencioso, toma conta de todo o resto do mundo.

Desse modo, justamente o que não se corporificaria, por ter natureza abstrata (o ciúme), diante do repouso da natureza, se materializa poeticamente e assegura o lugar proeminente, no centro da cena enunciativa, do *pathos*, esse momento "contingente e problemático", fragmento de tempo da alma, espaço de procura, de busca da natureza e de sua finalidade, instante de reflexão sobre a essência de ser e de estar em uma situação específica. O *ethos* do sujeito ciumento, por sua vez, assoma fortemente no texto, a despeito do apagamento desse sujeito como ser concreto, humano. Nele e fora dele vigia um ponto negro. Simultaneamente, desvenda-se o *pathos*: "tudo o que não é sujeito e, ao mesmo tempo, tudo que ele é." (MEYER, 1994, p.20). Desintegrador e integrador, o retor busca reencontrar, na Natureza, a natureza humana, a natureza das coisas e as respostas que viabilizem o viver a partir de sua essência natural.

Estabelecido o silêncio altamente significativo, o sentido de audição se conforma aos interesses do retor. Um verso se destaca: "tudo esbarra embriagado de seu lume". Conclama-se, aqui, a visão. Há no ar um suspense, como se todos os sentidos se desagregassem e aquele ponto negro se inseminasse – particularmente – no meio do silêncio do mundo. Ressaca. Embriaguez da natureza. Dormência. A paisagem, apresentada agora interna e externamente, compõe o cenário invocador que presentifica a paixão por meio da imagem com forte tonalidade afetiva. Na dormência, há um espreitar vigilante. Essa é a instância retórica: uma imperfeição marcada por um certo grau de urgência, um obstáculo ao caminhar natural do existir. Como toda instância retórica, contém um elemento factual (a solidão) e um componente de interesse do retor (o ciúme). E o auditório compreende, pela construção simbólica da realidade (um composto de realidade objetiva, mais a interpretação de quem a vivencia), pela força argumentativa da metáfora (ponto negro), o *ethos* do orador: um solitário, perscrutador, imerso na dor causada por uma paixão que tudo cala: o ciúme.

O espaço e o tempo

Silenciado o espaço, o poeta não paralisa o tempo: mantém alerta o vigiar. É o tempo, no fluir interno e contínuo que se contorce na espreita:

o tempo não é um receptáculo de instantes, uma linha de momentos sucessivos, não é a distância entre um agora, um antes e um depois, mas um movimento interno que funde o espaço e o próprio tempo na dor, na reunião e busca de si mesmo, da identidade e da diferença. Some o corpo, surge a alma. A realidade assim construída é discursiva, retórica, funcional para, sobretudo, desnudar o *ethos* do orador: o dono de uma desesperada busca do conhecimento dos segredos insondáveis. É preciso vigiar, pois, faz crer o retor (talvez pautado em Kant) que não se pode, pela razão, conhecer as substâncias em si. São necessários os dados, reunidos em síntese, da experiência, da sensibilidade e do entendimento. Em “vigiar” está a consciência, um modo de existir, ontologicamente diferente das coisas, anterior às coisas, pois concebe a idéia das coisas (Descartes), representa as coisas (Kant) e constitui as coisas como significações (Husserl). Nada disso resolve a instância, pois o poeta perscruta o mistério e o desvendar só poderia ser dado, como se pode ver nos versos seguintes, pelo detentor do “oculto do mistério”: o rio.

Reinaugurando os sons

Tudo era presente (dorme, vigia), mas uma ação anterior se instaura e quebra o aspecto letárgico provocado pela descrição:

O ciúme lançou sua flecha preta
E se viu ferido justo na garganta
Quem nem alegre nem triste nem poeta
Entre Petrolina e Juazeiro canta.

O que era apenas um ponto começa a tomar corpo. Um som se ouve: há alguém, nem alegre nem triste nem poeta, cantando na ponte que liga Petrolina a Juazeiro. Possuidor de voz (*phoné*), capaz de exprimir – por propriedade humana – a dor e o prazer, o justo e o injusto, o bem e o mal, a voz, pelo canto, reinaugura os sons do mundo na tarde quente e letárgica. De novo, *mytos e logos*, os dois termos gregos usados para referir-se à palavra e à linguagem, se interpõem. *Logos*, a palavra racional em que se exprime o pensamento que conhece o real, é o discurso (o argumento, a prova), o pensamento (raciocínio, demonstração) e realidade (coisas e nexos e ligações

universais). Cantar é a palavra, pensamento compartilhado com a própria natureza que, silenciada, adormecida, embriagada faz ecoar um canto nem alegre nem triste. Por outro lado, o *mytos*, a narrativa interpretativa da realidade, evoca o mágico, o encantatório e, em síntese retórica, os símbolos se personificam: tal como a flecha que agrega, lançada por Cupido, o deus do amor, o Ciúme, também personificado, lançou uma flecha desagregadora, negra. Mas, em movimento reflexo, fere-se na garganta, tão necessária para articular a voz. Esse canto, ferido, é produto da dor. Um canto que nos remete à origem da linguagem: "Não é a fome ou a sede, mas o amor ou o ódio, a piedade, a cólera que aos primeiros homens lhes arrancaram as primeiras vozes. Eis por que as línguas foram cantantes e apaixonadas antes de serem simples e metódicas." (ROUSSEAU, s/d, p.32)

Primitivo no cantar, o retor vive o reino de Eros de asas cortadas: um mundo de espelho e de reflexos. O canto não é alegre, não é triste, o cantor não é poeta, mas é apaixonado, talvez pela própria paixão. Não há referência ao ser amado porque a presença do outro se dilui na imensidão dormente.

A força indômita do discurso das paixões

Velho Chico vens de Minas
De onde o oculto do mistério se escondeu
Sei que o levas todo em ti, não me ensinas
E eu sou só, eu só, eu só, eu.

A bacia do rio São Francisco atinge sete Estados e atende 505 municípios, com cerca de 15 milhões de habitantes. Mas o retor é só, completa e irremediavelmente só. O monólogo se dá diante do espelho do rio. Narciso? Nem alegre nem triste. Signo da própria individualidade, a paixão ferida nos aproxima e nos afasta. No dizer de Meyer:

A paixão é simultaneamente sensível e algo de intelectualizável. [...] Ela transporta-nos para o mundo e, através dela, este engloba-nos nele. Signo da nossa individualidade, ela é ao mesmo tempo a sede de nossa identidade: somos aquilo que experimentamos e sentimos. [...] A lógica da paixão numa comunidade humana é uma lógica da identidade e da diferença. (MEYER, 1994, p.15-16)

A condição humana, a falta de onisciência permite o mistério. Para Platão, o homem se encontra preso à armadilha de suas paixões na Caverna de suas ilusões. Para o retor, o rio escondeu, em Minas, o "oculto do mistério". Minas nos remete à caverna e a uma afirmação concreta: há um mistério, por si insondável, que possui, ainda, em si mesmo, um outro segredo que se esconde onde o rio nasce: cavernas perigosas, indevassáveis, obscuras em que as sombras se projetam. O que o retor revela no verso singelo é que se toma a sombra por realidade. A caverna é o mundo das aparências em que vivemos. A sombra são as coisas do mundo, o que está ao alcance de nossa percepção. O ciúme é coisa da alma, a alma pertence a um ser do mundo. Instigador por excelência, o mistério é inseparável da própria existência, assim como a dor e o prazer. O oculto se amplia na perda, no sofrimento, na carência.

Zeus, a representação mais fértil da traição na mitologia, é também a epítome da engenhosidade: suas metamorfoses o tornam o símbolo do poder misterioso. Hera, a ciumenta mais famosa de todos os tempos, embora esperta, astuta e cruel, não percebe que Zeus, em seus descaminhos de traição, também busca o proibido, o perigoso, o misterioso. Desiludido, incapaz de entender o que se oculta nos escaninhos das minas, o ciumento se esconde em si mesmo, na prisão de seu próprio ser e, enfaticamente, é um "eu só", mas, ainda assim, "eu", embora despedaçado. De fato, o ciúme é cego. Plana níveis insondados, estágios misteriosos na relação. Desagrega. Se há segredos em qualquer relacionamento, a forma de admiti-los é identitária. Alguns podem matar por ciúme; outros, matar-se; alguns conseguem conformar-se. Outros, reunindo engenho (natureza) e arte, cantam. Em qualquer uma dessas circunstâncias, na perspectiva constitutiva do *ethos*, o ciumento é um solitário, um inquiridor descontente e perdido no caos da própria realidade que constrói. Vive de modo intenso sua paixão, é vaidoso e solitário, julga legítimo o ilegível e sofre, completamente só em si mesmo. Solidão vigilante, desconfiada, quase mortal.

Reintegrando o homem e a natureza

Juazeiro, nem te lembras dessa tarde
Petrolina, nem chegaste a perceber
Mas, na voz que canta tudo ainda arde
Tudo é perda, tudo quer buscar, cadê?

Tanta gente canta, tanta gente cala
Tantas almas esticadas no curtume
Sobre toda estrada, sobre toda sala
Paira, monstruosa, a sombra do ciúme.

Gradativamente, a natureza se recompõe e não carrega em si a memória da dor entre o canto e o silêncio. A voz, porém, sente o ardor da flecha. A perda é irremediável: o que buscar? Onde está o que se busca? Os cantos e silêncios, numa trama polifônica, curtem as almas, penetram o mundo e ressentem-se da sombra, monstruosa, do ciúme. A tristeza sem nome toma conta do espaço. A natureza nada percebeu, os homens não viram e só a ardência revela o sensível, mas, sobretudo, o espírito humano. O canto, aqui, é o grito da perda entre as sombras. Tudo queda embriagado e toda estrada e toda sala estão impregnadas desse mistério monstruoso, que se concretiza em sombra. O canto, passional, é o saber da ignorância do retor. Sabe do ciúme, mas desconhece seu segredo. Só sabe que o ciúme, monstruoso, tudo invade: as coisas e as pessoas.

O ato retórico ganha um ponto final. Embora retratando a complexidade da paixão humana, o dizer instaura uma situação retórica singular, carregada de instâncias histórico-temporais únicas. Esbarrando no conjunto de limitações impostas pelo desconhecido, pelo mistério, o retor atinge o auditório e talha, caracteristicamente, a situação. O ato que termina é poética e retoricamente intencional, criado e elaborado para superar os obstáculos numa dada situação, com uma audiência específica, sobre uma determinada questão, para conseguir um determinado objetivo. Por tratar de um tema universal, valendo-se da linguagem poética, as identificações entre retor e auditório se dão pela invocação de paixões arrebatadoras, de nuances da passionalidade discursiva, do senso estético e pela dose de mistério contida na própria linguagem poética. Ademais, como bem afirma Meyer (1994), a paixão é a relação com o outro e representação interiorizada da diferença entre nós e esse outro. A linguagem, por sua vez, nos identifica ou nos afasta. A lógica de toda a retórica é a da identidade e da diferença entre os homens, e tanto uma quanto outra são medidas pelas paixões. E elas, diz Aristóteles, têm uma função intelectual, epistêmica: operam como imagens mentais, informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim.

Discursive passionality and its identitarian dimensions

■ **ABSTRACT:** *Discursive passionality and its identitarian, ethical, moral and historical dimensions are translated into rhetoric acts, that emphasize the ethos of the rhetor and the discursive strength of passions over the auditory. Under the rhetoric perspective, this work intends to analyze how jealousy is expressed within the Brazilian popular song "O Ciúme", by Caetano Veloso, in order to highlight the use of passionate modulation as an argumentative process.*

■ **KEYWORDS:** *Rhetoric. Passionality. Identity.*

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
- GREENE, L. & SHARMAN-BURKE, J. **Uma viagem através dos mitos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- EURÍPEDES. **Medeia**. Tradução de Miroel Silveira e Junia Silveira Gonçalves. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- HALLIDAY, T.L. (Org.). **Atos retóricos**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEYER, M. **O filósofo e as paixões**. Porto: Asa, 1994.
- MOSCA, L.L.S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- PESSOA, F. **Poesias**. Lisboa: Ática, 1995.
- ROHDEN, L. **O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- ROUSSEAU, J-J. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Portugal: Editorial Estampa, s/d.

SHAKESPEARE, W. **Otelo**. Tradução de Beatriz Faria. Porto Alegre: LP&M, 2002.

VELOSO, C. **O mundo não é chato**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. **O ciúme**. Caetano, Polygram, 1987.

_____. **O ciúme**. Disponível em: <<http://www.caetanoveloso.com.br>>. Acesso em 20 de setembro de 2006.

RECONSTRUÇÃO LEXICAL DO PORTUGUÊS ANTIGO PAULISTA

Mário Eduardo VIARO¹

■ **RESUMO:** Neste artigo discute-se o problema da reconstrução lingüística, em especial a reconstrução do antigo português paulista. Nessa tarefa, será levada em consideração a proposta de Jespersen para uma escala de incerteza em afirmações científicas a respeito de fenômenos diacrônicos. Mencionar-se-ão alguns aspectos da sistemática filogenética de Hennig e se considerará a possibilidade de sua aplicação em dados lingüísticos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Reconstrução. Português. Diacronia.

Reconstrução e cognição²

As chamadas regras fonéticas da gramática comparativa não surgiram no século 19, como se costuma afirmar nos manuais: elas já estão na gramática de Nebrija (1492) e, em língua portuguesa, aparecem pela primeira vez em Duarte Nunes de Leão (1576), embora somente tivessem sido estudadas mais exaustivamente pelo esquecido lingüista Francisco Evaristo Leoni (1858).

É natural que a comparação tenha sido o primeiro passo da lingüística. A *comparação* acompanha o discurso científico, não sendo nenhum exagero dizer que é um dos pilares cognitivos do ser humano, sem o qual não se pode conceber se dois objetos são ou não são iguais e mereçam assim o mesmo nome.

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP 05508-900 São Paulo/SP Brasil – E-mail: maeviaro@usp.br

² O título do presente artigo é homônimo de um dos 11 subprojetos associados ao projeto *História do Português Paulista* (Projeto Caipira), coordenado pelo Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (USP). Agradeço ao Prof. Dr. Nelson Papavero (Museu de Zoologia – USP) pela leitura cuidadosa do original e sugestões.

Um outro pilar é a *valoração*. Diante da multiplicidade dos seres, a língua atua dando pesos desiguais às coisas e separando o que é importante, bom e distintivo daquilo que não merece atenção. Os seres, naturalmente infinitos, díspares e inefáveis, se reúnem, como feixes, em signos com nomes e conceitos.

A *reconstrução* é o terceiro pilar. Servimo-nos dela quando estamos no papel de ouvintes ou leitores, valendo-nos da comparação e da valoração, para entender o que o outro diz. Remexendo as reminiscências de nossa memória, lembramo-nos também de experiências que nos auxiliam nessa reconstrução.

Por fim, o quarto pilar é a *criação*. Em vez de ficarmos impotentes com a dificuldade de reconstruir, propomos, conscientemente ou não, uma série de hipóteses e, assim, também podemos recontar o naturalmente incontável, por exemplo, aquilo que já passou.

Essas quatro bases sempre foram utilizadas pelos lingüistas em seus modelos e métodos científicos, independentemente da corrente a que se afiliam. A língua real está longe de ser um todo homogêneo. Não é e nunca foi.

Quando falamos em protolínguas, apenas por ingenuidade podemos pensar em conjuntos coesos de fenômenos. O ideal de língua uniforme, reforçado a partir do século 17 e aplicado às línguas nacionais, contudo, entra subrepticiamente nas discussões e nas afirmações de muitos lingüistas. Deparamo-nos com um código, composto de milhares de unidades de léxico, cada uma herdada à sua maneira. Pior que isso: cada flexão de cada palavra é herdada à sua maneira, como comprova a vitalidade e o surgimento das irregularidades que povoam as línguas. As regras sintáticas e os componentes gramaticais também são herdados e formam a única garantia de afiliação das línguas. Por isso, em vez de falarmos de *história das línguas*, expressas em árvores genealógicas, mais correto seria falar de uma *história do léxico* independente de uma *história dos componentes gramaticais*. Nos dois casos, o esquema arbóreo é problemático, apenas fundado no mito da monogênese em Babel. O que os dados nos mostram é exatamente o contrário: muitas variantes sempre convivem ao mesmo tempo. Se só uma sobrevive na norma culta é porque as outras deixaram de existir ou foram relegadas a variantes diatópicas ou diastráticas. Em outras palavras, quanto mais para trás nos voltamos, tantas mais variantes encontraremos: uma árvore ao contrário seria uma forma mais correta de

representar o que se passou. A aceleração do processo de seleção de uma única variante, como se vê nos últimos séculos, se deve mais ao *inutilia truncat* dos pré-iluministas do que propriamente a algum mecanismo natural da língua. A política de gramáticos como Vaugelas (1647) comprova isso muito bem. Eles também trouxeram a idéia de que a língua é lógica, subordinando assim a realidade à metalinguagem.

Existiu um protocaipira?

Falar, portanto, de um protocaipira no sentido de um todo coeso seria um anacronismo. Nunca existiu algo assim, como nunca houve um único latim vulgar (VÄÄNÄNEN, 1962) ou um único indo-europeu (LEHMANN, 1993). As línguas reconstruídas devem assemelhar-se a línguas naturais. Devemos partir, portanto, sempre da variação, senão estaremos no terreno da fantasia.

Para tal, o que temos diante de nós são dados escritos. A freqüência de uso das variantes portuguesas que vieram para o Brasil é desconhecida. Mesmo assim, quanto mais o dado ocorrer (nos textos ou nas variantes faladas), maior é nossa certeza. O asterisco utilizado ao lado das formas reconstruídas é muito pobre, pois não revela o grau de certeza da reconstrução. Sobre isso já havia alertado Jespersen (1922):

It is of course, impossible to say how great a proportion of the etymologies given in dictionaries should strictly be classed under each of the following heads: (1) certain, (2) probable, (3) possible, (4) improbable, (5) impossible – but I am afraid the first two classes would be the least numerous.

Haudry (1994) faz distinção entre uma reconstrução segura do indo-europeu e uma hipótese: afirma que os dados apontam, em vários temas nominais, para um *-s no nominativo de seres animados e um *-m no acusativo de seres animados e neutros, bem como no nominativo dos neutros. Isso seria seguro e apontado por milhares de dados. No entanto, é possível imaginar, pela hipótese da ergatividade do indo-europeu, que um **-s do nominativo animado se opunha a um **-Ø do nominativo neutro, sendo *-m marca apenas do acusativo (seja animado, seja neutro).

Cuidados de diferenciação de certeza, como esse, contudo, são raros e revelam forte embasamento filosófico, pois é costume misturarem-se informações obtidas indutivamente com hipóteses (que, por definição, são

dedutivas), criando modelos, teorias e outros construtos parcialmente científicos. Quando a história é totalmente descartada e só se vale da competência do falante, no entanto, tal confusão é ainda mais freqüente.

Reconstruir as bases do chamado dialeto caipira, portanto, muitas vezes revela-se tão difícil quanto reconstruir o indo-europeu. No século 16, se nos valermos de textos como o do Dr. Diogo Gouveia, o “Velho”, ao rei D. João 3º (1538), vemo-nos diante de fenômenos muito curiosos. Novamente, estamos reféns da língua escrita (e dos filólogos que estabeleceram o texto); no entanto, abstraindo isso, é possível localizar alguns indícios curiosos da língua falada na época. Mas, que significa exatamente estarmos diante de formas como *milhor*, *siguir*, *custume*, *emprestemo* (=empréstimo), *pidia*, *pubricamente*, *offericia*, *recibiam*, *vigairo*, *propios*, *exempro*, *testimunharom*? Antes de responder a isso, vejamos como outras ciências lidam com a reconstrução.

Reconstrução em lingüística e em zoologia

Na zoologia, Hennig (1950) desenvolveu o método rigorosíssimo da sistemática filogenética, que forma o alicerce da filogenia moderna. Resumindo grosseiramente esse método, postula da seguinte forma: uma *espécie* é um conceito obtido a partir da soma dos *indivíduos* e de suas relações de parentesco e, portanto, não é um dado observável. Contrariamente ao senso comum, o próprio *indivíduo* é inobservável, uma vez que ele, muitas vezes, é irreconhecível em dois momentos de sua existência (qual seria, por exemplo, a semelhança entre o feto e o indivíduo adulto ou entre o ovo, a larva, a pupa e o inseto holometabólico adulto?). Cada fase morfológica do indivíduo é um *semaforonte*. Analogamente, dentro de uma mesma linhagem evolutiva, cada fase morfológica dessa linhagem é um *eidoforonte* (PAPAVERO; LLORENTE-BOUSQUETS, 1992). Em relação aos dados evolutivos, a maioria absoluta das espécies extintas não se preservou como fósseis. Mesmo com relação aos seres atualmente existentes, o conhecimento sobre eles é tremendamente limitado, uma vez que ele se revela sob inúmeros aspectos (biológicos, bioquímicos, citológicos, etológicos, fisiológicos, histológicos, morfológicos etc.): “a veracidade das afirmações sobre nosso conhecimento da evolução dos organismos limita-se aos *táxons* e aos *caracteres* amostrados” (AMORIM, 2002, p.19). Os *táxons* são construtos genéricos de caráter hiperonímico para as

classificações científicas (reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros), pautados no mecanismo cognitivo da *comparação*, a que já nos referimos. Os caracteres são as únicas coisas observáveis, e é pela sua comparação que se chega aos táxons. Comparando indivíduos, suas estruturas que ocupam a mesma posição relativamente a outras estruturas do corpo são *homólogas*. A mão humana é, evolutivamente, homóloga à barbatana da baleia ou à asa do morcego; sob a luz da teoria da evolução, pretende-se, pois, que esses caracteres, hoje morfologicamente distintos, provenham de um mesmo ancestral. No entanto, a asa do morcego e a asa da borboleta são caracteres *análogos*, pois possuem a mesma função, mas não ocupam a mesma posição relativa (e portanto não indicam uma ancestralidade comum). Dados dois *estados* (diferentes formas) de um certo caráter homólogo, dizemos que temos um estado *plesiomórfico*, que antecedeu no tempo e originou, por alguma mutação, um segundo estado *apomórfico*. Dessa forma, cada caráter tem sua história de origem e diferenciação. Os caracteres, porém, não existem independentemente da espécie. Quanto à distributividade dos estados, um estado apomórfico é dito *sinapomórfico* quando compartilhado por dois ou mais táxons. Da mesma forma, um caráter é *simplesiomórfico* para o conjunto de todos os táxons que compartilham a condição plesiomórfica de um caráter. Diz-se que um estado é *autapomórfico* quando for apomórfico para uma única espécie, num determinado horizonte de tempo. Os conceitos de sinapomorfia e autapomorfia são tremendamente parecidos com os conceitos de *erros conjuntivos* e *erros disjuntivos* da ecdótica, respectivamente (PAPAVERO; LLORENTE-BOUSQUETS, 1999, p.94-112), criados por Maas (1927) a partir das idéias de Lachmann (1850).

Aplicação do modelo de Hennig em dados lingüísticos³

Se utilizarmos a mesma nomenclatura para os estudos diacrônicos, veremos que um indivíduo pertencente à espécie *exemplo* remonta a um ancestral latino *exemplum*. A passagem $l > r$, justificável pela homologia posicional, tem um elemento plesiomórfico *l* e um outro apomórfico *r*. Outro indivíduo da mesma espécie *exemplo* existe na carta de D. João 3º a D. Pedro Mascarenhas (1539). No entanto, outra espécie aparentada,

³ Um exemplo de reconstrução clássica, com a indicação de caracteres homólogos, se encontra no anexo encontrado ao final do artigo (STANG, 1966; ENTWISTLE; MORISON, 1949; e MATTHEWS, 1960).

exemplo com *l* plesiomórfico, aparece nas cartas do Padre Manuel da Nóbrega (década de 40 e 50 do século 16). Podemos dizer que *exemplo* e *exempro* são *eidoforontes*, por causa de outras características para além da sua forma (morfofossintaxe, semântica etc.). Na mesma carta de 1539, existe uma analogia da passagem *l > r* em *supricai*, que remontaria a um latim *supplicatis*. Pensando assim, seria curioso perceber que uma das regras fonéticas mais conhecidas (o rotacismo do *l*) é, na verdade, um fenômeno analógico (pois *exempro* e *supricai* são espécies distintas), motivado por sua condição homológica (segunda posição da sílaba com ataque complexo, iniciado por oclusiva). Abstraindo o conceito de língua, encontrá-lo-emos ainda em outros sistemas. Assim, Teyssier (1959) mostra que em Juan de Encina (1496) se encontram casos parecidos: *habrar*, *cramar*, *cremencia*, *prazer*, *obrigar* etc. Casos análogos de *l > r* também se encontram em romeno, mas não são homólogos (só ocorrem em situação intervocálica). Ex.: *soare* remonta ao latim *solem*. Os dois rotacismos, portanto, são incomparáveis e isso não é também um fenômeno desconhecido da zoologia: trata-se do fenômeno da *homoplasia convergente*.

Homoplasias e derivas

Homoplasia é a presença da mesma apomorfia em diferentes táxons, oriundos de ancestrais diferentes, em tempos diferentes. Diz-se que a homoplasia é *convergente* se se deve a diferentes bases genéticas, que originaram, por alguma mutação, a mesma expressão fenotípica (tanto quanto se possa julgar), sempre em ancestrais diferentes e em diferentes tempos. Assim, os insetos da família *Mantidae* (vulgo louva-a-deus), que são heterometabólicos, têm uma aparência incrivelmente grande, no tocante ao par anterior de pernas, transformadas em garras raptorais, com os *Mantispidae*, insetos neurópteros holometabólicos.

Em língua, semelhanças de caracteres chegam nesse nível também: *bad* significa “ruim” seja em inglês, seja em persa, e *mati* significa “olho” em malaio e em grego moderno. Podemos rastrear sua história e percebermos tratar-se de uma coincidência. Igualmente, no nível dos sons, a incomum passagem de *o > i* se dá em ucraniano e no romanche da Surselva, sem que isso possa ser atribuído a algum substrato comum, gerando inclusive formas próximas como, respectivamente, *niev* e HIB para “novo” (BERNARDI, 1994; PUGH; PRESS, 1999).

Voltando ao rotacismo de *exempto*, vemos que ocorreu em inúmeras fases da história da língua, ou seja, não é fenômeno datado, que pudesse ser explicado por substrato: aparentemente surge naturalmente. Nada garante que alguém que hoje fale *exempto* tenha herdado essa forma ou simplesmente realize a líquida nessa posição sempre como não-lateral. Esse fenômeno é conhecido pela lingüística com o nome de *deriva*. Quando Sapir (1921) o propôs, fê-lo nos seguintes termos:

The desire to hold on to a pattern, the tendency to "correct" a disturbance by an elaborate chain of supplementary changes, often spread over centuries or even millennia—these psychic undercurrents of language are exceedingly difficult to understand in terms of individual psychology, though there can be no denial of their historical reality.

Embora Sapir tivesse razão com relação à existência das derivas, esse tom misterioso deu-lhes uma aura demasiadamente transcendente e quase mística. É verdade que o **d* indo-europeu tornou-se **t* em germânico e essa transformação *d > t* ocorreu outra vez na passagem do germânico para o antigo alto alemão e novamente em dialetos modernos (por exemplo, em alemão suíço). O alemão, de modo geral, tem uma tendência ao ensurdecimento das oclusivas sonoras, fenômeno comum a outras línguas germânicas (dinamarquês, islandês etc.), tendência que inexiste nas línguas românicas. Por outro lado a passagem *s > *h > Ø* em posição de coda ocorreu no francês e, em outras épocas, no espanhol. As derivas seriam vistas, pela cladística, como *homoplasias paralelas*, ou seja, devidas à mesma base genética que, pela mesma mutação, originou a mesma expressão fenotípica, em diferentes ancestrais e diferentes tempos.

Resta explicar como isso ocorre. Vimos que, pelo mecanismo cognitivo da valoração, separamos o que é distintivo do que não é. No entanto, a realidade dos elementos não-distintivos não deixa de existir por causa de nossa intervenção cognitiva. A distinção entre *l* e *r* reside basicamente no esforço muscular que promove a lateralização. A distinção entre *b* e *p* está no vozeamento. A distinção entre um *s* e um *h* está na fricção. Lateralização, vozeamento, fricção e outros componentes articulatórios (nasalidade, aspiração, tensão, intensidade acentual etc.) são foneticamente graduais e não absolutos como os traços binários da fonologia fazem supor. Além disso, toda articulação é composta não só de elementos sistêmicos, mas

também de inúmeros componentes da norma (COSERIU, 1958), de modo que podemos lançar hipóteses sobre situações areais: o hábito articulatorio de menor lateralização do *l* existiria em determinadas regiões da Península Ibérica, uma maior tensão muscular existiria em uma extensa área da zona germânica, uma menor fricção das sibilantes ocuparia ampla zona românica ocidental. As apomorfias lingüísticas convivem com as plesiomorfias, de modo que a eclosão de uma mudança lingüística se deve não só a uma maior expansão areal da forma apomórfica, mas também a uma maior valoração de seu uso. Como as línguas oficiais privilegiam as plesiomorfias (com muitíssimas exceções), que conservam caracteres do ancestral documentado, formas apomórficas são vistas freqüentemente como “desvios” daquelas.

A abundância de *exemplo* nos textos anteriores às gramáticas do século 17 mostram que, nesse momento, as espécies apomórficas tinham o mesmo prestígio das espécies plesiomórficas e estabeleciam até mesmo uma tradição escrita. Seria um *non sequitur*, contudo, imaginar que sejam mais coloquiais: simplesmente a oposição binária falado/escrito não se impunha. O que havia eram práticas de escrita. A influência das gramáticas não se efetua com prescrições em nome de alguma pretensa “lógica”, como fariam mais tarde. Quando Diogo de Gouveia escrevia em 1538 a D. João 3º, a gramática de Fernão de Oliveira (1536) havia sido recolhida e a de João de Barros ainda não tinha vindo a lume (1540). Mesmo nas cartas de Manuel da Nóbrega, a influência dos conselhos lingüísticos de João de Barros é mínima. A prática escrita medieval ainda contava. Nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo, grafias como *thrynta* (1572) apontam tenuemente para o movimento da ortografia etimológica, propalada por Nunes de Leão, embora ainda seja anterior à sua obra principal (1576).

Os caracteres da escrita só passam a uma interpretação sonora por meio de formulações de hipóteses e não pela reconstrução. Entra aqui o quarto pilar cognitivo a que nos referimos no início.

Se o rotacismo de *l* em ataques complexos no português brasileiro é facilmente comprovável como herdado do português europeu, uma vez que há continuidade na documentação, o mesmo fenômeno na posição de coda é mais difícil de ser comprovado, embora Vasconcelos (1928) a descreva em vários dialetos europeus e a encontremos não só no dialeto caipira, mas também em outras variantes não-portuguesas. Flutuação de formas como as que aparecem nas Atas da Câmara: *almotasell* (1562)/

dallmotaser (1564) parecem estar ligadas a flutuações do tipo *aluguel/aluguer*, não generalizadas. Pode ser que não estejamos aí diante de uma mesma tradição, mas manifestações separadas da mesma deriva (ou seja, outras homoplasias paralelas).

Graus de incerteza de Jespersen (1922)

É com esse espírito cauteloso que devemos agir diante de formas isoladas que retrocedam a datação dos fenômenos diante de formas curiosas como *obitter* (Atas da Câmara, 1572: “pedio p^a hordenar q~ se fizese hũa fïta p^a obitter dinheiro”), que “comprovaria” a presença do *-i-* epentético, típico do português brasileiro *atual*. A certeza dessa afirmação só se dá por meio da absoluta certeza de transcrição paleográfica e da descoberta de outros exemplos dessa regra, o que daria à afirmação “a epêntese de *-i-* remonta ao último quartel do século 16” um **grau 3 de incerteza** na escala de Jespersen, uma vez que outros exemplos da mesma época ou anteriores não foram encontrados.

A partir dos fósseis muitas coisas se reconstroem em paleontologia; outras, apenas preenchem nossa necessidade de exaustividade de informação. A espetacular reconstrução de dinossauros se entredevorando que presenciamos em programas televisivos tem enorme fundamentação indutiva, alguma fundamentação hipotética e uma grande dose de fantasia.

Imaginar que se possa reconstruir línguas em grau 1 pode causar uma grande frustração, como afirma Meillet (1913, p.59): “*pour une étymologie sûre, les dictionnaires en offrent plus de dix qui sont douteuses et dont, en appliquant une méthode rigoureuse, on ne saurait faire la preuve*”.

Um documento de 1564 das Atas da Câmara comprova a existência de uma espécie *hareseo* (abonada como *arreceo* nos dicionários, cf. HOUAISS; VILLAR, 2001). Isso “comprovaria” que a forma protética de *receio* era usada na época. Tal fenômeno do *a-* protético, porém, dispõe de vários paralelos analógicos: *alevantar* (carta de Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues, 1549), *alevantada* (carta do padre Pero Doménech, 1550) e em outros textos portugueses mais antigos. Uma afirmação como “as formas protéticas conviviam com as não-protéticas em meados do século 16” tem **grau 2 de incerteza** na escala de Jespersen. Muito embora *alembrear* seja uma forma citada por Amaral (1920), devemos trabalhar indutivamente

na coleta no nível dos indivíduos e das espécies antes de partir para hipóteses. Se não encontramos a forma *alembrrar* na mesma época, não é possível afirmar que *arreccio*, *alevntar* e *alembrrar* tenham todos o mesmo grau de antigüidade (sobretudo porque talvez todas sejam apomorfias independentes).

Outro caso interessante são as curiosas palavras *estãodo*, *sãotos*, *avãogelhos*, *evãogelhos* que se vêem nas Atas da Câmara de 1562 e nos anos seguintes, inclusive quando se muda o escrivão. Essas variantes não têm continuidade na atualidade, como ocorre em *bom/bão*, embora se conheça a transição de palavras como *-am > -ão*: *pam/pão*, *cam/cão*. Antes de afirmar que se trata de uma pronúncia extinta, devemos nos lembrar de variantes como *estavam/estávão*, tendo sobrevivido a segunda na língua culta embora a primeira tenha sido adotada pela grafia. Indaga-se, portanto, se *estãodo* não seria apenas uma prática escrita e não um reflexo de um fenômeno fonético. Fora das Atas, essas formas autapomórficas não ocorrem, o que não quer dizer que não tenham existido, pois, assim como os fósseis, os testemunhos escritos formam uma pequena parcela do que de fato existiu. Dessa forma, até que se encontrem outros exemplos fora das Atas, a afirmação "o som *[ã] passou a *[ãw] nas tônicas não-finais e pretônicas do português paulista da segunda metade do século 16" tem grau 4 de incerteza na escala de Jespersen.

Haveria algum caso de grau 1? Se sim, podemos atribuí-lo ao fenômeno do alçamento das pretônicas. Em muitas palavras, *e > i* e *o > u* em situação pretônica, em muitas fontes. O alçamento de *e > i*, erroneamente tratado como um fenômeno atual (sob o mal-aplicado rótulo de "harmonia vocálica"), é, sem dúvida, uma herança do português europeu. As forma *pedial/pidia* remontam ao latim *petēbat*. A espécie apomórfica (por assimilação) com [i] foi preferida pela fala, e a forma com *e*, pela escrita. A forma *pidia* já se encontra no século 13 e o alçamento não pode ser considerado um fenômeno recente. De um pretérito imperfeito ancestral *[pi'dia] (e não de *[pe'dia]) derivaram-se as espécies mais correntes da fala brasileira [pi'dia] e [pi'd₃ia]. Do infinitivo ancestral *[pi'dir] (testemunhado no português medieval *pidir*) formaram-se o português brasileiro [pi'di] ou [pi'dir] e o crioulo caboverdiano ['pidi] (QUINT, 2000). Uma afirmação como "muitas palavras com alçamento das pretônicas e > i formam a base das variantes atuais do português brasileiro, sendo as não-alçadas restritas à grafia" tem tantos exemplos da dialetologia portuguesa (VASCONCELOS,

1928) e em tantos textos antigos, que poderíamos seguramente atribuir-lhe **grau 1 de incerteza**, na escala de Jespersen.

Há, contudo, dois tipos, que muitas vezes se confundem. As espécies *minino/menino* vieram para o Brasil e, malgrado a dificuldade de estabelecer um étimo para esses eidoforontes, tudo nos faz crer que, ao contrário do que se julga, a primeira é plesiomórfica e a segunda, apomórfica (por dissimilação), ao contrário do exemplo anterior. A forma *minino* também já se encontra no século 13. No tocante à expressão, na fala prevalece atualmente a primeira, de norte a sul do país (não tem variação diastrática nem diatópica); já na escrita, prevalece a segunda. É apenas o *status* da escrita sobre a fala que nos faz julgar nos modelos transformacionais que a forma falada seja um desvio ou uma imperfeição da escrita (VIARO, 2005), daí falar de alçamento de $e > i$ até mesmo em casos em que o termo não se justifica, como este (pois, a imaginar que a forma mais antiga não seja com *[e] pretônico, há, na verdade, abaixamento da vogal $i > e$).

Excluir totalmente a certeza de uma afirmação é mais fácil do que formular uma afirmação certa. Por exemplo, diante da bizarra grafia *quaza* que aparece nas Atas da Câmara de 1562, algum pesquisador ingênuo poderia reconstruir uma pronúncia *[kwaza]. No entanto, vastos exemplos mostram que *[kw] > [k] e nunca o inverso. Exemplos similares não faltam: *quamara* (1562), *quaregadas* (1563), *brãoquos* e *enquãopar* (1564). A julgarmos pela total inexistência de conseqüências atuais de uma pronúncia de tais oclusivas velares bilabializadas apomórficas em toda a área lusófona, quer em posição inicial quer em qualquer outra posição, estaríamos em uma situação bem mais difícil de comprovar do que a do caso *estãodo*, citado acima. Uma afirmação do tipo “a grafia *qua* equivale sempre a *[kwa] independente da palavra” teria **grau 5 de incerteza**, na escala de Jespersen.

Conclusões

Antes de avaliarmos todas as hipóteses que envolvem a reconstrução ou as interpretações de grafias, no tocante ao português brasileiro antigo, em especial ao paulista, devemos nos perguntar:

(a) o caráter em questão é ocorrência isolada a uma única palavra (autapomórfica) ou ocorre abundantemente?

(b) é possível provar que o caráter em questão existe ou existiu na palavra ou, analogicamente, em outra palavra, em alguma outra variante

falada no mundo lusófono?

(c) o caráter em questão existe ou existiu em alguma outra língua românica ou está presente arealmente? Se sim, trata-se de simpliomorfia ou de homoplasia?

A possibilidade ou impossibilidade de responder a essas questões ajudará no estabelecimento dos graus de incerteza envolvidos na reconstrução. Para isso, precisamos de dados, sobretudo os que rastreiem as datações mais antigas e as últimas ocorrências de uma forma extinta. Oliveira e Kewitz (2002) localizaram no *Correio Paulistano* de 1865 um texto que pode ser considerado para o caipira um equivalente ao *Juramento de Estrasburgo* para o francês. Deve haver outros, mais antigos. Os fósseis estão à disposição. Busquemos.

Lexical Reconstruction of the Old Portuguese from São Paulo/ Brazil

■ **ABSTRACT:** *This paper deals with the problem of language reconstruction and especially with the reconstruction of the old spoken Portuguese from São Paulo/Brazil. In this task, Jespersen's proposal for uncertainty degrees in scientific statements about diachronic phenomena is taken into consideration. Some aspects of Hennig's phylogenetic systematics are mentioned. The possibility of its application in linguistic data is also considered.*

■ **KEYWORDS:** *Reconstruction. Portuguese language. Diachrony.*

Referências

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1981 [1ª ed 1920].

AMORIM, D.S. **Fundamentos de sistemática filogenética**. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

BARROS, J.de. **Gramática da língua portuguesa**. Organizada por José P. Machado. Lisboa: Sociedade Astória, 1957 [1ª ed. 1540].

BERNARDI, R. et alii. **Handwörterbuch des rätoromanischen**. Zürich: Offizin, 1994. 3v.

COSERIU, E. Sincronía, diacronía y historia: el problema del cambio lingüístico. Madrid: Gredos, 1958.

ENTWISTLE, W.J.; MORISON, W.A. Russian and the slavonic languages. London: Faber & Faber, 1949.

HAUDRY, J. L'indo-européen. Paris: PUF, 1994.

HENNIG, E.H.W. Grundzüge einer Theorie der phylogenetischen Systematik. Berlin: Deutscher Zentralverlag, 1950.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. Dicionário Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JESPERSEN, O. Language: its nature, development and origin. London: George Allen & Unwin, 1954 [1ª ed 1922].

LEHMANN, W.P. Theoretical bases of Indo-European linguistics. London/New York: Routledge, 1993.

LEONI, F.E. Genio da lingua portugueza ou causas racionaes e philologicas de todas as formas e derivações da mesma lingua, comprovadas com innumeraveis exemplos extrahidos dos auctores latinos e vulgares. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858. 2v.

MATTHEWS, W.K. Russian historical grammar. London: University of London/The Athlone, 1960.

MEILLET, A. Aperçu d'une histoire de la langue grecque. Paris: Klincksieck, 1913.

NEBRIJA, A.de. Gramática castellana. Madrid: D. Silverio Aguirre, 1946 [1ª ed 1492]

LEÃO, D.N.de. Ortografia e origem da língua portuguesa. Introd. Maria Leonor C. Buescu. Lisboa: INCM, 1983 [1ª ed. 1576]

OLIVEIRA, F.de. Gramática da linguagem portuguesa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000 [1ª ed. 1536]

OLIVEIRA, M.; KEWITZ, V. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: DUARTE, M.E.L.; CALLOU, D. (orgs.) Para a história do português brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. v.4, pp.125-154.

PAPAVERO, N.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. Un nuevo concepto en biología comparada: el 'eidofronte'. **Publicaciones especiales del Museo de Zoología de la UNAM**. México 5: p.21-29. 1992.

_____. **Principia taxonomica: una introducción a los fundamentos lógicos, filosóficos y metodológicos de las escuelas de taxonomía biológica**. México:UNAM, 1996. v.8.

PUGH, S.M.; PRESS, I. **Ukrainian: a comprehensive grammar**. London/ New York: Routledge, 1999.

QUINT, N. **Dictionnaire cap-verdien-français: créoles de Santiago et Maio**. Paris/ Montréal: L'Harmattan, 1999.

_____. **Le cap-verdien: origines et devenir d'une langue métisse**. Paris/ Montréal: L'Harmattan, 2000.

SAPIR, E. **Language: an introduction to study of speech**. New York: Harcourt, 1921.

STANG, C.S. **Vergleichende Grammatik der baltischen Sprachen**. Oslo/ Bergen/Tromsø: Universitetsforlaget, 1966.

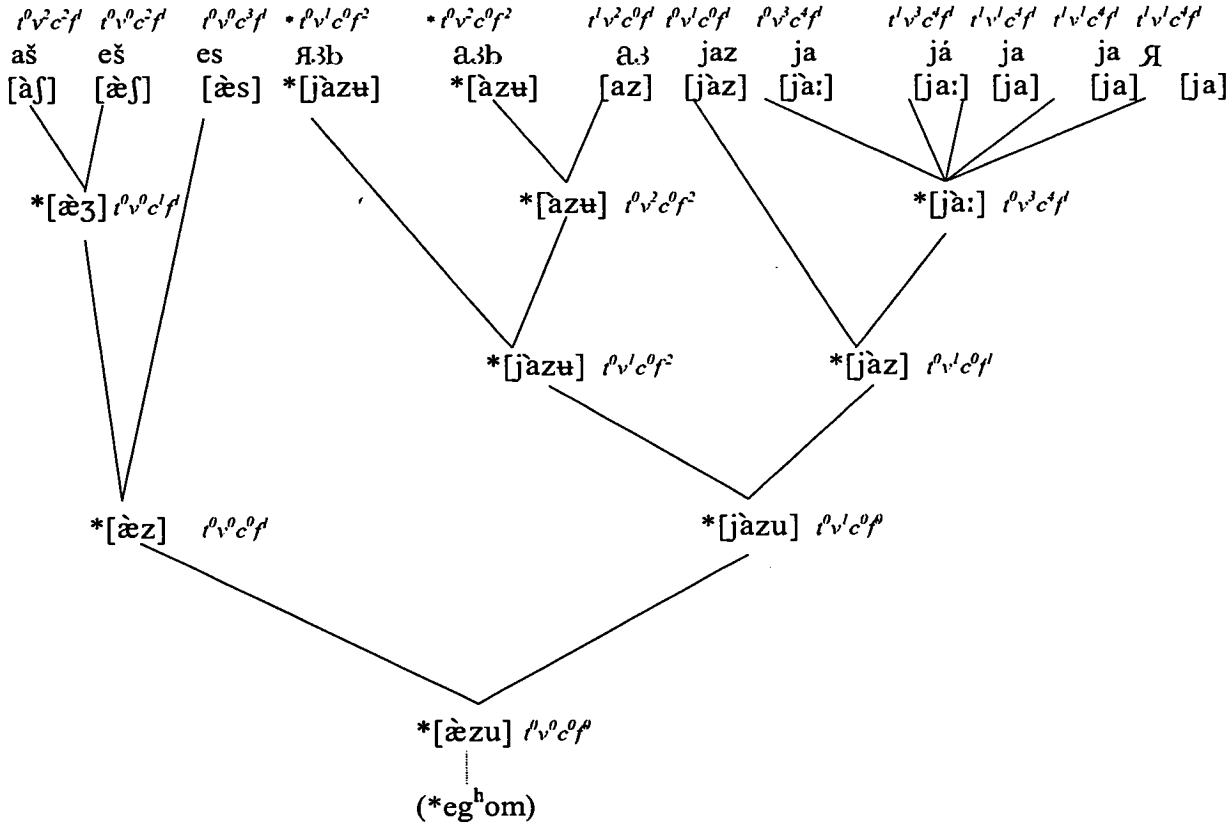
TEYSSIER, P. **La langue de Gil Vicente**. Paris: Klincksieck, 1959.

VASCONCELOS, J.L. **Opusculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

VÄÄNÄNEN, V. **Introducción al latín vulgar**. Madrid: Gredos, 1988 [1ª ed. 1962].

VIARO, M.E. Semelhanças entre o português brasileiro e as variedades africanas e asiáticas. *In: SILVA, L.A.da (org). A língua que falamos*. São Paulo: Globo, 2005. pp.211-252.

ANEXO: EXEMPLO CLÁSSICO DE RECONSTRUÇÃO COM BASE CARACTERES: ramo balto-eslavo do ide *eg^hom "eu"



Caracteres: t = tom; v = primeira vogal ; c = consoante *g^h > *z nas línguas *satem*; f = vogal final. O *-m final não foi considerado.

CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL BRÉAL PARA A PRAGMÁTICA E PARA A SEMÂNTICA LEXICAL

Márcia Sipavicius SEIDE¹

■ **RESUMO:** A partir da década de 90 do século passado, as idéias divulgadas por Michel Bréal – lingüista francês conhecido por ter criado os termos semântica e polissemia - têm sido retomadas com o intuito de evidenciar sua importância nos campos da Pragmática, da Semântica Cognitiva e dos estudos da enunciação. Este artigo evidencia possíveis contribuições de suas propostas para a Semântica Lexical e para a Pragmática. Num primeiro momento, alguns de seus postulados são analisados e relacionados às citadas disciplinas. Em seguida, a teoria apresentada é aplicada à análise de dois textos jornalísticos de modo a mostrar a aplicabilidade de suas idéias e fornecer evidência de que a semântica brealina pode funcionar como um denominador comum para as ciências do significado.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Semântica lexical. Análise componencial. Pragmática. Máximas conversacionais. Eufemismo. Ironia.

Introdução

Desde a publicação do **Ensaio de Semântica** (1990 [1904]) – doravante **ES**, vários livros, especificamente sobre Bréal ou que a ele fazem referência, foram publicados. Entre as obras pesquisadas (BELO, 1991; CARNOY, 1927; GEERAERTZ, 1998; GUIMARÃES, 1992, 1995, 2002, 2004; NERLICH, 1992; NERLICH e CLARKE, 1996; ULMANN, 1965), em nenhuma houve alguma aplicação prática dos postulados brealinos, exceção

¹ Colegiado de Letras – Unioeste – CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil – E-mail: sipavicius@oel.com.br.

feita a Carnoy, que se inspirou em algumas das leis propostas pelo semanticista para elaborar uma taxionomia que abrangesse as mudanças semânticas a que as palavras estão suscetíveis.

Todas as propostas brealinas relacionadas ao esforço interpretativo do interlocutor e à intenção do falante foram analisadas por Nerlich (1992) e por Nerlich e Clarke (1996) como *insights* pragmáticos, análise confirmada mediante cotejo da segunda parte do ensaio com a Pragmática tal qual descrita em livros brasileiros de divulgação científica (MUSSALIN, BENTES 2001a, 2001b; FIORIN, 2002, 2003).

Este artigo concentra-se nos conceitos teóricos descritos na segunda parte do ensaio de Bréal (doravante referidos pelo termo Semântica Lexicalista) que, se aplicados à área dos estudos semânticos, podem funcionar como um denominador comum capaz de sintetizar teorias semânticas díspares, como é o caso da Pragmática decorrente dos estudos em Filosofia da Linguagem e da Semântica Lexical de viés estruturalista.

No que se refere à relação entre a Semântica Lexical e a Semântica de Bréal e dessas duas teorias com a Pragmática, elas não foram apontadas por nenhum dos lingüistas estudados. Carnoy e Ullmann fazem referência a muitos conceitos brealinos, mas quase não propõem diálogos entre suas propostas e as teorias modernas. Belo não percebe qualquer relação de complementaridade entre Saussure e Bréal. Geeraertz trata somente dos aspectos coincidentes com a Semântica Cognitiva. Nerlich reconhece pontos em comum entre Saussure e Bréal, mas não compara a Semântica Lexical com as propostas de Bréal, enquanto Guimarães enfatiza apenas os aspectos pertinentes aos estudos da enunciação.

De modo a ilustrar a aplicabilidade de suas propostas e as convergências teóricas encontradas entre a Semântica Lexical, a Pragmática e a Semântica Lexicalista dois textos jornalísticos opinativos foram analisados: *O Brasil entre dois mundos*, de Gaudêncio Torquato, retirado de *O Estado de S. Paulo*, e *Pesada herança*, de Nuno Rogeiro, publicado no *Jornal de Notícias*, em Portugal.

Sobre a Semântica Lexicalista

A Semântica Lexicalista engloba todas as propostas brealinas referentes à segunda parte do ES, ao que o próprio autor denominou como "a semântica propriamente dita", aquela que trata especificamente do

significado e do sentido das palavras. Não obstante vários tópicos e fenômenos lingüísticos serem abordados nesta parte do ensaio, apenas serão explicitados aqueles cuja atuação foi observada nos textos jornalísticos: sua noção de signo, significação e mudança semântica - explicitados no capítulo *Como os nomes são dados às coisas* - ; os nomes próprios e os nomes comuns; a extensão de sentido; a restrição de sentido; o estudo da metáfora, do eufemismo e das mudanças de sentido para pior (sentido pejorativo) ou para melhor (sentido melhorativo).

Como os nomes são dados às coisas

A idéia fundamental da Semântica Lexicalista é a de que, no objeto a que um nome faz referência, há inúmeras noções às quais se pode aludir no ato interlocutivo. A complexidade das associações feitas pelos usuários, por sua vez, faz com que o nome seja sempre incompleto e vago². Para Bréal, o ponto de partida do estudo da significação e do sentido das palavras é o estudo de como os nomes são dados às coisas, investigação que se baseia numa teoria particular do signo e do processo significativo, tendo-se como ponto de partida um panorama histórico de como essas questões foram tratadas.

Após ponderar o ponto de vista defendido por Sócrates, por Platão e pelos filósofos indianos, o autor conclui que há, necessariamente, um desajuste entre a coisa e o nome: a denominação sempre é incompleta e inexata em comparação com aquilo que se quer significar. Esse desajuste explica porque as palavras têm seu sentido e seu significado modificados: se houvesse uma conveniência perfeita entre nome e coisa, nenhuma mudança semântica teria cabimento.

A desigualdade entre palavra e coisa, explica, deve-se à qualidade de signo que a palavra adquire logo após ser criada. Outra característica ressaltada por Bréal, decorre da constatação de que o nome expressa apenas uma das noções "que o objeto evoca no espírito". É justamente por indicar apenas uma parte do que se pode pensar sobre o objeto a que a palavra se refere que esta se transforma em signo, isto é, em índice do pensamento.

² Advirta-se que a proposta de vagueza semântica elaborada por Bréal não é totalmente equivalente à hipótese de vagueza semântica utilizada hoje em dia. Enquanto, para o primeiro, todas as palavras não gramaticais são vagas, para os semanticistas modernos a vagueza é algo que ocorre apenas com um determinado conjunto de palavras e em determinadas circunstâncias. Não obstante esta divergência, em todas as teorias há a defesa da importância do discurso

As noções que não estão expressas no nome, continua Bréal, o acompanham de tal modo que o significado inicial da palavra se vê influenciado por essas associações, sendo que desta influência decorrem várias mudanças de sentido. Sendo assim, uma palavra, longe de ser um reflexo das qualidades e das substâncias que este objeto apresenta, é, na verdade, um eco do pensamento que se tem a respeito do objeto. À medida que se diversificam as associações feitas – seja por parte do falante, seja por parte do ouvinte ou, mais freqüentemente, por parte de ambos – diversificam-se, também, o significado das palavras³.

Os nomes próprios e os nomes comuns

A qualidade sígnica das palavras, defende Bréal, muda sensivelmente quando se trata de substantivos próprios ou de substantivos abstratos. Quando um substantivo é abstrato, observa, há mais equivalência entre o nome e aquilo que o nome representa, pois, a um substantivo abstrato associa-se uma determinada “operação no espírito”:

Quando tomo as duas palavras, *compressibilité, immortalité*, tudo o que se acha na idéia se acha na palavra. Mas se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a ser tornar um signo. (BRÉAL, 1992[1904], p.123).

Assim como os substantivos abstratos, os nomes próprios são diferenciados dos demais nomes. Trata-se de nomes que se caracterizam por manter uma relação unívoca entre nome e coisa pelo fato de designarem seres individuais, característica que os torna os mais significativos de todos os nomes, os substantivos por excelência.

para a determinação do sentido. Moura assim descreve a citada hipótese: “A vagueza ocorre quando o uso da palavra gera casos duvidosos de aplicação a certos seres ou situações. Um exemplo típico é o da palavra bom [...] Diferentes interpretações podem ser evocadas num contexto: um bom aluno é aquele que demonstra inteligência, ou então é aquele que estuda muito, (...) há a perspectiva que denominei de ‘visão vaga da indeterminação do sentido’. Nesse caso, a determinação de sentidos lexicais é vista como um procedimento essencialmente contextual, no qual a estruturação lexical tem um papel secundário. Um exemplo desta visão é a Teoria da Precificação (Pinkal, 1995; Poesio, 1995). MOURA, Heronides Maurílio de Melo. “A determinação de sentidos lexicais no contexto”. In; Cad. Est. Ling. 41, Campinas, 2001, p.113 e 120.

³ A relação proposta entre pensamento e significação remete ao viés cognitivista da semântica brealina. Ver Geeraertz (1998) e Seide (2006).

Apesar dessa peculiaridade, Bréal defende que os nomes próprios não podem ser situados fora da língua, pois não formam uma espécie à parte. Em defesa de seu ponto de vista, o autor refuta argumentos contrários, segundo os quais esses nomes deveriam ficar à margem da língua, e mostra semelhanças entre os nomes comuns e os nomes próprios. Por fim, propõe que os nomes próprios se diferenciem dos comuns por uma questão de grau.

A propriedade de os nomes próprios não conservarem o significado de seu étimo, esclarece, não constitui uma qualidade distintiva, pois muitos substantivos deixaram de apresentar seu significado original. Além disso, explica o semanticista, a pronúncia dos nomes próprios se conserva melhor em conseqüência de eles serem pronunciados com mais cuidado. Este zelo pela pronúncia, argumenta, também se verifica em algumas palavras da linguagem religiosa e da linguagem administrativa. O fato de os nomes próprios, geralmente, não serem traduzidos quando são transportados de uma língua para outra é mais uma característica que os nomes próprios e certos substantivos apresentam em comum, já que as designações de dignidades, de invenções ou tradições não costumam ser traduzidas. Bréal acrescenta, ainda, que os nomes próprios, tanto quanto os comuns, são suscetíveis à mudança, já que um nome próprio pode transformar-se em nome comum e um nome comum pode tornar-se um nome próprio:

Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de idéias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra *César*, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa "imperador", para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum. (BRÉAL, 1992, [1904], p.126).

A maior compreensão dos nomes próprios a que Bréal se refere nessa citação decorre de eles serem signos de segunda potência. O autor não explicita em que consiste essa diferença de grau, porém, considerando que o nome comum tem potência 1 e o nome próprio, potência 2, pode-se inferir que o nome próprio é um nome de um nome. Além das características de um nome comum (é nome de uma coisa) apresenta características próprias (designa um ser individualizado). A propriedade de os nomes próprios serem os mais significativos explica porque Bréal os

considerava como signos de segunda potência.

A restrição e a extensão de sentido

Para Bréal, a restrição e a extensão de sentido são conseqüências do ajuste sofrido pela palavra no ato interlocutivo, ajuste que é necessário em virtude de haver uma desproporção entre o nome e aquilo que se quer dizer por meio dele. Essa desproporção, entretanto, não é percebida pelo falante enquanto expressa o seu discurso, muito menos pelo ouvinte que o está escutando. Do ponto de vista do falante, o nome é equivalente à coisa devido às circunstâncias da interlocução e à sua intenção designadora. Do ponto de vista do ouvinte, sua atenção dirige-se diretamente à intenção de quem fala, o que acarreta uma restrição ou uma extensão automática do significado da palavra.

Ao lado da restrição que atinge o significado das palavras, Bréal verifica que há a restrição que atinge tão somente o sentido. Esse tipo de restrição é mais superficial, não deixa marcas e é variável segundo as circunstâncias. Há, pois, dois tipos de restrição de sentido: aquele que acarreta mudanças definitivas do significado de uma palavra, e só pode ser analisado a contento de um ponto de vista histórico, e o que ocorre ordinariamente, sem causar alteração de significado:

Além das restrições de sentido cujo evidente e permanente testemunho a língua traz, fazem-se, no falar de cada um, constantes aplicações do mesmo princípio, mas que não deixam traço durável, porque variam segundo o tempo e lugar. (BRÉAL, 1992[1904], p.85).

Uma restrição do primeiro tipo foi o que transformou o substantivo latino *felis* ou *feles* que significava “fêmea” e, pouco a pouco, passou a designar a “fêmea do gato”. Com relação ao segundo tipo, o autor cita a expressão francesa “*Aller à la ville*” (ir à cidade) que recebe traduções, isto é, interpretações diferentes, de acordo com a região em que a frase é enunciada⁴.

Outro dado importante sobre a restrição de sentido é que ela pode modificar a relação existente entre uma palavra de significado restrito e

⁴ O processo aqui descrito parece equivaler ao processo de determinação semântica via contexto descrita por Moura com base na Teoria da Precisão de Pinkal e Poesio (ver nota de rodapé n.2).

outra que se tornou sinônima por seu significado ter se restringido: a palavra específica pode cair em desuso em detrimento da palavra que sofreu a restrição. Esse fenômeno, enfatiza Bréal, não se dá por uma questão de escolha ou preferência por parte dos falantes como pensavam os antigos, mas sim por uma questão de hábito (1992[1904], p.82).

Para explicar como se dá a restrição de sentido, Bréal partiu do princípio de que o interlocutor vai ao encontro da intenção do ouvinte, promovendo, assim, um ajuste: o ouvinte esforça-se para perceber o sentido que o falante imprime às palavras. A restrição ou extensão de sentido é, portanto, resultado do esforço interpretativo do ouvinte. A restrição ocorre porque o falante usa uma palavra sentindo-a ajustada à sua intenção, e o ouvinte, compreendendo a intenção de quem fala, ajusta automaticamente o sentido proposto ao significado da palavra usada. Percebemos, aí, um importante ponto de convergência entre a Semântica Lexicalista e a Pragmática.

Do ponto de vista da Pragmática, a interlocução segue o princípio de cooperação, uma das máximas conversacionais propostas por Grice que, partindo da Filosofia da Linguagem, também postula que, para haver conversação, é fundamental que o ouvinte busque o que o outro quis dizer:

[...] para Grice, o princípio da cooperação é o princípio geral que rege a comunicação. Para ele, o falante leva em conta sempre, em suas intervenções, o desenrolar da conversa e a direção que ela toma [...] As máximas conversacionais [...] são uma teoria de interpretação dos enunciados [...] Mesmo para divergir, os parceiros da comunicação precisam interpretar adequadamente os enunciados que cada um produz (FIORIN, 2002, p.177-178).⁵

O princípio de que o uso especifica o significado de uma palavra, por sua vez, também faz parte dos postulados da Semântica Lexical, disciplina que propõe que uma palavra nocional, no nível da língua, apresente um conjunto de semas (semema) que pode ser diminuído ou aumentado no nível discursivo:

⁵ No clássico texto de Grice, "Lógica e Conversação" a busca do sentido por parte dos interlocutores é assim descrita: "uma primeira aproximação de um princípio real. Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até um certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou, no mínimo, uma direção mutuamente aceita." (grifos da pesquisadora). GRICE, P. "Lógica e Conversação". In: Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística, bibliografia. DASCAL, M. (org.) Campinas: IEL- Unicamp, 1982, p.86.

[...] uma unidade lingüística qualquer sofre sempre algumas especificações. Na passagem do sistema virtual da língua ao processo de seu uso discursivo, uma unidade, por exemplo, uma palavra, sofre simultaneamente duas transformações:

(i) uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a atualização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta;

(ii) o núcleo sêmico – o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários – é acrescido de semas contextuais. (PIETROFORTE; LOPES, 2003, p.121).

Nota-se que a premissa da Semântica Lexical de que o uso concreto da língua determina o conteúdo semântico das palavras pode ser relacionada à explicação contextual para a restrição de sentido. De acordo com essa explicação, uma palavra sofre restrição por influência do meio em que está sendo utilizada: uma palavra como *cidade* tem um significado amplo, mas, no momento em que é utilizada, restringe-se a denotar “uma cidade específica”. Percebemos, então, que o conceito de mobilização sêmica é compatível com o postulado brealino.

Outra compatibilidade surge quando se considera a reciprocidade entre restrição e extensão postulada por Bréal. Como consequência da restrição de sentido, Bréal apontara a extensão de sentido de palavra sinonimicamente relacionada. Numa série de sinônimos, esclarece, se um termo se amplia, esta extensão pode restringir o significado do termo ao lado e, inversamente, a restrição de um termo pode ter por efeito a extensão do outro. Ao verificar que a supressão de um termo afetava o termo sobrevivente, o lingüista constatara que qualquer mudança numa parte do léxico afetava todo o conjunto lexical. Uma vez que esse princípio converge com as noções saussurianas de valor de um signo e de língua como sistema, confirma-se a afinidade entre a Semântica Lexical, derivada do Estruturalismo, e a Semântica Lexicalista.

A extensão de sentido é definida por Bréal como um deslocamento de sentido lento e gradual, portanto, distinto daquele que ocorre em decorrência da metáfora que muda o sentido de uma palavra ou expressão instantaneamente. Comparada à restrição de sentido, a extensão de sentido diferencia-se por ser um deslocamento em direção contrária.

A extensão de sentido, explica, pode resultar no uso de uma palavra no lugar de seus sinônimos, como aconteceu com a palavra alemã *Pferd*

que suplantou Ross, provavelmente por extensão do contexto de uso da palavra, da língua militar para a língua geral. Essa explicação, adverte Bréal, é apenas uma das possíveis causas da preferência de uma palavra por outra, não sendo possível conhecê-las todas (BRÉAL, 1992[1904], p.88).

No caso dos verbos, esclarece o semanticista, a extensão decorre do esquecimento das especificações da ação por ele designada. A não-observação dessas especificidades pode generalizar o uso de um verbo determinado. Um exemplo desse tipo de extensão é o do verbo francês *briller* que originalmente descrevia “a ação de brilhar” de uma pedra preciosa determinada – “o berílio” – e passou a significar “toda e qualquer ação de brilhar”.

No tocante aos nomes, simples ou compostos, há um esquecimento gradual das circunstâncias particulares nas quais um objeto foi originalmente designado. Entre os exemplos citados por Bréal, há o caso do substantivo francês *gain*. Originalmente, *gain* era “a colheita”; após certo tempo, passou a designar também “o que se ganha com a colheita”. Esse sentido, então, foi ampliado e passou a designar “todo tipo de ganho”, inclusive os que não são obtidos por qualquer tipo de trabalho.

Ao analisar vários casos de extensão, Bréal percebera que, muitas vezes, a significação da palavra se modificava tanto, que quase nada de sua significação original era mantida. Esta maleabilidade é explicada da seguinte maneira: quando uma palavra é criada, o é levando-se em consideração as circunstâncias particulares que delimitam seu uso. Tais circunstâncias vão sendo esquecidas pelos falantes, preocupados que estão com aquilo que querem dizer no momento de interlocução. Por esse motivo, enfatiza, as restrições de uso da palavra vão se apagando e, em não havendo mais tais restrições, passa a não haver mais limites para a extensão de sentido.

Do ponto de vista da Semântica Lexical, o processo descrito por Bréal é resultado dos processos usuais que têm lugar quando uma palavra é usada em discurso: de um lado, há a perda de semas não atualizados; de outro, o acréscimo de semas contextuais. No caso da extensão, pode-se dizer que os semas não atualizados são excluídos do semema de base da palavra e que os semas contextuais são acrescentados ao semema.

A metáfora

Após descrever a extensão e a restrição de sentido, Bréal volta-se para a metáfora definida como o produto da visão de uma semelhança entre dois objetos ou atos, como uma expressão que representa uma imagem.

Para o semanticista, tanto as metáforas da linguagem popular quanto aquelas provenientes do meio literário são fruto de pensamentos individuais. À medida que são vulgarizadas, passam a pertencer à linguagem comum, transformando-a, sendo que a única diferença entre uma metáfora literária e uma não-literária é que as do tipo literário, para ter valor, não podem ser comuns, necessidade que motiva os escritores a criarem sempre metáforas novas (BRÉAL, 1992[1904], p.94).

No mesmo trecho acima mencionado, Bréal trata de metáforas que deixaram de ser sentidas como tais. Se a percepção de semelhanças entre dois objetos dá origem a uma expressão metafórica, o esquecimento da imagem expressa pela metáfora, torna-a uma qualificação corrente e a metáfora deixa de existir. A definição de alguma expressão como metáfora, portanto, depende da percepção dessa expressão como metafórica por parte do usuário do idioma. Muitas vezes, afirma Bréal, uma expressão deixa de ser metafórica, para, após certo tempo, ser novamente usada com um sentido metafórico. Outra característica da metáfora é estar sujeita a ser importada ou exportada de um idioma para outro, se bem que, muitas vezes, seja difícil decidir quando se trata de um empréstimo lingüístico e quando se trata de uma coincidência (BRÉAL, 1992[1904], p.135).

Além de fornecer uma definição para a metáfora (criação de imagem a partir da percepção de semelhança entre dois objetos) e apontar sua suscetibilidade à mudança (desmetaforização, remetaforização e suscetibilidade a ser transplantada de um idioma a outro), Bréal a estuda enquanto fator de mudança lingüística: a metáfora modifica instantaneamente o sentido de uma palavra, criando-lhe um sentido adicional. Como exemplo de sentido adicional de uma palavra, originado por uma metáfora, o autor cita a palavra francesa *chef*, no sentido de “cabeça”. O uso metafórico criou o significado adicional de “condutor, diretor”. Em outro capítulo, o autor esclarece que uma das origens da polissemia é a convivência do significado primitivo de uma palavra com seu significado metafórico.

O eufemismo, o sentido pejorativo e o sentido melhorativo

Lingüistas contemporâneos a Bréal também estudavam as mudanças de sentido das palavras, porém, não as consideravam como resultado dos ajustes necessários ao uso da palavra pelo indivíduo numa situação dada, mas sim a tendências que as palavras teriam em si mesmas.

No primeiro capítulo da segunda parte do ensaio, o semanticista condena a idéia de que as palavras teriam tendências imanentes. Para Bréal, acreditar na existência de tendências nas palavras era uma crença tão ilusória quanto a filosofia medieval, que acreditava haver um espírito responsável por cada fenômeno físico. Na verdade, as mudanças de sentido que se verificam nas palavras não são causadas por alguma qualidade que as palavras teriam, mas sim pelo uso que se faz delas. Para explicitar melhor o processo pelo qual uma palavra tem seu sentido modificado, o lingüista cita a teoria econômica do valor da moeda: “valeria tomar ao pé da letra nossos economistas, quando eles dizem que a moeda tem uma tendência a baixar constantemente de valor” (BRÉAL, 1992[1904], p.77).

Tal qual ocorre com as moedas, as palavras não têm, em si mesmas, valor algum e valem de acordo com o uso: conforme o que se queira dizer através delas, por um lado, e segundo o que se entende por elas; de outro, caso deixe de ser corrente, perde todo seu valor⁶.

Partindo do princípio de que uma palavra tem seu sentido mudado à maneira como varia o valor de uma moeda, o lingüista propõe uma explicação alternativa à suposta tendência pejorativa das palavras. Certas palavras têm seu sentido mudado em decorrência de terem sido usadas como eufemismos. Isto acontece porque o ouvinte percebe o que está sendo evitado quando o falante usa a palavra eufemística no lugar daquela que denota idéias desagradáveis. A recuperação dessas idéias, repetindo-se a cada vez que o eufemismo é utilizado, leva o ouvinte a colocar ambas as

⁶ Saussure também utiliza a metáfora da moeda, mas não exatamente da mesma maneira que Bréal. No *Curso de Lingüística Geral*, ela é utilizada para esclarecer o que ele entendia por significação e por valor do signo. Diz o lingüista genebrino: “Para determinar o que vale a moeda de cinco francos, cumpre saber: 1º. que se pode trocá-la por uma quantidade determinada de uma coisa diferente, por exemplo, pão; 2º. que se pode compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou uma moeda de algum outro sistema.” Saussure, F. *Curso de Lingüística Geral*. CHELINI, PAES e BLIKSTEIN (trads). São Paulo: Cultrix, 1975, p.134 A primeira operação, explica, equivale a dizer que uma palavra pode ser trocada por uma idéia. Esta troca de palavras por idéias estabelece sua significação; a segunda operação é a de comparar a palavra com as que “se lhe pode opor”, surgindo desta comparação o estabelecimento do valor da palavra.

palavras no mesmo plano. Quando isto ocorre, a palavra deixa de ser eufemística e passa a designar a idéia que se quis evitar; cria-se, então, um novo significado.

Um exemplo esclarecedor, entre os citados por Bréal, é o da palavra latina *periculum* que, segundo Aulo Gélío teve, antigamente, um sentido positivo – o de “experiência” – mas que passou a significar “perigo” como efeito do uso eufemístico. Outro exemplo é o do adjetivo inglês *silly* (“bobo”) que, etimologicamente (anglo-saxão *saeli*, alemão *selig*), significava “feliz”, “tranquilo”, “inofensivo” (BRÉAL, 1992[1904], p.78).

Quanto ao caráter pejorativo que algumas palavras adquirem, Bréal propõe que uma das causas para o fenômeno está no costume de se procurar defeitos ou pontos negativos em qualidades virtuosas. É esta atitude que, segundo o autor, explica a evolução da palavra francesa *prude*. Originalmente, era o masculino de *preux* e significava “valente”, “corajoso”. Devido, talvez, ao modo como foi usado pelos narradores, esse adjetivo passou a designar “aquele que é hipócrita”.

Uma atitude contrária à descrita acima é a da polidez que, de acordo com Bréal, pode levar ao “melhoramento” do sentido de uma palavra. Foi o que aconteceu com a palavra italiana *vezzoso*, que, de “alguém vicioso”, “cheio de vícios”, passou a definir alguém “*che ha in sè una certa grazia e piacevolezza*” (BRÉAL 1992[1904], p.78).

As explicações dadas por Bréal para o enfraquecimento dos sentidos das palavras, por sua vez, são mais voltadas à influência do uso que à intenção do falante. Esse enfraquecimento, especula, pode ser resultado ou de um exagero na descrição de algo, ou de um uso indiscriminado da palavra. Um dos exemplos citados pelo autor para ilustrar a primeira causa mencionada é a expressão inglesa “*to be anxious to see you*” que, usada como fórmula de cortesia, expressa apenas que alguém quer ver outrem. Como exemplo de uso indiscriminado, há o verbo francês *consacrer* que deixou de significar exclusivamente “a ação de consagrar” para significar “a ação de dedicar-se a algo”, como na frase “*Le reste de la soirée fut consacré à la danse*” (idem, p.104).

Sintetizando os aspectos da Semântica Lexicalista ora apresentados, pode-se dizer que, para Bréal, sempre há uma brecha entre as palavras e as coisas. Esta incompletude da palavra frente ao que ela pode significar é a força motriz, não só das mudanças semânticas estudadas ao longo da

segunda parte do ensaio, mas também do próprio funcionamento da linguagem, haja vista a função do falante e o papel do ouvinte na construção do sentido, processo explicitado na análise proposta pelo semanticista sobre o eufemismo, o sentido pejorativo e o sentido melhorativo das palavras.

As explicações propostas para explicar a mudança do sentido de algumas palavras para pior ou para melhor parecem-nos bastante significativas. Elas demonstram que Bréal se preocupava tanto com o ouvinte quanto com o falante quando analisava a situação na qual as palavras eram utilizadas: pare ele, a intenção do falante quando usa determinada palavra é tão importante quanto a percepção desta intenção por parte de quem ouve.

Cumpramos ressaltar que a consideração da intenção do falante, da situação comunicativa e da interpretação do que está sendo comunicado por parte do ouvinte, por sua vez, coincide com os princípios básicos da Pragmática, motivo pelo qual os especialistas dessa disciplina podem considerar Bréal um precursor de suas idéias, como é o caso de Nerlich e Clarke, que defendem que sua teoria semântica caracteriza-se por seu caráter cognitivo, pragmático e dialógico:

Bréal's theory of language and meaning is thus a cognitive, pragmatic and a dialogical one, taking into account the speaker, the hearer, the intention and the background, factors which all interact to make it possible for the hearer to understand an utterance (1996, p.244).

Análise dos textos jornalísticos

Na linguagem em uso, o significado das palavras ajusta-se ao contexto discursivo adquirindo um sentido determinado, processo descrito pela Semântica Lexical como monossema discursiva das palavras, vista como resultado de uma mobilização sêmica por meio da qual semas virtuais são subtraídos e semas contextuais são adicionados às palavras. Na semântica proposta por Bréal, o uso - pautado na intenção do falante e percebido pelo ouvinte - é o fator que promove a mudança semântica lexical cuja regularidade lhe possibilitou formular determinadas leis descritas na segunda parte de seu ensaio.

Dada a semelhança entre o modo de funcionamento dessas leis e o processo de mobilização sêmica, pautada no fato de ambos terem por base

o uso lingüístico, a metodologia utilizada pela Semântica Lexical foi o instrumento de pesquisa escolhido para detectar, nos textos analisados, a atuação de algumas das leis descritas por Bréal. No ES, o semanticista comparava o significado etimológico de uma palavra com os sentidos que ela foi adquirindo pelo uso. A observação das mudanças ocorridas possibilitou não apenas a formulação de leis, mas também a convicção de que a linguagem é capaz de expressar os pensamentos e os sentimentos do falante, em virtude da plasticidade conferida pelo esquecimento e pela não-conservação do valor etimológico das palavras.

Neste ensaio de aplicação, o parâmetro utilizado para comparação é a análise sêmica das acepções descritas pelo dicionário Aurélio (1986). Contrastando-se o significado dicionarizado com o sentido discursivo da palavra, observa-se a mudança ocorrida e avalia-se a lei que melhor descreve o processo que deu origem à mudança. São analisados também os casos em que os verbetes consultados apresentam acepções cuja diferenciação pode ser esclarecida ou aprofundada por meio das leis postuladas no ES.

Importa ressaltar que a Semântica Lexicalista não concebe o uso lingüístico senão em função do falante e da situação comunicativa concreta em que se dá a interlocução. Tendo em vista alcançar um objetivo – passar informações, exteriorizar um desejo, fazer um pedido ou uma ordem, comover etc. – o usuário do idioma dirige-se a um interlocutor que busca, nas palavras ouvidas ou lidas, “o que o outro quer dizer”, preocupação que remete aos estudos pragmáticos da linguagem. Para Bréal, muitas vezes, o uso lingüístico muda o significado das palavras porque o ouvinte as associa não às idéias que as palavras passam de *per se*, mas às intenções do falante. Conforme observa Bréal, é comum o falante substituir certos termos por diplomacia, isto é, para não escandalizar ou magoar o interlocutor. Esse hábito de substituição está na origem do eufemismo, efeito de sentido que pode ser destruído caso a intenção do falante seja percebida pelo interlocutor. A ironia é outro fenômeno em que o esforço interpretativo do interlocutor é essencial e, conforme será visto na análise do texto português, pauta-se pelo mesmo processo pelo qual o efeito eufemístico é neutralizado.

Em *O Brasil entre dois mundos*, texto jornalístico opinativo publicado em 29 de janeiro de 2001, em *O Estado de S. Paulo*, Gaudêncio Torquato descreve a nação como um país dividido entre duas culturas: uma que preza a ética e a lealdade e outra, egocêntrica e personalista, que se sustenta ludibriando os outros. Para representar esta divisão, o consultor político

compara o país a uma fruta que apresenta uma *banda podre* e uma *parte verde e nobre*. Ao final do texto, o autor utiliza uma metáfora para avaliar o pleito de 2002. Apesar das críticas feitas, o jornalista acredita que, “com o empurrão da parte digna da sociedade, a outra está sendo despachada para a lata de lixo”. Torquato finaliza seu artigo narrando a peripécia de uma cadela vira-lata que arriscou sua vida por seu dono, um menino de seis anos.

Para convencer o leitor de seu ponto de vista, o jornalista e professor da USP, manipula a língua portuguesa de modo intencional, fazendo uso de recursos retóricos como a narração de histórias exemplares, o uso de metáforas e comparações que criam contrastes.

No primeiro parágrafo do texto, Torquato descreve uma cena em que um brasileiro faz, em Londres, uma pesquisa de preços e tenta, em vão, convencer o vendedor da última loja pesquisada a dar-lhe um desconto. O inglês aconselha-o a comprar na primeira loja. Esta história serve para o autor introduzir a noção dicotômica esboçada no título do artigo. Há culturas nas quais “a pechincha” é admitida e outras em que ela não é tolerada, por ser vista como “deslealdade, desconfiança, desonestidade”. Fechando o parágrafo, o jornalista cita Confúcio, “o precursor da cultura da lealdade”.

Nesse parágrafo, percebe-se a clara intenção do articulista de caracterizar negativamente o hábito brasileiro de pechinchar, associando-o “à parte podre da fruta”. No capítulo referente às tendências das palavras, Bréal explica que as palavras pejorativas não o são por alguma característica intrínseca a elas, mas sim em decorrência da intenção com que são utilizadas. O ouvinte percebe a intenção do falante e, por associação de idéias, confere à palavra uma conotação pejorativa. No trecho abaixo, o sentido da palavra *pechincha* é pejorativo o que não ocorre com a expressão *perquirir preços* anteriormente utilizada:

(...) Perquirir preços, pechinchar, coisa que faz parte de algumas culturas, significa para outras, como a inglesa, deslealdade, desconfiança, desonestidade (...). (TORQUATO, 2001).

No nível sistêmico (descrito com base nas informações lexicográficas), *perquirir* significa, em sua primeira acepção, “investigar com escrupulo” ao passo que *pechinchar*, como verbo intransitivo, apresenta duas acepções: a primeira, pejorativa – “receber vantagens inesperadas ou imerecidas” – e

a segunda, neutra – “comprar muito barato”. Segundo a Semântica Lexical, no texto, pela mobilização sêmica, os semas referentes à segunda acepção são subtraídos em favor da primeira acepção atualizada discursivamente.

A análise segundo a Semântica Lexicalista chega ao mesmo resultado, mas explica-o de outra maneira. As informações lexicográficas são vistas como indícios de que, na língua portuguesa, o verbo *pechinchar*, originalmente pejorativo, foi atenuado, atenuação que resultou na segunda acepção registrada no dicionário: o que antes era visto como um vício passou a ser considerado uma virtude. Trata-se de um processo idêntico ao que alterou o sentido da palavra *vezzoso* em italiano e *smart* em inglês (BRÉAL, 1995[1904], p.78). A interpretação discursiva, por sua vez, é explicada com base na busca da intenção do escritor pelo leitor que percebe tanto a neutralidade do primeiro verbo, *perquirir*, quanto a conotação negativa do segundo, *pechinchar*.

No segundo parágrafo do artigo, Torquato descreve uma conversa (verdadeira ou fictícia, não importa) entre políticos mineiros, utilizando o discurso direto, e interpreta-a para mostrar como agem os representantes da cultura da deslealdade. Para tanto, Torquato usa este exemplo com vistas a evidenciar que, num ambiente em que todos são desleais, é impossível saber a verdade:

É conhecida a historinha em que o sagaz José Maria Alkmim, do velho PSD mineiro, encontra no aeroporto o não menos sagaz Benedito Valadares, para quem lança a artimanha: “Ah, você está me fazendo crer que vai a Barbacena; acontece que eu sei que você realmente vai a Barbacena”. A tática, conhecida como engano de segundo grau, expressa um jogo de soma zero entre a sagacidade de um e a malandragem de outro. Mais ou menos algo como: “Quando você pensa que está indo, eu já estou voltando”. Ou ainda: “Sou capaz de prendê-lo no mesmo laço que você quer me laçar.” (TORQUATO, 2001).

Seguindo os postulados da Pragmática, o enunciado de Alkmim pode ser analisado por meio das máximas conversacionais de Grice. Em condições normais, o ouvinte espera que a máxima da qualidade – diga sempre a verdade – seja respeitada; tem-se, então, a expectativa de que o outro será honesto. Na conversa, o enunciado anterior, proferido por Valadares, é interpretado partindo-se do pressuposto de desrespeito à máxima; assim, a verdade é o contrário daquilo que está sendo dito. Este é o engano simples ou de primeiro grau. Seguindo essa interpretação, “Vou a Barbacena” quer

dizer “Não vou a Barbacena”. Alkmim avalia que Valadares sabe que o enunciado será assim interpretado por seu interlocutor e continua convicto de que Valadares o quer enganar. Dizer a verdade é uma maneira de anular a interpretação presumida. Este que é o engano de segundo grau. Como o resultado do jogo é zero, é impossível saber se a intenção de Valadares foi bem entendida por Alkmim e se ele foi bem sucedido em sua tentativa de saber a verdade. Em termos pragmáticos, é impossível saber se houve mal-entendido.

Conforme evidencia a conversa citada acima, o sentido é construído pela participação ativa do ouvinte. Este fundamento da Semântica Lexicalista, entretanto, não pode ser entendido como totalmente idêntico aos postulados pragmáticos, haja vista que, para Bréal, o processo interpretativo é bem mais simples: a busca da intenção do falante pelo interlocutor é vista como automática, e a possibilidade de erro de cálculo por parte do ouvinte não é cogitada.

No trecho a seguir, Torquato cria a metáfora da fruta: “Somos um país sem feição totalmente definida. Sua aparência é a de uma fruta que amadurece de maneira desigual, com partes quase apodrecidas e outras ainda verdecidas.” Para Bréal, toda a metáfora é resultado de uma comparação elaborada por uma mente privilegiada. É uma criação individual que, ao ser difundida e incorporada por todos, pode multiplicar o significado das palavras, sendo, por isso, uma causa de polissemia. Quando totalmente banalizada, observa ainda o lingüista, a metáfora não é mais sentida e o sentido metafórico da palavra passa a ser seu significado de base. No texto em questão, a metáfora tem um peso argumentativo considerável: numa fruta com uma parte podre, se essa parte não for retirada, toda a fruta fica podre, corrompida, portanto, inutilizável. Para que o mesmo não aconteça com o país, é preciso descartar a parte ruim, o que, espera Torquato, pode ser feito através das eleições, então próximas. Esta função retórica do uso da metáfora não foi abordada por Bréal, o que não o impediu de analisar a contento a influência da metáfora na mudança semântica das palavras.

Por meio da metáfora da fruta, Torquato atribui ao adjetivo *podre* o sentido de “algo moralmente corrompido, velho e passado” e, ao adjetivo *verde*, o de “algo moralmente são, não corrompido, nobre e jovem”. No dicionário Aurélio, a acepção figurada do adjetivo *podre* faz parte da terceira acepção da palavra, sendo que a primeira se refere “ao estado natural de

tudo que se encontra em estado de decomposição". A criação da acepção figurada, a partir da acepção literal, é resultado da banalização da metáfora surgida da comparação entre a decomposição biológica e a corrupção moral. Com relação ao adjetivo *verde*, o dicionário aponta, como sentidos figurados, a designação "de algo tenro, fraco, delicado" ou de "algo jovem", "relativo aos primeiros anos de existência". O sentido moral desse adjetivo, por sua vez, foi construído no discurso, por meio da metáfora da fruta; trata-se do mesmo fenômeno ocorrido com a palavra *podre* – multiplicação de significado causada pela metáfora – mas em fase anterior à banalização, uma vez que a acepção não se encontra dicionarizada.

No parágrafo seguinte àquele em que há a metáfora da fruta, o consultor político avalia a eleição para as presidências do Senado e da Câmara como uma batalha bárbara, conseqüência de um processo peculiar: "Basta ver a barbárie a que estamos sendo submetidos pela crescente tendência de fulanização da política, que não é senão a expressão do poder dos homens tomando o lugar do poder das idéias."

Nesse trecho, chama a atenção o neologismo criado. Da palavra *fulano* derivou-se o verbo *fulanizar*, que deu origem ao substantivo deverbal *fulanização*. No contexto, a conotação pejorativa da palavra criada é evidente e decorre da intenção do escritor ao criá-la e utilizá-la: criticar o modo personalista e egocêntrico de boa parte dos políticos brasileiros. O dicionário informa que a palavra *fulano* provém do árabe *fulan*. Segundo a primeira acepção registrada, *fulano* faz uma designação vaga a "uma pessoa incerta" ou "que não se quer nomear" e, de acordo com a segunda, um indivíduo determinado conhecido pelo interlocutor, conforme evidenciam os exemplos extraídos do dicionário Aurélio: "Que fulano cacete, o seu amigo Onofre!; Vi um fulano esquisito"(1986).

A análise das acepções revela a mudança semântica sofrida. Originalmente, o uso da palavra *fulano* restringia-se aos casos em que o falante almejava mencionar alguém sem nomeá-lo; depois a palavra *fulano* também foi utilizada para fazer referência direta a alguém. Por ter havido expansão do âmbito de aplicação da palavra, houve extensão de seu significado.

Dando seqüência a suas críticas, Torquato afirma: "O Estado moderno é incompatível com o império da baderna." *Baderna*, de acordo com o dicionário, é uma palavra brasileira criada no Rio de Janeiro em 1851 cujo étimo é o antropônimo *Baderna*, nome de uma dançarina. A transformação

de nomes próprios em nomes comuns, aponta Bréal, indica que seu significado também é suscetível à mudança, motivo pelo qual seu estudo não deve ser excluído da lingüística.

Em sua primeira acepção, a palavra denota “um grupo de rapazes”. Percebe-se que o significado original do antropônimo se esvaziou. O nome não remete mais à dançarina, mas sim às pessoas que costumavam assistir aos espetáculos da dançarina. A segunda acepção da palavra – “corja”, “súcia” – tem a mesma denotação da primeira, mas sua conotação é pejorativa. As demais acepções fazem referência à “conseqüência de se ter uma corja reunida”: “pândega”, “desordem”, “confusão”, “bagunça”. Nota-se que é neste sentido mais distanciado do etimológico que a palavra é utilizada no texto.

A análise do texto de Torquato e dos verbetes relativos a alguns de seus vocábulos, segundo a Semântica Lexicalista, mostra a ocorrência, na língua portuguesa em sua modalidade escrita, de alguns fenômenos descritos por Bréal. O estudo da evolução semântica da palavra *baderna* é um exemplo de transformação de nomes próprios em comuns. O uso da palavra *pechincha*, no texto, testemunha a tendência humana de dar às palavras uma conotação pejorativa. A análise do verbeito relativo a essa palavra mostra que, na passagem da primeira para a segunda acepção, a atuação da tendência contrária: o tom pejorativo da palavra foi atenuado. A metáfora da fruta fez ingressar, na palavra *verde*, o sentido de “nobreza e retidão moral”, mostrando que a metáfora, tal qual propusera Bréal, é uma das causas de polissemia. A conversa entre políticos relatada e interpretada pelo jornalista indica que Bréal estava certo ao propor a participação ativa do ouvinte que não se atém ao significado das palavras em sua busca pelo sentido pretendido pelo interlocutor.

De modo a ilustrar a aplicação dos postulados brealinos em escritos na variante portuguesa de nosso idioma, analisamos o texto *Pesada Herança*, publicado no dia 2 de fevereiro de 2004 em *Jornal de Notícias*, em Portugal, e escrito pelo comentarista político português Nuno Rogeiro. Nesse texto, Rogeiro questiona o processo pelo qual a suspeita de existência de armas de destruição de massas no Iraque transformou-se em ameaça, motivando o governo norte-americano a declarar guerra àquele país. Em *post scriptum*, há críticas à reação da torcida perante a morte, em campo, de um jogador de futebol. Por fim, a opinião popular a respeito do juiz incumbido de

julgar um processo judicial polêmico (designado Caso Casa Pia) e sua caracterização por parte da Imprensa e dos acusados são ironizadas.

No primeiro parágrafo, o escritor lembra que, no começo de 2003, já havia previsto que a questão da existência ou não de armas de destruição em massa ficaria na história. No parágrafo seguinte, o ponto de vista daqueles que se opunham à guerra por não acreditarem na existência das armas é recuperado e apoiado: “Se elas fossem encontradas, calar-se-iam os que só viam uma cruzada ianque pelo petróleo e pelo império, e compreender-se-ia a obsessão dissuasora de Washington.” (ROGEIRO, 2004).

Nesse trecho, é evidente a carga pejorativa da expressão “cruzada ianque” a revelar a opinião do escritor, contrária à guerra ao Iraque. No dicionário, a definição da primeira acepção da palavra *cruzada* remete ao fato histórico que lhe deu origem: “expedição militar de caráter religioso contra hereges ou infiéis que ocorreu na Idade Média”. A definição da segunda acepção indica que as circunstâncias particulares que deram origem a seu surgimento foram esquecidas, propiciando as condições necessárias à extensão de sentido. A expressão “cruzada contra o analfabetismo”, citada no verbete indica que qualquer “campanha de propaganda ou defesa de idéias de certos interesses, princípios e idéias” pode ser chamada de cruzada. Se, no texto, a palavra é utilizada para denotar a invasão dos EUA ao Iraque, tanto no nível sistêmico quanto no discursivo, houve a atuação da Lei de Extensão de Sentido. Rogeiro usa o adjetivo *ianque* para caracterizar a cruzada, termo que também apresenta uma conotação pejorativa. O dicionário informa que essa palavra foi derivada do inglês *yankee* e designava, originalmente “as pessoas provenientes da região norte-americana de New England”. Por extensão, este item lexical passou a designar “qualquer norte-americano”.

É preciso admitir, contudo, que a leitura do artigo por leitores mais cultos pode suscitar uma interpretação diferente da expressão *cruzada ianque* em que se considerem as circunstâncias históricas nas quais cada termo foi criado. As palavras em questão foram criadas para designar “ações com o propósito de expansão imperialista”: “cruzada” é um termo cunhado por cristãos para descrever a luta pela expansão do cristianismo e “ianque”, em princípio, foi um termo criado por indígenas norte-americanos quando foram dominados pelo exército britânico; posteriormente, esse termo passou a ser utilizado por aqueles que lutavam pela independência norte-

americana. Tendo em vista o conhecimento desses momentos históricos, é possível imaginar que o autor da coluna os tenha comparado, igualando-os. Se isto for verdade, a intenção de Rogeiro pode ter sido a de caracterizar a iniciativa norte-americana como mais uma ação expansionista imperialista, em essência, nada diferente daquelas ocorridas na Idade Média e ao longo da história da colonização norte-americana.

Na seqüência de sua exposição, Rogeiro reconhece o poder bélico dos Estados Unidos, mas adverte que, quando esse poder não é acompanhado de autoridade moral é “uma questão de tempo até ruir o resto”. Ao descrever as qualidades do exército norte-americano, o escritor chama-o de *águias americanas*. O sentido figurado de *águia* para designar “pessoa de grande talento e perspicácia”, há tempos, tornou-se convencional. Trata-se de uma metáfora antiga que multiplicou o significado da palavra e se banalizou por completo, sendo, portanto, um exemplo de processo de banalização da metáfora conforme descrito por Bréal.

Feita a advertência aos Estados Unidos, tem início uma série de perguntas:

A “intelligence” deu aos políticos provas falsas, ou foram aqueles que, friamente, as falsificaram? Os serviços secretos falharam porque quiseram agradar ao poder, ou porque se basearam em análises, fontes, métodos, processos e atos defeituosos? Os políticos não compreenderam os relatórios dos serviços, apesar de estes não estarem escritos em Chinês? Os serviços secretos estavam divididos quanto às conclusões, e a opinião final foi a de grupos dominantes? O poder político transformou em certezas as “nuances” e as probabilidades dos especialistas desses serviços, um pouco como quem adapta ao cinema, para as massas, uma obra literária difícil? (ROGEIRO, 2004).

Ao se deparar com essas perguntas, o leitor percebe que não se tratam de perguntas “reais”. Não é que o escritor não saiba a resposta (a qual, aliás, está incluída na própria pergunta). As informações consideradas verdadeiras estão colocadas após a conjunção *ou*. A interpretação das perguntas como perguntas retóricas e da função da conjunção alternativa (excluir a informação que antecede a conjunção em favor daquela que é colocada após a conjunção) indicam que, em seu fazer interpretativo, o leitor não se limita ao significado das palavras, indo direto às idéias por elas expressas. Tal qual a conversa entre políticos relatada por Torquato, a interpretação das perguntas formuladas por Rogeiro, remete aos estudos

pragmáticos e evidencia sobremaneira a hipótese brealina sobre o papel do ouvinte: "(...) Ele está na mesma situação [daquele que fala]; seu pensamento segue, acompanha ou precede o pensamento de seu interlocutor. Ele fala interiormente ao mesmo tempo que nós (...)". (BRÉAL, 1994[1904], p.104).

Após terminar o texto com comentários finais sobre os fatos que culminaram na declaração de guerra ao Iraque, Rogeiro acrescenta dois pequenos textos em forma de P.S., nos quais predomina a sátira.

O primeiro texto começa com uma ironia: os atos de vandalismos ocorridos (torcedores arremessaram cadeiras em direção ao campo) após a morte de Fehér – jogador africano que fazia parte do time português - são designados pela expressão *Portugal no seu melhor*. Imediata ou concomitantemente à leitura do parágrafo, o leitor percebe a inversão característica da ironia: o fato narrado é extremamente negativo. Pela lógica, Rogeiro deveria caracterizar o que aconteceu como "o que de pior há em Portugal". Nota-se, assim, que a palavra *melhor*, escolhida pelo escritor, expressa o oposto daquilo que ele efetivamente quis dizer por meio dela. O mesmo não se pode dizer da palavra escolhida para designar os torcedores: *turba*, cuja conotação pejorativa faz parte do próprio significado da palavra – "multidão em desordem".

A avaliação negativa dos vândalos fica ainda mais clara nos parágrafos seguintes. Para o autor, quem se presta a tais ações, não são fãs do futebol, mas pessoas que usam o esporte com uma desculpa para praticar crimes e saírem impunes. Quanto ao choro desses vândalos, Rogeiro revela que era um choro falso, fingido e que suas lágrimas "eram portanto lágrimas de crocodilo por Féher, vindas de espíritos ateados por sobas e caciques, sem que ninguém vá preso." (ROGEIRO, 2004).

Ao imaginar que essas pessoas teriam sido inspiradas por *sobas* – palavra de origem africana que designa "o chefe político e religioso de uma comunidade" e é muito utilizada em Angola – e *caciques* – palavra tupi para designar "o líder político de uma aldeia" –, o escritor insinua que os torcedores comportaram-se como os que são liderados por sobas e caciques, isto é, como africanos ou índios, como selvagens, como não-civilizados. Percebe-se que esse julgamento é feito com base numa ideologia que divide os povos em civilizados e selvagens, concepção que há muito tempo tem sido criticada e combatida pela Antropologia Moderna.

Neste caso, não há nada pejorativo na significação das palavras; é a intenção de quem as utiliza que lhes confere uma conotação negativa. Este fenômeno indica que, como diz Bréal, a linguagem “pode dar-nos [...] o eco de nosso próprio pensamento: registra, fielmente, nossos prejuízos e nossos erros”. (BRÉAL, 1994[1904], p.124).

Na última frase do segundo parágrafo do texto, a palavra *ralé* tão pejorativa quanto *turba*, designa “as pessoas criticadas por seus atos de violência”. A evolução semântica dessa palavra concorre para evidenciar não só o processo descrito por Bréal pelo qual uma palavra adquire conotação pejorativa, mas também o descrito mediante a lei de restrição de sentido. Em sua acepção mais antiga, *ralé* era sinônimo de “espécie”, “casta” ou “raça”. Atualmente denota a camada mais baixa da sociedade, “o refugio social”. No texto, logo após essa palavra, há uma explicação entre parêntesis: “A *ralé* (a *endinheirada* e a *outra*) *soma e segue*” (ROGEIRO, 2004). Essa explicação esclarece ao leitor que também fazem parte da *ralé* as pessoas que pertencem às classes mais privilegiadas da sociedade e que, por seu comportamento, agem como os refugos sociais.

Levando em consideração as informações lexicográficas e o sentido textual da palavra *ralé*, é possível esboçar sua evolução semântica. Do sentido geral de “casta”, passou a designar exclusivamente “a casta mais marginalizada da sociedade”. Ocorreu, então, uma especialização do significado da palavra. Quando a palavra passou a designar “o refugio social” houve a criação da conotação pejorativa, fruto do preconceito contra os mais pobres ou, para usar um eufemismo, os menos favorecidos do ponto de vista material. No texto, o sema relativo à restrição de classe social é subtraído discursivamente: o sentido da palavra se expande, mantendo, contudo, a conotação pejorativa.

No último texto do P.S., o escritor trata do que ficou conhecido como “caso Casa Pia” (acusações de pedofilia num orfanato português, envolvendo políticos e um apresentador de televisão muito popular). O magistrado responsável pelo julgamento foi caracterizado pela imprensa e pelos políticos como sendo autoritário e radical. Apesar disso, o juiz agradou ao povo. Ao que tudo indica, no parágrafo reproduzido abaixo, Rogeiro ironiza a maneira pela qual a Imprensa e os políticos qualificaram o magistrado:

Segundo dizem as sondagens, o público aprecia sobremaneira a conduta do juiz Rui Teixeira no lamentável “caso Casa Pia”. Tudo isto apesar de o magistrado ter sido pintado como uma mistura de Torquemada e Estaline, monstro intolérante que queimava no forno um Galileu ou um Giordano Bruno. (ROGEIRO, 2004).

O tom irônico do parágrafo evidencia-se pela avaliação da última comparação proposta: afirmar que os réus julgados pelo juiz são “um Galileu ou um Giordano Bruno” é dizer que os acusados estão em pé de igualdade com estes gênios da humanidade, o que não parece condizer com as reais qualidades dos políticos e do apresentador televisivo. A suspeita de que as palavras não correspondem ao que o autor quis dizer aciona o processo descrito por Bréal, quando tratava do eufemismo: “o ouvinte vai buscar a coisa por detrás da palavra” (1994[1904], p.78).

Ainda sobre esse parágrafo, não se pode deixar de comentar, de um lado, as metáforas, e de outro, a transformação de nome próprio em nome comum. Para Bréal, a metáfora surge de uma comparação feita por uma mente privilegiada. Os literatos preocupam-se por renovar suas metáforas, pois o efeito estético pretendido só se alcança caso elas surpreendam os ouvintes. Este é o caso das metáforas criadas por Rogeiro cuja análise diverte por permitir entrever a ironia do autor. A primeira metáfora, que caracteriza o juiz, é feita pela atribuição das qualidades das personagens históricas designadas pelos nomes próprios que permanecem com toda sua carga semântica de “signos de segunda potência” (BRÉAL, 1994[1904], p.125). Nas metáforas que caracterizam ironicamente os acusados, os nomes próprios vêm precedidos por artigo indefinido, indicando que eles foram transformados em substantivos comuns, perdendo parte de sua carga semântica, fenômeno também descrito por Bréal ao apontar as mudanças ocorridas como o nome próprio Júlio César na língua alemã, idioma no qual César deu origem ao substantivo *Kaiser*.

Em comum com o texto brasileiro, observou-se a atuação da extensão de sentido, a metáfora como fator que promove a mudança semântica, o uso pejorativo das palavras e as mudanças semânticas a que um nome próprio está sujeito. À diferença do texto de Torquato, no texto de Rogeiro, há trechos irônicos. A análise desses trechos, por sua vez, mostrou que o processo descrito por Bréal, para explicar como o eufemismo pode ser neutralizado, descreve também a ironia: em ambos os casos o fazer interpretativo do interlocutor é fundamental.

Considerações Finais

Nos textos jornalísticos, a interpretação maliciosa daquilo que caracteriza a conversa, entre políticos, citada por Torquato, a ironia de Rogeiro, e o uso pejorativo de certas palavras por parte de ambos os articulistas, confirmam a convergência teórica apontada entre a Pragmática e a Semântica Lexicalista e mostram que a intenção do usuário do idioma, a influência do contexto e o esforço interpretativo do interlocutor são, conforme defendia Bréal, a chave para a mudança semântica das palavras.

As alterações ocorridas no sentido de certas palavras utilizadas no texto, por sua vez, mostraram a atuação de algumas das mudanças semânticas propostas por Bréal: criação de sentido pejorativo, eufemismo, extensão de sentido, restrição de sentido, transformação de nome próprio em nome comum e metaforização. A avaliação do sentido das palavras analisadas como sendo ampliado, restringido, pejorativo ou metafórico, por sua vez, pautou-se na metodologia adotada pela Semântica Lexical (análise sêmica, mobilização sêmica e uso do dicionário como fonte de informação sobre o significado das palavras), mostrando sua força explicativa.

Os resultados obtidos pela análise dos textos de Rogeiro e do de Torquato revelam as potencialidades da metodologia adotada pela Semântica Lexical e o acerto dos princípios e fundamentos defendidos pela Pragmática. É de se ressaltar, também, que a adoção da Semântica Lexicalista como fundamentação teórica para a análise, dando ensejo à aplicação conjunta de ambas as teorias, mostra que as propostas de Bréal podem funcionar como um denominador comum para as ciências da significação.

Michel Bréal's contributions to Pragmatics and Lexical Semantics

■ **ABSTRACT:** *Since the 1990's, Michel Bréal's ideas – French linguistic known for creating the terms semantics and polysemy – ideas have been revitalized in the fields of Pragmatics, Cognitive Semantics and Enunciation Studies. This paper shows Michel Bréal possible contributions to Lexical Semantics and Pragmatics. First, some of his postulates are analyzed and related to the fore mentioned disciplines, then, the theory is applied to the analysis of two newspaper articles to show the applicability of Bréal's ideas and to evidence that his semantic theory can function as a common denominator for the meaning sciences.*

■ **KEYWORDS:** *Lexical Semantics. Componential Analysis. Pragmatics. Conversational maxims. Euphemism. Irony.*

Referências

BELO, F. **Epistemologia do sentido.** Entre filosofia e poesia, a questão semântica. v.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

BRÉAL, M. **Essai de Sémantique: science des significations.** França: Hachette, 1924[1904].

_____. **Ensaio de Semântica.** Tradução Aída, F. et al. (trads). São Paulo: Pontes/Educ, 1992[1904].

CARNOY, A. **La science du mot: traité de sémantique.** Louvain: Édition "Universitas", 1927.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.** 2ª.ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, J.L.. (org.) **Introdução à Lingüística I: objetos teóricos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. (org.) **Introdução à Lingüística II: princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2003.

GEERAERTZ, D. Hundred Years of Lexical Semantics. *In:* VILELA, M. e SILVA, F. (org.) **Actas do 1º Encontro Internacional de Lingüística Cognitiva.** Portugal: Faculdade de Letras do Porto, 1998. p.123-154.

GRICE, P. Lógica e Conversação. *In:* **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística, bibliografia.** DASCAL, M. (org.) Campinas: IEL- Unicam, 1982. p.81-104.

GUIMARÃES, E. A lingüística é uma ciência histórica?. *In:* BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica.** Tradução Aída, F. et alii (trads.) São Paulo: Pontes/Educ, 1992 [cf. 3ª.ed. de 1904], p.9-20.

_____. **Os limites do sentido.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do Acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

_____. **História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil.** Campinas: Pontes, 2004.

MOURA, H.M.M. "A determinação de sentidos lexicais no contexto". **Cad. Est. Ling.** 41. Campinas, p.111-125, jul-dez.2001.

MUSSALIN, F. e BENTES, A.N. (org.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001a, v.1 .

_____. **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001b, v.2.

NERLICH, B. **Semantic theories in Europe 1830-1930: from etymology to contextuality.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992. (Series III- Studies in the history of the language sciences, v.59).

_____.; CLARKE. **Language, action and context. The early history of pragmatics in Europe and America, 1780-1930.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1996.

SEIDE, M.S. **A Semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação.** Tese (Doutorado em Letras) 273p., FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** Tradução Chelini; Pais e Blinkstein. São Paulo:Cultrix , 1975.[1916].

ROGÉRIO, N. Pesada herança. *In: Jornal de Notícias.* Disponível em <<http://jn.sapo.pt/textos/out6091.asp>>.Acess. em 06/02/2004..

TORQUATO, G. O Brasil entre dois mundos. Espaço Aberto, **O Estado de S. Paulo**, 29 jan. 2001.

A ARGUMENTATIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICAÇÃO COMO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CONCEPTUAL

Renata Amaral TEIXEIRA¹

Maria Regina de C. Caseiro OLIVEIRA²

■ **RESUMO:** Considerando-se as relações da sintaxe, da semântica e das escolhas lexicais estreitamente relacionadas às experiências humanas e, dessa relação, a efetivação de um profundo envolvimento na expressão e construção da compreensão humana do mundo, lidamos, neste trabalho, com um conceito de argumentatividade segundo o qual ela é uma propriedade, ora mais ora menos detectável, de determinadas operações léxico-sintático-discursivas que, na e pela enunciação, indiciam a criação e/ou promovem a articulação de espaços referenciais e orientam o processo de referenciação, fornecendo pistas que indiciam todo processamento discursivo. Dessa forma, pretendemos demonstrar como se dá a construção da significação pela mente humana à luz da teoria da Integração Conceptual. Para tanto, partimos do pressuposto básico de que as expressões lingüísticas, por si só, não portam sentidos e que todo e qualquer processo de referenciação se estabelece a partir da correspondência entre o papel das construções lingüísticas e determinados estados de nossa mente, necessariamente envolvidos no processamento discursivo. Nessa perspectiva, tentaremos explicar quais tipos de conexões nossas mentes

¹ Mestranda em Língua Portuguesa e Lingüística do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas. E-mail: re.amaral@terra.com.br

² Doutoranda em Língua Portuguesa e Lingüística do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas. E-mail: pagerio@uai.com.br

tendem a fazer e quais tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos com/em que operam.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Integração Conceptual. Espaços Mentais. Referenciação. Argumentatividade.

O objetivo deste trabalho é focar os processos e/ou as operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual³. Uma das premissas básicas dessa teoria é a de que as expressões lingüísticas, por si só, não portam sentidos, mas servem de guia para sua produção. Ao assumirmos essa premissa, consideramos, com base em Fauconnier e Turner (2002), que as formas lingüísticas desencadeiam os significados e esses se processam a partir das operações básicas, complexas e, na maioria das vezes, inconscientes, de Identificação, Integração e Imaginação, as quais constituem uma única operação mental, denominada Integração Conceptual. Por ser altamente criativa, essa operação é fundamental para o processo de produção de sentidos e crucial para os mais simples tipos de pensamentos.

Acresça-se a essas considerações uma concepção de linguagem como atividade sociointerativa, na qual os interlocutores instituem-se como enunciadores e enunciatários, em um determinado tempo e espaço discursivos, em função da produção/recepção de textos, no e pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro. Isso nos leva a conceber a linguagem como processo, como discurso⁴, como enunciação⁵, como processamento discursivo⁶, como atividade de interação social. Em conseqüência, os termos "texto" e "enunciado", aqui, são entendidos como o resultado, como o produto da atividade discursiva,

³ Ao tratarmos da produção de sentidos pela mente humana, à luz da Teoria da Integração Conceptual, podemos remeter tanto a Espaços Mentais como a Espaços Referenciais. Há uma sutil diferença entre eles. Todos os espaços de referência (referenciais) são espaços mentais, mas nem todos os espaços mentais são espaços de referência, espaços constituídos no processamento discursivo. Em linhas gerais, os espaços mentais remetem a uma noção mais ampla do que aquela a que remetem os espaços referenciais. Neste trabalho, não explicitaremos melhor esses pormenores por entendermos que estão além do escopo de nossa proposta.

⁴ O termo 'discurso' é empregado, neste estudo, como a própria atividade de linguagem.

⁵ O termo 'enunciação' é empregado, neste trabalho, na perspectiva benvenistiana, e "consiste em colocar a língua em funcionamento por um ato individual de sua realização". Como postula Émile Benveniste, "a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado", o que evidencia o caráter processual da enunciação.

⁶ A expressão 'processamento discursivo' é usada para nos referirmos a "qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido" (Nascimento e Oliveira, 2004).

um produto que é, necessária e simultaneamente, um dos fatores constituintes do processamento discursivo.

Finalmente, uma vez concebida a argumentação como atividade estruturante de todo e qualquer discurso, escolhemos como *corpus* um discurso político do candidato José Serra (PSDB) que tem como tema a segurança pública. Trata-se de um texto destinado a ser apresentado via televisão, o qual foi retirado de um programa eleitoral da campanha presidencial do ano de 2002. Escolhemos esse *corpus* por objetivarmos corroborar a hipótese de que todo o seu processamento se dá pela construção e integração de espaços mentais/referenciais, aqui tomados como instâncias de enunciação.

Por uma noção de argumentatividade na e pela linguagem

Segundo Neves (1987), os primeiros estudos lingüísticos tiveram início na Grécia, por volta do século 5º a.C. e tinham um cunho estritamente filosófico. A linguagem é vista como uma realidade sonora e é na medida em que a palavra persuade que ela se concretiza na ação. A força persuasiva da palavra evidencia-se à medida que engana e essa foi a tônica desenvolvida pelas atividades dos sofistas no ensino da arte política. A palavra se projeta, então, como instrumento de poder. Não obstante o pensamento helênico acerca do papel da linguagem na vida humana, os estudos realizados posteriormente foram aos poucos se distanciando desse ideal de maneira a privilegiar aspectos da estrutura das línguas de modo geral. Assim, estudos circunscritos à sentença e à estrutura do enunciado obtinham cada vez maior proeminência em detrimento daqueles já iniciados pelos gregos no âmbito das condições reais de produção/recepção de textos.

Na tentativa de retomar essa perspectiva discursiva nos estudos da linguagem, o advento da Lingüística Textual colocou em cena a pragmática como elemento de fundamental importância para a compreensão da linguagem como atividade de interação. Vários foram os estudiosos que desenvolveram novas teorias tendo como base essa concepção. Assumindo o que preconiza Benveniste, Koch (1999, p.21) enfatiza que, ao se apropriar da língua para produzir um discurso, o homem não apenas pensa em comunicar algo, mas, principalmente, em interagir socialmente. Nessa interação, ele constitui-se como um *eu* e, simultaneamente, constitui o outro como interlocutor, que, por sua vez, é constitutivo do próprio *eu*, num jogo de representações e de imagens recíprocas que se estabelecem entre

eles, situados em um determinado tempo e espaço discursivos. A esse modelo de organização dialógica proposto por Benveniste (1989), em seu artigo intitulado *O Aparelho Formal da Enunciação*, dá-se o nome de instância enunciativa. Sendo a partir dela, ou seja, de uma situação de enunciação, que se constrói a referência e, a esse respeito, assim ele se manifesta:

Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição dessa mesma mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p.84)

Como se pode depreender, a referência não está no mundo, mas é criada pela linguagem que se constitui em um jogo argumentativo. Ao fazer tal afirmativa, compreende-se que o ato de designação por meio da língua é realizado dentro de um determinado tempo e de um determinado espaço, numa determinada situação de interlocução, ou seja, o processo de significação é concebido a partir de condições historicamente determinadas. Dessa maneira, segundo Koch (2005, p.33),

[...] a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constroem-se no próprio processo de interação. A realidade é construída, mantida e alterada não apenas pelas formas como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. (KOCH, 2005, p.33)

Entender como se processa a referenciação⁷ é fundamental quando o que se pretende é demonstrar que o processo de argumentar se dá pela construção e integração de espaços referenciais, os quais tomamos como instâncias de enunciação. Segundo Koch (1999), a argumentatividade está inscrita no nível fundamental de toda produção discursiva, sendo, pois, uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso. Tal afirmação tem razão de ser, uma vez que o homem, parte integrante de um contexto sócio-histórico-cultural, usa a linguagem para se constituir como sujeito,

⁷ Entenda-se, por referenciação, produção/construção de sentidos.

marcando suas posições. Dessa maneira, a aparente neutralidade em qualquer discurso já é, por si própria, uma forma de marcar uma posição, de veicular valores e ideologias.

Para o desenvolvimento deste trabalho, assumiremos, da Teoria da Argumentação, que as técnicas discursivas visam a provocar ou a aumentar a adesão das mentes às teses que se apresentam ao seu assentimento, tendo-se em vista que na argumentação não se separa a razão da vontade, nem a teoria da prática. Diante disso, do quadro teórico de Perelman (1987) e de Perelman e Tyteca (2002), no que tange a argumentação, consideramos a visão de que o ato de argumentar implica sempre o engajamento do interlocutor, seu consentimento, sua participação mental; sendo importante considerar nesse processo o que é presumidamente admitido pelos ouvintes, o que constrói a relação entre enunciador e enunciatário, condição para a argumentação, a qual se fundamenta pelos objetos do acordo (fatos, verdades, presunções, valores, lugares-comuns) expressos discursivamente de modo estratégico.

Por uma noção de integração conceptual⁸

Uma vez que neste trabalho pretende-se demonstrar que o processo de argumentar se dá pela construção e integração de espaços mentais/referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação, torna-se necessário considerar os pressupostos de uma outra teoria, a dos Espaços Mentais, segundo a qual o processamento discursivo resulta de operações mentais que se indiciam na materialidade do texto. Segundo Fauconnier (1984, 1997) e Fauconnier & Sweetser (1996), os espaços mentais são ativados por expressões lingüísticas e resultam da interação entre determinadas conexões cognitivas e a riqueza e a variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. O avanço dos estudos referentes a essa teoria permitiu a reformulação de alguns de seus pressupostos, desenvolvendo a Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), que tem como enfoque central os estudos relativos às formas e aos significados. Nessa teoria, os autores postulam que não existe dicotomia entre forma e significado e, sim, um elo indissolúvel entre eles. Com base nesse postulado, o processamento discursivo é compreendido como a instanciação de operações mentais que se indiciam na materialidade do

⁸ Essa teoria foi proposta inicialmente por Fauconnier e seus colaboradores (1984, 1994, 1996 e 1997) e teve alguns aspectos reformulados em Fauconnier e Turner (2002).

texto, seja oral ou escrito, o que nos leva a considerar não somente a importância da palavra, mas o contexto de sua produção e demais informações processadas cognitivamente no processamento discursivo.

Ao assumirmos esse entendimento, torna-se essencial examinar quais tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer e quais tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos em/com que operam. A criação e a articulação de espaços mentais/referenciais podem ser consideradas uma dessas conexões, por serem, os espaços mentais/referenciais, definidos como constructos⁹ mentais necessariamente constituídos no processamento de todo e qualquer discurso, a partir de pistas oferecidas pelas expressões lingüísticas materializadas no texto.

Operação básica de integração conceptual

Com ênfase na operação básica de Integração Conceptual, Fauconnier e Turner (2002)¹⁰ postulam que a mente humana, criando e integrando Espaços Mentais, projeta estruturas de uns espaços para outros, à medida que avançamos na produção e gestão do processamento discursivo. Nessa perspectiva teórica, a obra *The way we think* apresenta-se como um abrangente estudo sobre os processos subjacentes à produção de significados pela mente humana, partindo do princípio de que a construção de sentido ocorre através de operações complexas e quase sempre inconscientes, sendo a Integração Conceptual, reiteramos, a operação básica do processamento cognitivo.

Essa operação mental básica (Integração Conceptual) ocorre essencialmente por meio do processo denominado *Blending*¹², o qual envolve, no mínimo, a integração de dois espaços, o factual e o seu contrafactual, na produção de significados emergentes. Trata-se, concisamente, de uma e única operação mental, a qual se divide, para fins metodológicos, em três sub-operações: **Identificação**, que realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades, semelhanças, diferenças,

⁹ Segundo Houaiss, constructo é “uma construção puramente mental, criada a partir de elementos mais simples, para ser parte de uma teoria”. Pedimos, então, desculpas ao nosso leitor pela circularidade da definição por nós apresentada, mas, ao mesmo tempo, justificamo-nos, visto ser essa a nomenclatura utilizada pelos autores nos quais nos baseamos.

¹⁰ Na obra *The way we think*, Fauconnier e Turner (2002) ratificam alguns pressupostos sobre a Teoria de Espaços Mentais e fazem algumas reformulações, especialmente no que se refere à capacidade da mente humana para fazer Integrações de Duplo Escopo/Espaço.

¹¹ Neste trabalho, consideraremos *Blending* como “Mesclagem”, como “Fusão” entre Espaços Mentais e/ou Referenciais.

contrastes etc., entre dois domínios cognitivos indiciados por itens e/ou expressões lexicais ativadas; **Integração**, que realiza a conexão entre os domínios léxico-sintático-discursivos ativados; e a **Imaginação**, que, simultaneamente a essas duas operações, realiza, através da projeção de dois ou mais domínios cognitivos, a configuração do sentido pretendido pelo locutor em sua interação discursiva com o alocutário (FAUCONNIER & TURNER, 2002, p.6).

No âmbito dessa questão, considera-se que a Integração Conceptual é efetuada pela mente humana através da compressão e da descompressão¹², no espaço *blend*, de estruturas de significados possibilitadas por Relações Vitais¹³. À luz da Teoria da Integração Conceptual, essas relações podem ser concebidas como princípios da mente, os quais possibilitam-lhe efetivar as operações de Identificação, Integração e Imaginação. Nessa perspectiva, as Relações Vitais são vistas como relações conceptuais necessárias à referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação, torna-se necessário considerar os pressupostos de uma outra teoria, a dos Espaços Mentais, segundo a qual o processamento discursivo resulta de operações mentais que se iniciam na materialidade do texto. Segundo Fauconnier (1984, 1997) e Fauconnier & Sweetser (1996), os espaços mentais são ativados por expressões lingüísticas e resultam da interação entre determinadas conexões cognitivas e a riqueza e a variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. O avanço dos estudos referentes a essa teoria permitiu a reformulação de alguns de seus pressupostos, desenvolvendo a Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), que tem como enfoque central os estudos relativos às formas e aos integração de Espaços Mentais de natureza distinta e desempenham um papel fundamental na configuração da Rede de Espaços Mentais/Referenciais.

¹² Há possibilidades múltiplas de compressão e descompressão para a topologia dos Espaços Mentais: tipos de conexão, tipos de projeção, emergência e a riqueza do mundo produzem uma vasta gama de possíveis tipos de redes de integração.

¹³ Segundo Fauconnier e Turner(2002), podemos destacar, entre outras, as Relações Vitais de variação ou mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel-valor, analogia, contrafactualidade, propriedade, similaridade, categoria e intencionalidade.

A contrafactualidade e a configuração de redes de espaços mentais / referenciais

Na perspectiva da Teoria da Integração Conceptual, a contrafactualidade, mais do que uma Relação Vital, é uma propriedade da mente humana. Propriedade essa que tem um papel central não apenas no modo como pensamos, mas, também, no modo como aprendemos e vivemos, sendo, portanto, essencial para a produção/construção e a compreensão dos sentidos que a mente humana produz.

A contrafactualidade, considerada como um centro nervoso do/no processo de produção de sentido, é fundamental para a indiciação de todas as formas de Relações Vitais (tempo, espaço, identidade, mudanças etc.) e para a Identificação e a Integração de diferentes tipos de espaços mentais/referenciais. Considerada em sua manifestação “visível”, em seus resultados em termos de ações manifestas, a contrafactualidade, enquanto propriedade da mente, pode ser compreendida como uma forçada incompatibilidade entre espaços mentais de natureza distinta. À guisa de exemplo, a fim de tornar mais claro o quadro teórico que estamos delineando, tomamos o seguinte enunciado encontrado em Fauconnier e Turner (2002):

“Não há leite no refrigerador”.

Observemos que, a partir das pistas lingüísticas presentes no enunciado, a mente humana é capaz de construir de modo simultâneo dois espaços incompatíveis entre si e, ao mesmo tempo, complementares, quais sejam: o primeiro é o da realidade do falante, o factual, o espaço que nos indica não haver leite no refrigerador; já o segundo, o seu contrafactual, indica ser o refrigerador o local onde normalmente se espera encontrá-lo. O mesmo não aconteceria se, em vez de *leite*, disséssemos que no refrigerador não há *sapatos, roupas* ou qualquer outro elemento que estabelecesse uma relação absurda de acordo com o conhecimento compartilhado que temos do mundo em que vivemos.

Em suma, a contrafactualidade consiste na habilidade humana de operar mentalmente com mundos, através da criação, através da Integração de espaços mentais/referenciais, de um mundo imagético, contrafactual, contraparte do mundo da realidade discursiva do falante (Espaço-R). Isso implica assumir que as operações mentais de Identificação, Integração e

Imaginação, através das quais a mente humana constrói sentidos, envolvem, necessariamente, a contrafactualidade.

Ao realizar essas operações, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais/referenciais diversos, projetando-os sempre em um único espaço imagético em que se configura o sentido. De acordo com a Teoria da Integração Conceptual, ao fazer isso, no processamento discursivo, o falante/ouvinte realiza a operação de Integração Conceptual, constituindo uma “Rede Conceptual Integrada”, que apresenta, em sua forma menos complexa, quatro espaços mentais: o Espaço de Entrada 1 (Espaço *Input* 1), o Espaço de Entrada 2 (Espaço *Input* 2), o Espaço Genérico (*Generic Space*) e o Espaço Integrado (*Blend*). Esse processo de integração de espaços pode ser visualizado na figura abaixo, transcrita de Fauconnier e Turner (2002, p.46).

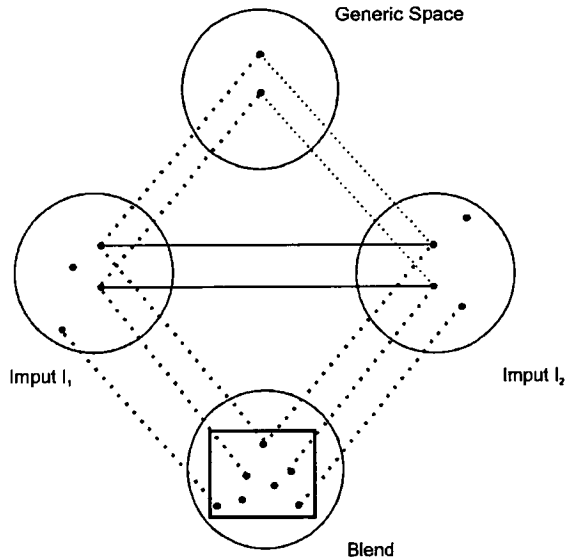


Figura 1: Rede Conceptual Integrada

Compreendemos o Espaço Genérico como o espaço onde se conectam as informações gerais comuns aos dois Espaços de Entrada (*Input* 1 e *Input* 2), os quais se apresentam, naturalmente, como domínios cognitivos diferenciados - parte e contraparte. Correspondem a estruturas parciais sem as quais não pode ocorrer a formação da mescla. Já o Espaço Integrado (*Blend*)/espaço da mescla, é o lugar onde se projetam estruturas captadas nos demais espaços para que se dê o processo de referenciação. É importante

ressaltar ainda que esse espaço apresenta uma configuração distinta, original, uma vez que os elementos que o compõem não existiam nos espaços de entrada, mas que foram constituídos pelo processo de mescla. Também é necessário dizer que essa é uma representação mínima, uma vez que uma mescla pode servir como entrada a outras mesclas, formando conexões em uma rede de integração.

Articulação teórica: instância de enunciação como espaço mental/referencial

No desenvolvimento deste estudo, uma Instância de Enunciação¹⁴, “lugar” de construção da referência, será concebida como Espaço Mental/Referencial Básico necessariamente envolvido no processamento discursivo, implementado e gerido pelas ações dos falantes/ouvintes. Ao assumirmos esse pressuposto, estamos considerando que a implementação do processamento discursivo implica a criação de uma Instância Enunciativa Zero¹⁵, aqui equivalente ao Espaço-Base de que tratam Fauconnier e Turner (2002). Entende-se o Espaço-Base como a organização formal – o aparelho formal da enunciação – necessariamente constituinte do processo de discursivização, de fala, na configuração da representação lingüístico-cognitiva da situação de interlocução. Fauconnier (1984, 1997), Fauconnier & Sweetser (1996) e Fauconnier & Turner (2002) denominam tal espaço como “Espaço-Origem, Espaço-R ou o Espaço da ‘realidade’ do falante”. É no interior do Espaço-Base que se constituem e se articulam outros tipos de espaços constituintes do processamento discursivo. Diante disso, assumimos, com Martins (2000), que “instância de enunciação” é o espaço mental primitivo, base para a criação e articulação de todo e qualquer espaço mental, considerando, no entanto, que toda instância de enunciação é um espaço mental, embora nem todo espaço mental seja uma instância de enunciação, conforme afirma Cavalcante (2002). Há espaços mentais que, por não serem constituídos a partir de *formas do dizer*¹⁶, não são

¹⁴ Na perspectiva de Benveniste, 1989/1995.

¹⁵ A Instância Enunciativa Zero também é conhecida pelo nome de situação *default*, conforme Magalhães (1998), e é a operação de discursivização que institui o plano base, no âmbito do qual se criam e articulam outras instâncias enunciativas e outros tipos de espaços mentais.

¹⁶ São consideradas formas do dizer: 1) situação “default” (instauração da fala); 2) verbos dicendi (dizer, citar, afirmar etc.); 3) alguns verbos não-dicendi (os verbos *atacar*, *ferir*, *machucar* etc., que instrumentalizam o dizer); 4) nomes deverbais de verbos dicendi (*conversa*, *declaração*, *diálogo*, *sussurro*, *promessa* etc., que derivam dos verbos correspondentes); 5) “termos de elocução” (constituídos por substantivos, formalizam uma elocução, mas não são

instâncias de enunciação, mas são constituídos, inevitavelmente, no interior dela. Nessa perspectiva, estamos considerando que um texto é formado por uma rede de espaços mentais/referenciais que são constituídos ou delimitados por instâncias de enunciação.

Sintetizando o quadro teórico apresentado

Para enfocarmos, neste breve estudo, os processos e/ou operações subjacentes à produção de significados pela mente humana, fez-se necessária a construção de um quadro de referência teórica que pudéssemos adotar na condução deste trabalho. Esse quadro teórico se construiu a partir do estabelecimento de uma interface entre a Teoria da Integração Conceptual, a Teoria da Enunciação e a Teoria da Argumentação, o que é possível, somente, pelo fato de todas elas considerarem a linguagem como atividade discursiva. Salientamos, contudo, que nem todos os elementos constitutivos dessas teorias são considerados relevantes para o quadro teórico que ora apresentamos, com vista à análise do *corpus* selecionado.

Em síntese, do quadro teórico de Benveniste (1989, 1995) consideramos, essencialmente, as operações envolvidas na criação e na articulação de instâncias de enunciação, no que tange às especificações do processo de construção das relações entre enunciador e enunciatário, situados em um determinado tempo e espaço discursivos, como fatores constituintes da referência discursiva, bem como a consideração de que a Instância de Enunciação é o espaço primitivo da fala, aquilo que Fauconnier e Turner (2002) denominam Espaço-Base.

Do quadro teórico de Fauconnier e Turner (2002), levamos em conta a proposição de que as expressões lingüísticas por si só não portam sentidos, mas servem de gatilho para sua produção. Assumimos, então, que é por meio da ativação de determinadas expressões lingüísticas, ou seja, ao se colocar a língua em funcionamento, que a mente humana produz sentidos, através da criação e da articulação simultânea e dinâmica das redes referenciais (de espaços mentais), por meio da operação básica da mente, a Integração Conceptual, a qual é propiciada pela compressão e descompressão de Relações Vitais. Nesse contexto, estamos levando em conta que o nosso pensamento é contrafactual e que opera, sempre, e no mínimo, com dois espaços, o factual e o seu contrafactual.

derivados de verbos, por exemplos: *tese, lei, cláusula, texto, plebiscito, concepção, autor*, e outros nomes análogos atuam como *formas de dizer*); 6) recursos da escrita (os parênteses, as aspas e o travessão). Todos relacionados com uma elocução/fala. (cf. Magalhães (1998)).

Nessa perspectiva, consideramos que a argumentatividade é algo que permeia todo processamento discursivo que se efetiva por intermédio da criação e da articulação de instâncias de enunciação, da criação e da articulação de espaços mentais/referenciais, materializadas pela riqueza e pela variedade de expressões lingüísticas das línguas naturais. Além disso, assumimos, com Cavalcante (2002), que toda instância de enunciação é um espaço mental primitivo (base), embora nem todo espaço mental seja uma instância de enunciação. Isso porque uma instância de enunciação sempre é o espaço básico para algum outro espaço mental/referencial, que pode ser, ou não, uma outra instância de enunciação.

Convém ressaltar ainda que a escolha do arcabouço teórico no qual nos apoiamos a fim de tentar efetivar a tarefa a que nos propusemos, qual seja, a de verificar quais operações nossa mente é capaz de realizar para produzir sentidos e, ao mesmo tempo, reiterar a concepção de que a argumentação é a atividade estruturante de todo e qualquer discurso, não se deu de maneira casual. Nos estudos lingüísticos desenvolvidos aqui no Brasil, encontramos também importantes contribuições que, implícita ou até mesmo explicitamente, fazem menção aos pressupostos teóricos a que nos referimos. Podemos verificar em Salomão (2005), Miranda (1999) e em Marcuschi (2001 e 2005), somente para citar alguns dos autores nos quais nos fundamentamos para realizar este trabalho, pontos de convergência com as teorias aqui adotadas, tais como:

Em lugar de postular uma teoria das capacidades dos sistemas matemáticos, tão ao gosto da lingüística formalista das últimas décadas, o modelo dos espaços mentais articula-se a partir das capacidades da mente humana. Nesse enquadre, o modelo alinha-se com uma perspectiva inovadora da cognição que, confrontando-se com as teorias modularistas da mente, considera a organização cognitiva como um conjunto integrado de sistemas dentre os quais estão a linguagem e a estrutura sociocultural. Em outros termos, postula-se a linguagem como um instrumento cognitivo. (MIRANDA, 1999, p 81)

Entre as abordagens processuais da referência, parece-nos mais promissora a teoria dos espaços mentais, desenvolvida por Gilles Fauconnier (...). Assim é que problemas clássicos dos estudos da referência têm encontrado nesta teoria soluções elegantes e persuasivas. (SALOMÃO, 2005, p.155)

Os processos de Integração/Mescla Conceptual de que tratamos, decisivos para a interpretação simbólica e, nestes termos, para a ordenação de nossa relação com o mundo, encontram a mais nobre de suas aplicações na constituição da própria cena comunicativa de que participamos como pessoas do discurso e na qual radicamos toda a experiência de percepção, concepção, referenciação e identificação das coisas. (SALOMÃO, 2005, p.163)

Vários estudos recentes sobre as anáforas, em especial, as anáforas indiretas, analisam a questão. (...) Ultimamente, inclino-me cada vez mais a considerar as teorias dos espaços mentais e das mesclas de domínios conceituais, tal como vêm sendo desenvolvidas por Gilles Fauconnier (1985, 1997) e, entre nós, por Margarida Salomão (1999) como uma das melhores abordagens dos processos de referenciação como atividades interativas, e não operações lingüísticas. (MARCUSCHI, 2001, p.39)

Como ser dotado de razão e vontade, o homem constantemente avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso - ação verbal dotada de intencionalidade -, tenta influir sobre o comportamento do outro, ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. (KOCH, 1999, p.19)

Isso posto, passaremos à análise do *corpus* selecionado, à luz dos princípios e pressupostos teóricos aqui delineados.

Apresentação do *corpus*

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e que todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços mentais/referenciais aqui tomados como instâncias de enunciação. Em vista disso, decidimos trabalhar com um discurso político, pois consideramos ser este um domínio discursivo essencialmente argumentativo e, também, por pressupormos apresentar uma gama de fatores que podem ser analisados, o que contribuirá positivamente para o nosso trabalho.

Para tanto, escolhemos como *corpus* o texto abaixo, o qual foi retirado de um programa eleitoral da campanha presidencial do ano de 2002. Trata-se de um discurso político do candidato José Serra (PSDB), destinado a ser apresentado via televisão. Esse discurso foi ao ar no dia 20 de agosto de 2002, às 20h30, tendo como tema a Segurança Pública. Não obstante o fato de ser um texto oralizado, será assumido por nós, neste trabalho, como texto escrito, o que não influenciará no alcance do nosso propósito: demonstrar como se dá a construção de sentidos pela mente humana à luz da teoria da Integração Conceptual.

O *corpus*¹⁷

Candidato: José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Tema: Segurança Pública

Data: 20/08/02, às 20:30 h

“Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranquilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores.” (...) Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a Constituição se for necessário. E vamos mudar não apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar.”

¹⁷ Agradecemos a Maria Aparecida Furtado, pela gentileza de ceder-nos as gravações relacionadas à campanha eleitoral do ano de 2002.

Procedimentos metodológicos adotados na análise do texto

Para analisarmos o texto que constitui o corpus deste trabalho, a fim de demonstrarmos como os espaços mentais (referenciais) são criados e integrados no processamento discursivo, adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos:

a) leitura do texto, identificando a contraposição estabelecida a partir da implementação de dois tipos de instâncias enunciativas, dois tipos de espaços mentais, de espaços discursivos: o espaço da instância enunciativa básica configura a referência global do texto que, ao mesmo tempo, integra todos os demais espaços referenciais e a estes se contrapõe;

b) identificação dos recursos (mecanismos) léxico-sintático-discursivos utilizados nos processos que implementam a contraposição dos espaços discursivos, quer através de comparações entre a instância básica e espaços por ela integrados, quer entre espaços integrados entre si; e

c) verificação de como a criação e a integração de espaços referenciais se constituem como recurso básico da argumentação, tendo como implicação a persuasão do auditório.

Análise do corpus

A primeira consideração a ser feita a propósito de uma análise, na perspectiva pretendida, é que a realização da operação mental básica de Integração Conceptual traz em seu âmago a articulação de outras três operações, a saber: Identificação, Integração e Imaginação. Dessa forma, a mente humana aciona e integra, simultânea e inevitavelmente, espaços mentais diversos, projetando-os sempre num e único espaço imagético em que se configura o sentido emergente. A mente humana, ao fazer isso, está criando, constituindo cenários enunciativos, os quais, no caso do texto em estudo, consideramos ser, na sua modalidade típica de integração de espaços mentais/referenciais, essencialmente argumentativos.

No discurso utilizado por nós como *corpus*, podemos perceber que o locutor José Serra se apropria da língua, assumindo o papel de candidato, e se institui como enunciador; simultaneamente, institui o outro, o telespectador, alocutário, como enunciatário. No âmbito do Espaço-Base implementam-se, simultaneamente, o espaço da realidade do enunciador

- o do candidato - e o seu contrafactual - o espaço de um público eleitor em potencial. Interessante notar aqui como a escolha dos itens lexicais de que se compõe o enunciado vai nos fornecer as pistas necessárias para a referenciação da relação enunciador/enunciatário. Na configuração lingüística dessa relação, percebemos ser José Serra um enunciador que tenta se apresentar como alguém cujos valores se coadunam com os anseios de seu enunciatário, um povo trabalhador, humilde, honesto, enfim, a grande maioria do eleitorado brasileiro. Conhecedor de que o candidato oponente representa melhor esse perfil e que, por essa razão, lidera as pesquisas de opinião pública, a primeira estratégia de que se vale é a de se despir da imagem de representante das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, auto-representar-se como alguém do povo através da ativação de expressões lingüísticas, tais como: *"meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca", "lembro dele trabalhando sete dias por semana", "éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna"*.

A partir da contraposição entre esses dois espaços, vários outros espaços são criados e integrados no interior do espaço-base, espaço primitivo da fala do candidato José Serra, com vista a conduzir o "auditório" ao fim pretendido, ou seja, merecer o voto do eleitor. Num deles, à realidade do enunciador se contrapõem espaços de imaginação - como será seu governo - e de recordação - fatos de quando o candidato era menino. Esses espaços são implementados e simultaneamente contrapostos por itens lexicais do tipo *"essência do meu sonho, lembro, quando tinha oito anos, quando penso"*. Vejamos:

"Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranquilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores."

Também podemos contrapor os espaços *"vida digna" versus "vida humana na produção de sentidos*. Esse espaço remete a tempos totalmente

diferentes - um deles é o da recordação do candidato, e o outro, o da imaginação, posterior ao da eleição, o qual será resgatado, num futuro cronológico, caso o candidato José Serra seja eleito - e, em ambos os casos, ocorre a contraposição em relação ao espaço "vida indigna" que se refere ao atual estado de coisas, quando nos sentimos constantemente ameaçados. Ressalte-se aí o fato de como, ao acionar e integrar simultânea e dinamicamente espaços mentais/referenciais diversos, por meio da operação básica da mente, a Integração Conceptual, configuram-se sentidos emergentes projetados sempre como um e único espaço imagético que vai sendo discursivamente (re)configurado. Integrando esses espaços, podemos dizer que o argumento central do trecho consiste no fato de que o candidato quer dar ao Brasil o que há de melhor, segundo sua avaliação, e foi perdido em outros governos. E isso será possível porque o candidato tem conhecimento do que é o melhor: na proposta de José Serra, uma vida digna equivale a uma vida "sem violência". Tudo isso se constitui como argumentos a favor da sua eleição para presidente.

Podemos observar, também, a implementação de um outro espaço, por parte do candidato, que é o de uma informação nova à qual a maioria de seu público ainda não teve acesso. Através da expressão "*Você não sabe, mas...*" contrapõem-se dois espaços: o do enunciador que, embora não pareça, conhece a realidade das classes menos favorecidas economicamente - afinal "*estudava numa escola pública lá no bairro mesmo*" -, e o do enunciatário, a maioria da população brasileira que não conhecia a vida pregressa do candidato.

No trecho abaixo, seqüência do discurso do candidato José Serra, podemos ver a contraposição dos espaços "opinião do candidato" e "opinião do povo" que se integram, visando a evidenciar a compatibilidade existente entre a opinião do candidato José Serra e a opinião popular. Isso consiste num argumento a mais em favor da eleição desse candidato à presidência da República. Observe-se:

"Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar."

Outra contraposição que se percebe no trecho reside na relação estabelecida entre o governo federal e o governo estadual no tocante à questão do combate à violência. Na gestão atual, *“é obrigação dos governantes estaduais”*, mas na gestão do pretense presidente *“vai ser também de responsabilidade do Governo Federal”*. Da criação e articulação desses espaços mentais/referenciais, emerge o sentido que aponta vantagens para o *“tempo”* em que José Serra for presidente.

A propriedade da contrafactualidade, manifesta na integração de espaços constituintes e constitutivos da rede referencial (de espaços mentais) desse discurso, visa a conduzir a mente do enunciatário à conclusão de que o candidato José Serra é o candidato ideal para assumir a presidência da República.

Não é nossa pretensão, aqui, esgotar todas as possibilidades de construção de sentido e de identificação de estratégias argumentativas. Pretendemos, tão somente, dar uma idéia geral de como a mente humana funciona quando é ativada por expressões lingüísticas que funcionam como gatilho de todo esse processo.

Considerações finais

Partimos do pressuposto de que o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental e todo esse processo se dá pela construção e integração de espaços mentais (referenciais) aqui tomados como instâncias de enunciação. Portanto, consideramos, também, que a referenciação se dá pela criação e articulação das diversas instâncias enunciativas num plano maior que corresponde ao plano-base, no qual elas se articulam. No entanto, é necessário observar que, no processamento discursivo, as instâncias de enunciação não se atualizam na materialidade do texto como constructos linearmente ordenados, em conjuntos de enunciados dispostos linear e seqüencialmente organizados. Ao contrário, tudo isso se efetiva hipertextualmente. Na materialidade do texto tem-se, apenas, uma configuração material das expressões lingüísticas minimamente necessárias para a semantização das instâncias como domínios cognitivos do processo de referenciação. Na verdade, cada texto atualiza uma e única instância de enunciação, um espaço discursivo integrado em que se articulam, hierarquicamente, todos os demais espaços mentais/referenciais instituídos *no e pelo* processamento discursivo que o gera.

Assim, ao analisar a construção da referência no âmbito do processamento discursivo, colocamos em cena um modelo baseado na conexão entre semântica e cognição que visa a explicitar regularidades identificadas na relação cognição-linguagem. Nesse modelo, a cognição extrapola a dimensão na qual as estruturas linguísticas são fundamentadas apenas em princípios cognitivos naturais e passa a ser concebida como uma construção social, intersubjetiva e historicamente configurada.

Argumentativeness and the construction of meaning as a process of conceptual integration

■ **ABSTRACT:** *Considering the relations of syntax, semantics and lexical choices strictly related to human experiences and, from these relations, regarding a profound involvement in the expression and construction of human comprehension of the world. The present work deals with a concept of more or less detectable argumentativeness as a property, of particular lexical-syntactic-discursive operations that indicate the creation and/or promote the articulation of referential spaces and orientate the referentiation process in and by the enunciation, giving clues that indicate all the discursive processes. Thus, we intend to demonstrate how the construction of meaning by the human mind works in the light of the Conceptual Blending Theory. In order to do so, we started off from the basic principle that linguistic expressions by themselves do not carry any meaning and that every and each process of referentiation is established from the correspondence between the role of our linguistic constructions and particular states of our mind necessarily involved in the discursive processing. In this perspective we shall try to explain what kinds of connections our mind is prone to make and what kinds of effects are produced by different contexts with which or in which they operate.*

■ **KEYWORDS:** *Conceptual Integration. Mental Spaces. Referentiation. Argumentativeness.*

Referências

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I.** Trad.: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

- NEVES, M.H.M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec (Brasília, UNB), 1987.
- NASCIMENTO, M. & OLIVEIRA, M.A. Referência, texto e hipertexto. In: *Sentido e significação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 285-299.
- lingüísticos. *Juiz de Fora*, vol. 3 - n.º 1, 1999, p. 81-95.
- introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. In: *Veredas*: revista de estudos MIRANDA, N.S. Domínios conceituais e projeções entre domínios: uma Paulo: Contexto, 2005, p. 73-102.
- MORATO, E.M. e BENTES, A.C. (orgs.). *Referência e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 73-102.
- _____ *Análise indireta: o pacto textual e suas âncoras*. In: KOCH, I.V. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, n.º 41, 2001.
- MARCUSCHI, L.A. Ato de referência na interação face a face. In: *de Letras da PUC-MG, 1998*. (Dissertação de Mestrado)
- MAGALHÃES, E.M.S. *A construção de instâncias enunciativas em textos escritos do português culto do Brasil*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da PUC-MG, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- KOCH, I. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1999
- blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.
- FAUCONNIER, G. & TURNER, M. *The way we think: conceptual Chicago: The University of Chicago Press, 1996.*
- FAUCONNIER, G. & SWEETSER, E. *Spaces, worlds and grammar*. University Press, 1997.
- _____ *Mapping in thought and language*. Cambridge: Cambridge dans les langues naturelles. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.
- FAUCONNIER, G. *Espaces mentaux: aspects de la construction du sens* (Mestrado)
- Horizonte: Faculdade de Letras da PUCMG, 2002. (Dissertação de CAVALCANTE, S.M.S. *A metáfora no processo de referência*. Belo al., Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____ *Problemas de lingüística geral II. Trad.: Eduardo Guimarães...* (et Revista Amarela TEIXEIRA, Maria Regina de C. Caserio OLIVEIRA

PERELMAN, C. Argumentação. **Enciclopédia Einaudi**. v.11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p.234-265.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

SALOMÃO, M.M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. *In*: KOCH, I.V., MORATO, E.M. e BENTES, A.C. (orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p.151-168.

"O JOÃO FUMA MAIS DO QUE O PEDRO" – UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE SEMÂNTICA

Roberta Pires de OLIVEIRA¹

Renato Miguel BASSO²

Luisandro Mendes de SOUZA³

■ **RESUMO:** O presente artigo discute qual é o fenômeno semântico responsável pela pluralidade de interpretações de sentenças comparativas verbais como 'João fuma mais do que Pedro'. Três possibilidades são examinadas: ambigüidade, vagueza e indeterminação, por meio de uma análise crítica desses conceitos que são fundamentais em semântica. Conclui-se mostrando que o fenômeno em questão é indeterminação, conceito que não se confunde com o de subdeterminação, e é definido como a presença, na forma lógica, de uma variável cujo domínio é contextualmente dado. Por fim, são considerados outros fenômenos, em particular a interpretação anafórica de alguns pronomes e de sentenças modais, que também apresentam indeterminação.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Semântica. Ambigüidade. Vagueza. Indeterminação.

¹ Departamento de Língua e Literatura Vernáculas – UFSC – Campus Trindade. CEP: 88040-970. Florianópolis, SC, Brasil. pires@cce.ufsc.br

² Pós-Graduação em Linguística – UNICAMP. rmbasso@gmail.com.

³ Pós-Graduação em Linguística – UFSC – Campus Trindade. CEP: 88040-970. Florianópolis, SC, Brasil. Mendesouza21@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste trabalho é explicitar o raciocínio que permite detectar, com algum grau de segurança e objetividade, que tipo de fenômeno é responsável pelas inúmeras interpretações possíveis de uma sentença aparentemente tão banal quanto:

(1)O João fuma mais do que o Pedro.

Para (1), podemos ter, entre outras mais ou menos salientes, as seguintes interpretações:

(1a)O João fuma mais tempo do que o Pedro (ele passa mais tempo fumando). – interpretação A

(1b)O João fuma mais cigarros (quantidade de cigarros) do que o Pedro. – interpretação B

(1c)O João fuma mais tipos de cigarros (cigarro de filtro, charuto, cigarro de palha, narguilê etc.) do que o Pedro. – interpretação C

(1d)João fuma há mais tempo do que o Pedro (ele começou a fumar antes de Pedro). – interpretação D

Podemos ter interpretações que combinam A, B, C e D, gerando, no total, 15 possibilidades. Não parece ser viável que, ao interpretarmos uma sentença como (1), nosso processador lingüístico leve em conta todas essas interpretações e tenha que checar cada uma delas para decidir qual o falante quer transmitir. É de se esperar que a interpretação de uma sentença seja restrita pelo contexto; além de haver uma interpretação preferencial, *default*, menos marcada contextualmente. Mas essa constatação não resolve o problema de que tipo de fenômeno é este que gera essa enorme quantidade de interpretações para uma sentença tão simples quanto (1).

A literatura tem se colocado essa mesma questão com relação a diferentes fenômenos semânticos, mas a resposta nem sempre é clara. Não seria difícil encontrarmos lingüistas que afirmariam que em (1) estamos diante de um fenômeno de ambigüidade; outros poderiam dizer que é um caso de vagueza; finalmente, haveria outros que diriam se tratar de

indeterminação. Esperamos mostrar que uma análise mais detalhada da sentença (1) e de fenômenos como ambigüidade, vagueza e indeterminação nos permitem justificar que o fenômeno em questão é indeterminação. Veremos inicialmente algumas características de sentenças como (1), e nas seções abaixo trataremos dos fenômenos mencionados.

A sentença (1) é o que podemos chamar de sentença comparativa verbal, e não há, na literatura sobre comparação, análises de sentenças como (1). Em geral, trabalhos como os de KLEIN (1991), STECHOW (1984) e outros se limitam a casos de comparação adjetival (cf. MENDES DE SOUZA, 2006). Apesar de ser negligenciado, esse tipo de estrutura comparativa levanta questões muito interessantes, entre elas o problema central deste texto.

Uma primeira constatação é que nem todas as sentenças comparativas verbais apresentam o mesmo comportamento com relação à possibilidade de disparar um número grande de interpretações. Para evitar interferência do tempo e do aspecto verbal, vamos mantê-los constantes. A sentença em (2) pode, como (1) receber muitas leituras:

(2) João corre mais do que Pedro.

Essa sentença pode receber as seguintes interpretações: (a) João é mais rápido do que Pedro (mais tecnicamente, o grau ou intensidade da velocidade de correr de João é maior do que esse grau de Pedro); (b) João corre mais vezes, participa mais de corridas do que o Pedro; (c) João fica mais tempo correndo do que o Pedro; (d) João corre mais longe do que Pedro. Podemos ainda combinar essas leituras (a, b, c, d). Note que (1) e (2) são sentenças de atividade. Tomemos, contudo, a sentença (3) abaixo:

(3) João constrói mais casas que Maria.

Algumas das interpretações que tínhamos para (1) e (2), como intensidade ou velocidade, não se aplicam (com essa sentença não podemos dizer que João constrói casas mais rápido do que Maria, ou mais intensamente); mas, por outro lado, temos interpretações que não tínhamos para (1) e (2): (a) Os eventos de construção de casa que João participou foram mais do que os eventos que Maria participou; (b) O número de

casas que João constrói é maior do que o número de casas que a Maria constrói. Imaginemos um contexto em que João e Maria são dois empreiteiros que participam de obras de construção de casas populares. A interpretação (a) se refere a eventos de *construir casas*, João participou de mais eventos de construir casas do que Maria, mas não é o caso que João, necessariamente, tenha construído mais casas que Maria (João participou de 3 grandes obras que, juntas, construíram 20 casas, mas Maria participou de 2 grandes obras, e número de casas construídas foi 30). A interpretação (b) se refere a número de casas construídas (por exemplo, João construiu 10 casas e Maria, 5). Há uma terceira possibilidade que combina (a) e (b): João participou de mais eventos de construção de casas do que Maria e também construiu mais casas do que ela.

Por sua vez, uma sentença como:

(4)Schumacher vence mais corridas do que Rubinho,

diferentemente das sentenças que vimos, não possibilita uma enorme quantidade de interpretações. De fato, o que temos aqui é apenas a comparação do número de corridas ganhas (algo muito próximo, *mutatis mutandis*, de (3b)).

Temos ainda, por fim, sentenças como:

(5)João ama mais a Maria do que o Pedro.

(6)João tem mais dor de cabeça que o Pedro.

A única possibilidade de interpretação para (5) é a comparação entre graus de amor, isto é, uma leitura de intensidade. Já em (6) podemos ter: (a) a intensidade da dor de cabeça de João é maior do que a de Pedro; (b) João tem mais vezes dor de cabeça do que o Pedro; (c) O estado de dor de cabeça de Pedro permanece por mais tempo do que o de João.

Ao leitor mais atento, não passará despercebido que a variável que alteramos nos exemplos foram as classes vendlerianas (VENDLER, 1967), que dividem os verbos conforme respondem a certos adjuntos e inferências. Para uma teoria que tenha como objetivo abarcar as comparativas verbais, não há dúvida de que uma tarefa a ser feita é explicar o comportamento

diferenciado dos verbos quanto à possibilidade de receber uma ou várias interpretações, e quais são essas possibilidades. Mas este passo só pode ser dado depois de entendermos diante de qual fenômeno estamos, o objeto de estudo deste artigo: Que fenômeno está exemplificado na sentença (1)?

Nas seções abaixo, trataremos de três fenômenos lingüísticos (e filosóficos) que nos parecem ser bons candidatos para dar conta de sentenças como (1). São eles, na ordem em que os trataremos, ambigüidade, vagueza e indeterminação.

Ambigüidade

A ambigüidade não apenas recebeu várias definições, mas foi objeto de muita disputa teórica. Kempson, por exemplo, define a ambigüidade através da idéia de que uma sentença ambígua isola diferentes estados de coisas no mundo: “uma sentença é ambígua se e somente se ela pode ser verdadeira em estados de coisas muito diferentes” (KEMPSON, 1977, p.40). Uma definição como essa nos obriga a dizer o que significa exatamente ser verdadeira em estados de coisas “muito” diferentes? *Quanto* uma situação precisa ser diferente de outra para termos certeza de que se trata de sentenças com sentidos distintos? Como uma primeira aproximação, essa definição irá nos guiar ao longo desta seção.

A literatura sobre o tema costuma distinguir três tipos de ambigüidade: a ambigüidade lexical, a sintática e a semântica⁴. Considere, por exemplo, a sentença:

(7) João está procurando o macaco.

No Português Brasileiro (PB de agora em diante), o item lexical ‘macaco’ pode receber duas interpretações distintas e desconectadas: uma que remete ao reino animal e outra, ao domínio das ferramentas. Este é um exemplo de ambigüidade lexical. De fato, a sentença pode ser verdadeira em duas situações claramente diferentes: 1. se João está procurando um certo animal, um macaco; e 2. se João de fato está procurando uma certa

⁴ Há ainda autores que falam de ambigüidade pragmática, mas nada diremos sobre ela. Encontramos em TRASK (2004, p.28-29) uma oposição entre, de um lado, a ambigüidade lexical, e, de outro lado, as ambigüidades sintática e semântica, por ele chamada de ambigüidades estruturais.

ferramenta para levantar o carro, um macaco. Assim, cada uma dessas interpretações estabelece relações de hiponímia distintas: em 1. macaco e animal; em 2. macaco e ferramenta.

É evidente que o fenômeno presente em (1) não é uma ambigüidade lexical, dado que as diferentes interpretações suscitadas não são disparadas pelo fato de que algum dos itens lexicais que a compõem tem mais de um sentido. Na verdade, em (1), todos os itens lexicais têm sempre o mesmo sentido.

Um outro tipo de ambigüidade é a estrutural ou sintática, que pode ser entendida como: "uma seqüência de palavras que pode ser analisada (subdividida) em sintagmas de vários modos. Exemplo: *Homens ou mulheres em forma*

* [homens ou mulheres] em forma (=homens em forma ou mulheres em forma)

* homens ou [mulheres em forma] (=mulheres em forma ou homens)." (CHIERCHIA, 2000, p.68)

Um outro exemplo é a sentença (8) abaixo:

(8) João falou com a Maria no telefone.

A sentença (8) pode ser verdadeira se o João conversou com a Maria *através* do telefone; ou se João conversou com a Maria enquanto *ela* estava no telefone; ou se João conversou com a Maria quando *ele* estava no telefone. Mais uma vez, estamos diante de três estados de coisas distintos no mundo. Além disso, a cada uma dessas interpretações está associada uma análise estrutural específica, isto é, as palavras se combinam diferentemente⁵.

No entanto, temos também que afastar essa possibilidade como uma explicação plausível para a variabilidade de interpretações de (1), porque essas diferentes interpretações não podem ser explicadas por diferentes arranjos combinatórios. Ao contrário, o arranjo combinatório da sentença em (1) é o mesmo nas suas diversas leituras e que pode ser representado, numa primeira aproximação, como:

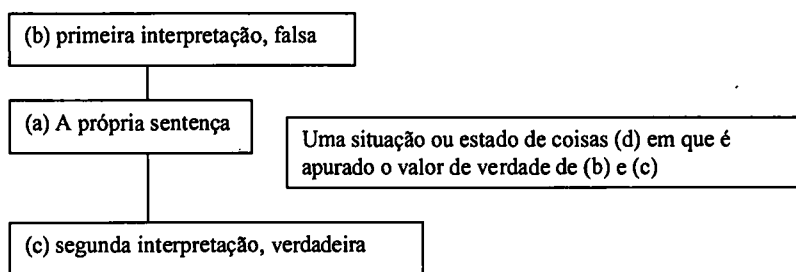
⁵ Grosso modo, teríamos o seguinte: João falou (no telefone) com a Maria; João (no telefone) falou com a Maria; João falou com a Maria (no telefone).

(1') Há um grau d tal que João tem o grau d relativamente a atividade de fumar e este grau é maior que o grau d_1 relativamente a atividade de fumar que Pedro tem.

Resta a chamada ambigüidade semântica. Chierchia a define negativamente: “Ambigüidade semântica: tipos de ambigüidade sistemática não redutíveis à polissemia ou à ambigüidade sintática.” Essa definição deixa a desejar no mínimo porque ela apaga a distinção entre a ambigüidade semântica e a pragmática, defendida por alguns lingüistas. O autor continua: “[a ambigüidade semântica] Inclui a ambigüidade devida ao fato de que os pronomes podem ter diversos antecedentes. Exemplo: todo homem gostaria de matar seu pai, onde o antecedente de “seu” pode tanto ser todo homem quanto algum indivíduo com realce no contexto extralingüístico.” (CHIERCHIA, 2000, p.68)

Com certeza, o problema levantado em (1) não é um problema de anáfora, mas isso não significa que ele não possa ser um caso de ambigüidade semântica, porque os fenômenos mais representativos da ambigüidade semântica são, na verdade, os casos de escopo de operadores; casos que Chierchia não menciona na definição, mas que ele apresenta ao longo do capítulo em que discute o tema.

Uma definição mais precisa de ambigüidade semântica pode ser encontrada em Ilari (1997) que, confrontado com o problema de diferenciar vagueza (cf. seção abaixo) de ambigüidade, propõe para essa última uma “máquina debulhadora”:



Dada uma sentença problemática (a), exija para declará-la ambígua que, numa determinada situação (mundo possível, estado de coisas...) que sua interpretação (b) seja verdadeira, e sua interpretação (c) seja falsa. (ILARI, 1997, p.58)

Podemos ver um exemplo dessa máquina em funcionamento tomando

como exemplo casos com operadores, que são elementos da língua que geram sentenças de sentenças. Considere-se, por exemplo, o caso do 'não', na sentença abaixo⁶:

(9) João não terminou sua dissertação.

O que este elemento faz é negar a sentença 'João terminou sua dissertação'; em outros termos: o operador de negação 'não' toma uma dada sentença e gera o seu oposto. Nesse caso, ele opera sobre a sentença como um todo, o que é formalmente capturado colocando esse elemento diante do segmento sobre o qual ele atua:

(10) não (João terminou sua dissertação).

Neste caso, o 'não' tem escopo sobre a sentença 'João terminou sua dissertação'. Escopo é, então, o alcance da operação indicada pelo operador. Pode acontecer de mais de um operador operar sobre uma mesma sentença, resultando num caso de ambigüidade semântica, pois um operador pode tomar o outro como escopo e *vice-versa*. Na sentença abaixo, temos dois operadores, 'não' e 'de novo':

(11) A Maria não está grávida de novo.

Vamos submetê-la à "máquina debulhadora" de Ilari. Para a máquina funcionar é preciso alimentá-la com uma situação. Suponha que a situação (d) é a seguinte: os interlocutores sabem que a Maria, desde que casou, tem tentado engravidar, mas nunca teve sucesso. Ela acabou de fazer um novo teste de gravidez e o marido profere a sentença em (11) após confirmar o resultado do exame.

Precisamos, então, explicitar as duas leituras de (11). Há uma interpretação, a interpretação (a), em que se afirma que a Maria já ficou grávida antes, mas não é o caso que ela esteja grávida mais uma vez, representada em (12) abaixo:

⁶ Outros exemplos operadores são: operadores de tempo ('ontem'), de negação ('não', 'nunca'), de quantificação ('sempre', 'todos'), de modalidade ('pode', 'deve'), entre outros.

(12) Não (de novo (a Maria está grávida))

E há uma outra interpretação, (b), em que se afirma que mais uma vez não é o caso que a Maria está grávida, representada abaixo:

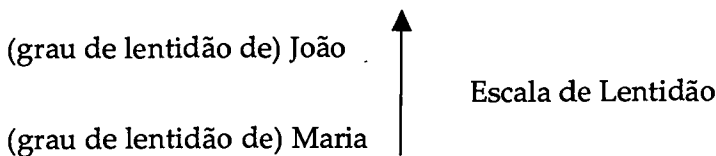
(13) De novo (não (a Maria está grávida))

Nos casos de ambigüidade, uma mesma cadeia sonora refere-se a duas “coisas” diferentes no mundo. Se submetermos essas duas interpretações à máquina semântica alimentada com a situação (d), obteremos que a interpretação (a) é falsa e a interpretação (b) é verdadeira. Assim, demonstramos que a sentença em (11) é ambígua.

Os diferentes sentidos de (1) podem ser explicados via ambigüidade semântica? Um primeiro passo para responder a essa questão é notar que há um operador nessa sentença, o ‘mais’. Para entendermos melhor o que se passa com essa sentença, vejamos um exemplo prototípico de estrutura comparativa:

(14) O João é mais lento do que a Maria.

Uma boa maneira de representar a interpretação de (14) é através de “escalas” em que estão representados “graus”. Por exemplo, há uma escala de lentidão e o grau de lentidão do João é comparado ao grau de lentidão da Maria, sendo atribuído a cada um deles um valor distinto, posicionando-os diferentemente na escala. Em (14), especificamente, afirma-se que o grau de lentidão de João é maior do que o da Maria, em outras palavras, a lentidão do João está acima da lentidão da Maria na escala de lentidão:



O ‘mais’ estabelece uma relação de ordenação: ele afirma que um grau de algo é maior do que outro grau do mesmo algo. Não há, no entanto,

outro operador presente nessa sentença. Podemos atribuir-lhe a seguinte forma semântica:

(15)O grau de lentidão de João é maior do que o grau de lentidão da Maria.

As sentenças (14) e (1) são próximas, sendo a diferença marcante entre as duas a presença de um adjetivo em (14), e de um verbo, 'fumar', em (1). Em (1), estamos, pois, comparando graus da atividade de fumar, o de João e o de Pedro, algo como:

(16)O grau da atividade de fumar de João é maior do que o grau da atividade de fumar de Pedro.

Não há, na forma semântica da sentença em (1) (ou em (14)) nenhuma indicação de que estamos diante de um problema de escopo entre operadores; há apenas um operador. Não se trata, portanto, de um caso de ambigüidade gerada por escopo de operadores.

Mesmo assim, baseando-se na definição mais ampla de ambigüidade oferecida por Kempson, se poderia argumentar que as interpretações atribuídas a (1), descritas de (1a) a (1d), apresentam estados de coisas diferentes no mundo; sendo assim essa sentença seria, de uma forma talvez diferente das apresentadas acima, ambígua. Vamos, então, passar essa sentença pelo crivo da máquina semântica de Ilari.

O primeiro passo é determinar uma situação: suponha que se esteja falando sobre a possibilidade de João ou de Pedro terem câncer de pulmão e que se comparem os seus hábitos de fumantes para afirmar que João tem maior probabilidade de desenvolver câncer de pulmão. Suponha as interpretações em (1a) e (1b). Se as passarmos pela máquina, podemos obter para elas o verdadeiro. Logo, temos uma evidência de que não se trata de um caso de ambigüidade.

Poderíamos pensar que a sentença (1) não passou no teste, porque a situação não era específica o suficiente. Consideremos então uma situação extremamente específica: a sentença (1) é resposta para "Quem fuma há mais tempo?" Embora a interpretação (1d) seja a mais exata enquanto resposta para a pergunta, as demais não são necessariamente falsas nessa

situação, elas podem ser todas verdadeiras. Logo, mais uma vez, temos evidência para afirmar que não se trata de ambigüidade.

Duas questões podem se colocar, a partir da argumentação acima: a) quão diferente os estados de mundo têm que ser para que possamos afirmar com relativa segurança que estamos diante de ambigüidade?; b) existe outro fenômeno lingüístico que se deixa capturar pela definição de ambigüidade dada por Kempson?

Podemos pensar numa especificação da semântica de tal forma que para cada uma das interpretações de (1), ou de (17), abaixo, só haja uma (única) situação no mundo que a torne verdadeira. Mas se admitimos essa estratégia, para salvar a hipótese de que (1) é ambígua, acabamos por tornar trivial a noção de ambigüidade, porque, nesse sentido, toda e qualquer sentença da língua seria ambígua. Nessa perspectiva, uma sentença como (17) seria ambígua:

(17) Tem um gato em cima do telhado.

Suponha que ela é proferida num fundo conversacional tal que é claro de que telhado se está falando: o telhado da casa do falante. Mesmo assim, essa sentença é verdadeira em inúmeras situações diferentes: o gato pode ser malhado, preto, branco, angorá, vira-lata, siamês, saudável, filhote, velho, fêmea, macho; a posição do gato no telhado também não está indicada, ele pode estar na ponta esquerda, na ponta direita, no centro... esses e ainda inúmeros outros detalhes do “mundo” constituem elementos que caracterizam diferentes situações: pode estar chovendo, fazendo sol, a casa pode ter dois andares, ser térrea... Especificar, na semântica da sentença, todas essas particularidades não é apenas tarefa árdua, é inviável.

O que se perde é a intuição de que todas essas situações podem ser descritas como situações de haver um gato em cima do telhado. Em outros termos, todas elas são cobertas pelo proferimento da sentença em (17), porque essa sentença, como qualquer outra da língua, descreve um *esboço* de mundo. Ela é subdeterminada. De modo mais preciso, o que uma sentença faz é dividir as situações do mundo em duas partes: a parte que contém as situações em que a sentença é verdadeira, e a outra parte que contém as situações em que a sentença é falsa, sendo inúmeros ambos os tipos de situação. Sentenças ambíguas diferem na maneira como elas fazem, no mundo, a divisão entre verdadeiro e falso.

A confusão ocorre porque Kempson fala em situações muito diferentes, restando-nos, então, o problema de definir *quão* diferente uma situação precisa ser de outra para que uma sentença possa ser ambígua. Essa questão desaparece se considerarmos que uma sentença descreve uma situação-tipo, uma situação genérica que cobre inúmeros casos. A sentença em (1) descreve uma situação-tipo em que, de alguma maneira, o tanto que João fuma é maior do que o tanto que o Pedro fuma. Já uma sentença ambígua, como (11), 'A Maria não está grávida de novo', descreve duas situações-tipo: numa a Maria já ficou grávida antes, na outra, ela nunca ficou grávida antes. É por isso que a máquina debulhadora funciona para (11), mas não para (1).

Uma outra maneira de chegar ao mesmo resultado é notar que sentenças ambíguas têm formas lógicas diferentes, cada uma delas representando um estado-tipo de mundo⁷. Ora a uma sentença, uma expressão lingüística na sua superficialidade, por assim dizer, podem corresponder duas ou mais formas estruturais (sintáticas, semânticas) distintas: é o caso de todas as sentenças ambíguas que analisamos. Esse não é, contudo, o caso da sentença em (1). A essa sentença pode ser atribuída a estrutura em (16). Neste caso, a sentença afirma que se estão comparando graus da atividade de fumar, mas não precisa qual é a escala que está sendo adotada: é a escala de quantidade de cigarros? Ou a escala de tempo de fumante? Ou a escala de eventos de fumar? Logo, essa sentença não é ambígua, mas subdeterminada.

Em suma, a ambigüidade, assim como a subdeterminação, refere-se a estados de coisas diferentes, porém, ao contrário da subdeterminação, que não apresenta essa característica, a ambigüidade requer diferentes (re)arranjos dos elementos de uma sentença (por exemplo, seus operadores) para que ela se refira a estados-tipo de coisas, ou então requer que ao menos um dos elementos da sentença possua mais de um sentido (ambigüidade lexical), levando, mais uma vez, a estados-tipo de coisas distintos.

Há, sim, outros fenômenos lingüísticos que respondem por uma mesma sentença poder se referir a diferentes estados de mundo além da ambigüidade – a subdeterminação, por exemplo. Essa é uma das razões que sustentam a afirmação de que a definição de Kempson não é adequada. Nas próximas seções, veremos outros fenômenos que também podem ser

⁷ Também nesse caso, a definição de Kempson é demasiado frouxa, porque ela fala sobre "uma sentença", sem se preocupar em definir que entidade teórica é a sentença.

caracterizados como referindo a diferentes estados de coisa no mundo, também com o intuito de verificar se eles dão conta do que acontece em (1).

Vagueza

Segundo as definições clássicas, a vagueza compartilha com a ambigüidade o "inconveniente" de produzir recortes conceituais da realidade pouco confiáveis, mas o faz por razões diferentes: o que caracteriza as expressões vagas é o fato de terem um sentido em princípio único, que é insuficientemente determinado. (ILARI, 1997, p.56).

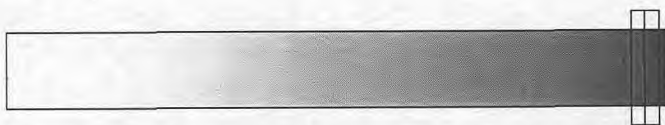
Olhando apenas para essa definição de Ilari podemos supor que a sentença em (1) é vaga. Antes de aceitarmos essa conclusão, vamos investigá-la, já que a vagueza é também um tópico espinhoso, que suscita muita discussão na filosofia, na lingüística e em áreas afins. Essa noção envolve a idéia de limites (*boundaries*), de casos limite, e, mais do que isso, limites nada precisos, que não permitem, sem estipulação, que se estabeleça precisamente o ponto em que há transição clara entre eles. Em outras palavras, "a vague word admits of borderline cases, cases of which the word is neither definitely true nor definitely false" (SAINSBURY, 1988, p.26).

Basta pensar, por exemplo, se há um limite entre algo que é (ou pode ser considerado como) um monte de areia e algo que não é um monte de areia; em outras palavras, quantos grãos de areia são necessários para termos um monte de areia? Esse limite não é claro, assim como não há um limite claro que separe as pessoas altas e as pessoas que não são altas, e entre aquelas pessoas que são e as que não são calvas. Pode ser óbvio dizer de alguém que tenha, por exemplo, 100 mil fios de cabelo que esse alguém não seja calvo, e de alguém que tenha três fios de cabelo, que seja alguém calvo; o que dizer quando se trata de alguém que tenha mil fios de cabelo? E 1001? E 999? Chegamos a um ponto em que os limites não são precisos e estabelecê-los, se necessário, será o resultado de uma operação contextual e cognitiva.⁸

⁸ O parágrafo deixa um problema, ainda sem solução, em aberto: seria a vagueza uma questão lingüística? São as palavras que são vagas? Ou seria a vagueza uma questão do mundo? Os objetos no mundo são vagos. A vagueza é algo da língua, das descrições lingüísticas ou existem realmente objetos vagos no mundo? Ou, colocado de outra forma, um termo vago designa algo vagamente ou designa um algo vago? Há defensores de ambas as posições e, apesar de assinalá-lo, não entraremos aqui nesse debate.

O contexto pode ser decisivo para o uso e as condições de verdade de uma expressão vaga. Suponha que o falante profira, 'ele é alto', apontando para alguém que tenha 1m80 de altura, e diga isso tendo como fundo um grupo de jogadores de basquete. Nessa situação, uma resposta plausível pode ser: 'não, ele não é alto (exatamente, porque o parâmetro de comparação são jogadores de basquete)'. No entanto, se dissermos 'ele é alto' apontando para a mesma pessoa em questão, que tem 1m80, e estivermos agora levando em conta a altura média dos brasileiros, tenderemos a concordar com a sentença. Ou, ainda mais drasticamente, se dissermos o mesmo de tal pessoa, mas estivermos agora entre pigmeus, a resposta será 'sim, ele é claramente alto'.

O problema também é cognitivo na medida em que as palavras vagas têm uma relação estreita com a categorização que fazemos do mundo, e um bom exemplo disso é o seguinte paradoxo abaixo: Tome um espectro de cores contínuo, que vai do preto ao branco. Coloque sobre ele um dispositivo que tenha duas janelas, uma do lado esquerdo e outra do lado direito. Esse dispositivo é de um tamanho tal que a cor mostrada do lado esquerdo é igual a do lado direito e ele move-se sobre o espectro indo do preto para o branco, certamente de maneira muito lenta. Logo, ou todo o espectro é preto ou ele não é nada preto.



Podemos facilmente pensar em palavras vagas, que por sua vez possibilitam contextos vagos. Tomemos como exemplo a palavra 'criança'. Suponha essa palavra sendo usada para se referir a João, que tem 16 anos:

- (18) João ainda é uma criança, não pode dirigir.
- (19) João não é mais criança, já pode votar.
- (20) João é criança para ver filmes pornográficos.

Em outras palavras, como decidir quando alguém deixa de ser uma criança? Suponha a palavra 'pouco':

(21a) 100 cadeiras é pouco para uma faculdade.

(21b) 100 cadeiras não é pouco para uma casa.

(21c) 100 (e 101, e 102, e 103...) cadeiras é pouco para uma loja manter em estoque?

Como decidir o que é pouco, mesmo levando em conta um contexto claro? O mesmo raciocínio vale para 'muito'. Considere a temperatura de 20 graus Celsius:

(22a) Faz muito calor para acender a lareira.

(22b) Não faz muito calor para ir para a praia.

(22c) Faz muito calor para ligarmos um ventilador?

De fato, para certo espanto, praticamente qualquer palavra de qualquer língua é vaga, ainda que de formas diferentes⁹.

Como já aludimos, uma palavra vaga pode ser mais bem definida se soubermos o contexto em que é empregada. Alguém é baixo em relação aos brasileiros médios do sexo masculino, cuja idade varia entre 20 anos e 30 anos, se tiver 1m50 de altura. Mas será que alguém com 1m51 ou com 1m49 é ainda baixo? Mesmo levando em conta o contexto preciso, essas variações ainda persistem indefinidas: a vagueza se mantém.

Vagueza é distinta de ambigüidade, mas vejamos a distinção com um outro exemplo. Considere, por exemplo, contextos interrogativos. A ambigüidade possibilita que uma única sentença pergunte duas ou mais coisas diferentes, como em 'você tem um macaco?' – o falante quer saber se o ouvinte tem: 1. um instrumento para trocar pneu; ou 2. um animal? Na maior parte dos casos, a ambigüidade se resolve no contexto. Uma sentença interrogativa que envolva vagueza, mesmo que a consideremos em um contexto determinado, possibilita apenas uma pergunta: 'João é alto?' pergunta apenas uma coisa, embora a resposta possa ser mais complexa do que aparenta.

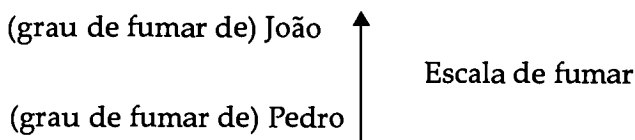
⁹ SAINSBURY (1988, p.37) oferece um exemplo interessante: a vagueza da palavra 'pérola': "Consider the word "pearl". [...]. Anything made of the correct material and formed in an oyster counts as a pearl. Anything not of the right material is not a pearl. However, there are borderline cases. What should we say of a pearl-shaped lump of pearl-material that has somehow been synthesized outside of any oyster? I suggest that the sense of "pearl" does not settle this question; so "pearl" count as vague [...]".

Ainda outra maneira de distinguir ambigüidade de vagueza encontra-se no seguinte teste (proposto por GILLON (1990)): uma sentença ambígua pode ser verdadeira e falsa numa mesma situação dependendo da interpretação acionada (trata-se da máquina debulhadora de Ilari). O que não ocorre com a vagueza. Uma expressão é vaga se há casos em que não há resposta definitiva sobre se a expressão se aplica ou não ao objeto ou estado de coisas a que ela se refere.

Por fim, vale salientar que a vagueza, com todas as características que apresentamos, é um recurso fundamental nas línguas naturais e “poupa muito trabalho”. Algumas vezes, precisar uma palavra vaga tem grande utilidade e relevância; é assim, por exemplo, que em termos jurídicos temos o conceito preciso de “menor”. Porém, é também importante que *não* precisemos as palavras vagas.¹⁰ Com relação à vagueza e à “precisificação” de termos vagos, convém ter em mente que “in many cases (virtually always) there is no need to be precise; in some cases (perhaps always) it may not be possible to be precise” (VARZI, 2002, p.246).

Tendo definido vagueza e individualizado esse fenômeno, voltemos à sentença (1) para responder se ela é ou não é vaga.

Suponha que a interpretação dessa sentença seja: ela estabelece uma comparação entre graus da atividade de fumar dos participantes, em relação a uma escala, e posiciona um deles mais à frente do outro nessa escala. Neste caso, podemos, sim, identificar a presença de vagueza, e ela está justamente em delimitar e decidir qual é a *posição* e a *diferença* entre as posições na escala.



¹⁰ Como apresenta SAINSBURY (1988, p.28): “[...] take the word “red.” We could replace it by a precise expression, perhaps defined in terms of the physical reflectance properties of surfaces: Call this “red*.” The trouble would be that we would have no use for “red*.” “Red” is a word that we can reasonable apply on the basis of unaided observation. We can tell just by looking whether or not something is red; but this is not true of “red*.” The best we could do would be to use some such rule as: If something is red, there is a good chance that it is red*. This would enable us to apply “red*” derivatively. However, application in this way presupposes that we retain “red”; thus “red*” does not eliminate “red.” Furthermore, “red*” does not serve the purpose of nonderivative applicability on the basis of observation that was served by “red.”

Sabemos com certeza, levando em conta a idéia de escalas, que João está mais a frente de Pedro, mas exatamente em que posição está João? E Pedro? E quão distantes na escala estão um do outro? Não sabemos e, mais do que isso, não precisamos saber isso para interpretarmos a sentença e capturarmos o seu sentido. Uma sentença como (14) apresenta o mesmo fenômeno: João está mais a frente que Maria na escala de lentidão, mas em que posição está João? E Maria? E quão distantes estão um do outro? De fato, isso acontece com quase todas as sentenças comparativas: no fim das contas, tudo o que sabemos é que um dos participantes está mais à frente do que outro numa certa escala e isso, na imensa maioria das vezes, basta.

Mas, como já dissemos, se for o caso, é possível precisar. Podemos, pois, ter (e de fato temos) sentenças comparativas com posições e diferenças de posições muito precisas:

(23a) João é 10cm mais alto que Maria;

(23b) João tem 1m80 e Maria tem 1m70;

(23c) João tem 1m80 e é 10cm mais alto que Maria, que tem 1m70.

Em (23a) sabemos exatamente a diferença, e em (23b) e (23c) sabemos exatamente as posições e as diferenças na escala. Contudo, como salienta Varzi, não precisamos, nas nossas interações cotidianas, de tais recursos; nesse sentido, podemos considerar tais casos instanciações marcadas em relação ao caso mais geral em que não temos essa exatidão. Raciocínio semelhante se aplica às diferentes interpretações da sentença em (1): elas podem ser precisadas. Por exemplo: João fuma 20 cigarros por dia, dois cigarros a mais do que Pedro; João fuma há 20 anos, dois anos a mais do que o Pedro...

No entanto, a vagueza não explica o fato de que temos, para a sentença em (1), as interpretações de (1a) a (1d). O que mostramos é que essas interpretações, cada uma delas, são vagas, mas não mostramos ainda o que gera essas interpretações.

De uma forma ou de outra, nossas considerações nos dão uma importante pista: o que desencadeia o fenômeno parece ser a determinação (ou a indeterminação) da escala que responde por aquilo que está sendo comparado. Dito de outra forma, o que não sabemos e que é relevante para as interpretações (1a) a (1d) é *qual* é a escala; sabemos, contudo, que

as alternativas de escala são razoavelmente relacionadas, já que todas se referem a “componentes” da atividade de fumar. Na próxima seção, formulamos mais claramente essa conclusão, explicitando o fenômeno responsável.

Indeterminação

Como ilustra o exemplo (17), sentenças de uma língua podem ser verdadeiras (ou falsas) em inúmeras situações diferentes que não são (e talvez não possam ser) capturadas pelo sentido das sentenças em questão, e esse também parece ser o caso da sentença (1). O que temos que responder aqui então é: a subdeterminação de (17) é o que está por trás de (1), dado que não se trata nem de um caso de ambigüidade, nem de vagueza?

Se dissermos apenas “sim”, muito pouco ganharemos em termos explicativos ou elucidatórios, pois afirmamos que a subdeterminação de (17) é encontrada em qualquer sentença da língua; ora, se assim for, não temos nada para dizer sobre (1) além de ela também ser uma sentença da língua e apresentar subdeterminação. Porém, olhando mais atentamente, vemos que não é (apenas) subdeterminação o que encontramos nessa sentença, mas sim um outro fenômeno, próximo a subdeterminação, que chamaremos de “indeterminação”, mas que deve, não obstante, ser claramente distinguido daquele.

O que temos em (1), se levarmos em conta a análise dessa sentença desenvolvida ao longo das seções precedentes, é o problema de saber *qual* é a escala em que João é posicionado na frente de Pedro. Comparando (17) com (1), temos, muito grosseiramente, que, para (17), sabemos a que estado-tipo de mundo a sentença se refere, *mas não sabemos os detalhes*; para o caso de (1), além de não sabermos todos os detalhes, não sabemos de *qual* escala estamos falando; em termos mais técnicos, temos uma variável de grau, que não mudará de lugar na fórmula lógica atribuída a essa sentença, mas que é indeterminada porque não sabemos qual é a escala que está sendo implicitamente adotada (ou pressuposta), isto é, não sabemos o que ela de fato captura. Suponha um conjunto X de escalas, com três elementos {a, b, c}, em que a é a escala do tempo de fumante; b, a escala do número de cigarros; e c, a escala dos eventos de fumar; diríamos então que, resolvida a indeterminação, ou seja, escolhida a escala {a}, ou {b}, ou {c}, temos ainda, para a escala escolhida, vagueza (relativa a posição

na escala) e subdeterminação, mas teríamos resolvido a questão da indeterminação. Vejamos mais detidamente essa intuição.

Diferentemente do que ocorre na ambigüidade e na vagueza, são poucos os autores que falam em indeterminação¹¹ e não é seguro que esse termo tenha na literatura o mesmo sentido que ele tem no presente texto; mais uma razão para procedermos com calma. Gillon (GILLON, 1990, p.394, tradução nossa) traz a seguinte definição de indeterminação:

Uma expressão é indeterminada se e somente se há alguma propriedade que não está nem incluída na conotação da referência nem é uma espécie de qualquer propriedade incluída na sua conotação. (GILLON, 1990, p.394,)

Gillon usa conotação para designar o sentido de uma expressão, ou seja, as propriedades que caracterizam o objeto designado pela expressão. Por exemplo, 'quadrado' é indeterminado quanto ao seu tamanho, pois entre as propriedades que constituem a "intenção" (conotação em Gillon) desse termo não se inclui ter um certo tamanho. O termo 'quadrado' pega objetos quadrados de qualquer tamanho. Veja também que essa propriedade não está em relação de hiponímia com qualquer outra propriedade que define o termo. É isso que Gillon afirma quando se refere ao fato de que a propriedade não é de espécie. Ter tal ou qual tamanho não é uma propriedade da espécie figuras geométricas. Considere outro exemplo: o termo 'cachorro' inclui a propriedade 'ser animal', seu hiperônimo (todo cachorro é um animal, mas não vice e versa). Logo, cachorro não é indeterminado quanto a ser animal. Porém, mais uma vez, o tamanho não é uma propriedade que faça parte do sentido de 'cachorro' e nem está presente no seu hiperônimo. Assim, cachorro é indeterminado quanto ao tamanho.

No caso da indeterminação não se está em dúvida sobre se um determinado exemplar, objeto ou situação faz ou não parte do conceito – quadrados muito pequenos são certamente quadrados, embora ser pequeno seja um predicado vago, como vimos na seção anterior. O que está em jogo são propriedades que não interferem na valoração semântica da expressão. O tamanho do quadrado não faz com que algo deixe de ser quadrado. O mesmo se pode afirmar da sentença em (1): a escala adotada não interfere no valor de verdade da sentença; seja qual for a escala, a

¹¹ Não há nada sobre indeterminação em Kempson, em Chierchia ou em Ilari, por exemplo.

sentença é verdadeira se e somente se o grau que João tem do que quer que seja for maior do que o grau que o Pedro tem desse mesmo qualquer que seja.

Ao explorarmos a definição de ambigüidade proposta por Kempson, tivemos que considerar o que seriam estados (muito) diferentes de mundo, justamente para dizer que a ambigüidade acontece quando uma sentença pode referir-se a esses diferentes estados-tipo de mundo e receber valores de verdade diferenciados, a depender do estado do mundo, e abandonamos a caracterização de Kempson, precisamente porque ela se aproxima muito do que sugerimos para (17) e deixa, assim, de refletir uma diferença fundamental entre a maneira de evocar diferentes estados de mundo.

Uma sentença ambígua qualquer se refere a diferentes arranjos dos seus componentes ou a sentidos diferentes de uma ou mais palavras envolvidas numa sentença em particular; nos termos da máquina debulhadora, dada uma situação, uma das interpretações é verdadeira e a outra, falsa. Veja que isso não ocorre em (17): por mais que detalhemos a situação, ela continua verdadeira. Mostramos que o mesmo acontece com (1). Além do mais, nem em (17) nem em (1) há rearranjos na estrutura.

É também muito provável que simplesmente não seja relevante levar em consideração todas essas interpretações para a sentença em (1). Nesse caso, nosso aparelho lingüístico se contenta com uma interpretação de "esboço", isto é, uma interpretação que delineie situações sem necessidade que todas as propriedades que individualizem uma situação sejam explicitadas, quer porque não seria relevante tal explicitude, quer porque, no final das contas, ela é impossível.

Mas um semanticista que considere que a estrutura tem que estar totalmente expressa na forma lógica, poderia contra-argumentar mostrando que é possível, apesar do que já dissemos na seção sobre ambigüidade, atribuir à sentença em (1) diferentes formas lógicas, uma para cada uma das possibilidades de escala, a depender da variável sobre a qual o operador de grau atua. Teríamos assim, para a interpretação (1a), em que João fuma há mais tempo que Pedro, a seguinte representação (informal):

(1a') O grau $t(\text{empo})$ tal que João fuma t é maior que o grau t_1 tal que Pedro fuma t_1 .

Este raciocínio pode ser facilmente estendido para a interpretação (1b) em que está em consideração o número de cigarros:

(1b') O grau n (úmero) de cigarros tal que João fuma n é maior que o grau n_1 tal que Pedro fuma n_1 .

Talvez seja possível ampliar essa análise para cobrir outras interpretações, mas certamente ela não cobre todos os casos de indeterminação. Que forma semântica atribuir, por exemplo, a (1c), na qual o que está em jogo são os tipos de cigarro? Que variável é essa? E (1d), em que se fala sobre o tempo transcorrido desde o início do hábito de fumar de João e de Pedro? Não há como justificar tantas variáveis na forma lógica. O que um semanticista como esse está propondo, no fundo, é que uma sentença simples como:

(24) João fuma.

Comporta uma variável de evento, uma variável para número de cigarros, uma variável para tipo de cigarro, uma variável para tempo que ele é fumante, uma variável para tempo transcorrido desde que ele se tornou fumante, uma variável para intensidade de fumar... Essa, certamente, não pode ser a melhor solução.

Esse mesmo argumento pode ser visto no exemplo em (2), em particular na interpretação (2d), em que se afirma que João corre mais longe que Pedro. Nesse caso, seria necessário um tratamento em que na forma lógica esteja representada uma variável para distância percorrida pela corrida de Pedro e de João. Certamente, estamos pedindo demais da forma lógica. Apenas para reforçar o argumento, considere a sentença:

(25) João dança mais do que Maria.

Entre outras interpretações, ela pode significar que João dança melhor do que Maria, ou seja, que se adotamos uma escala de qualidade de dança, João está numa posição superior a Maria. Como inserir uma variável para qualidade da dança na forma lógica?

A solução que nos parece ser a melhor é considerar que sentenças como (1) são indeterminadas quanto à escala adotada. Sua forma lógica diz apenas que dada uma escala (essa informação é pressuposta), é o caso que o grau de João nessa escala é maior do que o grau de Pedro nessa mesma escala, como representado em (1') repetido aqui por conveniência (e ligeiramente alterado):

(1') Há um grau d tal da atividade de fumar tal que João tem esse grau e Pedro tem o grau d_1 da atividade de fumar e $d_1 < d$.

A forma lógica dá a instrução para se buscar uma escala envolvida na atividade de fumar. Qual escala é essa precisamente é uma informação desnecessária que, se preciso, pode ser dada contextualmente. Assim, cabe ao contexto determinar, se necessário, qual é a escala:

(1a'') João fuma por mais tempo do que Pedro.

(1b'') João fuma mais cigarros do que Pedro.

(1c'') João fuma mais tipos de cigarro do que Pedro.

(1d'') João fuma há mais tempo do que Pedro.

Na perspectiva que estamos propondo, a indeterminação é um fenômeno da forma lógica: a estrutura semântica da sentença fornece a informação necessária para referir a uma situação tipo e deixa lacunas em aberto que podem ser preenchidas pelo contexto. Há uma variável de grau que se preenche no contexto. À diferença da subdeterminação, na indeterminação a variável está presente na estrutura semântica; algo muito próximo a um pronome livre. No caso da sentença (1), a variável pode se referir a diferentes tipos de escala: grau de cigarro, grau de tempo, grau de qualidade, grau de... 'Fumar' na representação em (1') indica apenas o domínio onde a escala deve ser buscada. A instrução de interpretação é: busque uma escala no domínio de fumar (escala de cigarros, de tempo de fumar...), contextualmente relevante. Para retomar a definição de Gillon, que não é a mesma que estamos adotando, mas é certamente compatível: a palavra 'cachorro' indica uma busca no domínio de cachorro, que se constitui de cachorros muito diferentes, mas cuja diferença não importa para a atribuição de valor semântico.

Conclusão: é possível indicar e justificar qual é a melhor solução ao problema?

Nesse artigo, iniciamos, na introdução, com uma caracterização rápida e sucinta das sentenças comparativas verbais; em seguida, exploramos a ambigüidade, a vagueza e a indeterminação, com o intuito de identificar as razões e o que está por trás do grande número de interpretações que podemos ter para uma sentença como (1). Fizemos isso através de uma pergunta, que, não por acaso, é o título da conclusão. E, ao fim de nosso

percurso, a resposta que demos a ela é afirmativa: há sim evidências e argumentos para sustentar a hipótese de que o fenômeno que temos em (1) é indeterminação, um fenômeno pouco estudado, mas que merece atenção.

Antes de terminarmos esse artigo, convém dizer que a indeterminação não é uma exclusividade de sentenças comparativas verbais; de fato, podemos encontrá-la em outras estruturas linguísticas. Consideremos os casos abaixo:

(26) João caiu vários degraus da escada e se machucou muito. Isso deixou sua mãe muito preocupada.

(27) João pode sair.

O problema de (26) não tem nada a ver com a comparação. Trata-se antes da interpretação de ‘isso’: o que esse item está recuperando? O que exatamente deixou a mãe de João preocupada: (i) o fato de que ele caiu, (ii) o fato de que ele caiu da escada, (iii) de que ele caiu vários degraus, (iv) de que ele se machucou, (v) de todos esses ingredientes juntos? Parece não haver uma resposta clara. A única coisa de que temos certeza é que ‘isso’ estabelece um domínio de possíveis valores; escolher qual deles é o caso é, na grande maioria dos casos, irrelevante, já que supri-los na forma lógica não altera o seu valor de verdade. Para (27), podemos ter, pelo menos, as seguintes interpretações para a modalidade: João tem permissão de sair (por tudo o que eu sei); João tem capacidade de sair; há uma probabilidade de João sair. Também nesse caso há uma variável que restringe os mundos acessíveis a partir de um mundo de avaliação, cujo preenchimento é contextual.¹²

“João smokes more than Pedro”. An exercise in Semantics.

■ **ABSTRACT:** *The paper discusses the semantic phenomenon of multiple interpretations in verbal comparative sentences such as ‘João smokes more than Pedro’. Three hypotheses are examined: ambiguity, vagueness, and indetermination. One of the aims is a critical analysis of those concepts which are fundamental to semantics. The paper shows that the phenomenon in question is indetermination, a phenomenon distinguished from sub-determination and defined as the presence, in the logical form, of a variable whose domain is contextually given. Finally, other phenomena may also present indetermination,*

¹² Essa análise segue a proposta de KRATZER (1981).

especially anaphoric reference interpretation of some pronouns and of modal sentences.

■ **KEYWORDS:** *Semantics. Ambiguity. Vagueness. Indeterminacy.*

Referências

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas e Londrina: Editora da Unicamp e Eduel, 2003.

GILLON, B.S. Ambiguity, Generality and Indeterminacy. **Synthese** 85: p.391-416, 1990.

ILARI, R. A noção semântica de ambigüidade. **Veredas: revista de estudos lingüísticos**. Juiz de Fora, vol.1, n.1, p.51-71, 1997.

KEMPSON, R. **Semantic Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

KLEIN, E. Comparatives. In: STECHOW, A. von & WUNDERLICH, D. (eds.) **Semantik: Ein Internationales Handbuch der Seitgnössischen Forschung**. Berlin: Walter de Gruyter, p.673-691, 1991.

KRATZER, A. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H.J. & RIESER, H. (eds.) **Words, Worlds, and Contexts. New Approaches in Word Semantics**. Berlin: Walter de Gruyter. p.38-24, 1981.

MENDES DE SOUZA, L. **A semântica da comparação**. Alguns problemas levantados pelas comparativas com predicados verbais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SAINSBURY, R.M. **Paradoxes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TRASK, R.L. **Dicionário de Linguagem e Lingüística**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

von STECHOW, A. Comparing semantic theories of comparison. **Journal of Semantics**, n. 3, p.1-77, 1984.

VARZI, A. Events, Truth, and Indeterminacy. **The Dialogue**, 2, p.241-264, 2002.

VENDLER, Z. Verbs and Times. In: **Linguistics and Philosophy**. Ithaca: New York, 1967

GÊNEROS TEXTUAIS E RELAÇÕES DE PODER NA COMUNIDADE ACADÊMICA

Vicentina RAMIRES¹

■ **RESUMO:** Neste artigo apresentamos uma visão da comunidade acadêmica onde são produzidos diferentes gêneros textuais, a partir de dados oficiais relativos à produção acadêmica além de pesquisa feita com professores e alunos, em que se ressaltam concepções sobre avaliação, leitura e produção de gêneros textuais. As análises indicaram que os alunos não têm acesso a formas de produção de gêneros proporcional ao espaço que ocupam nessa comunidade e são subestimados por membros que detêm mais poder, no caso, os professores.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros textuais. Produção escrita. Relações de poder. Comunidade acadêmica.

Introdução

Uma das instâncias mais exigentes no que diz respeito à produção escrita é o meio acadêmico. Num nível de ensino em que se produz e se sistematiza o conhecimento de forma mais aprofundada e complexa do que nos níveis anteriores (fundamental e médio), espera-se que circulem, em seu interior, textos cujos padrões são diferentes daqueles que circulam em meios menos formais. É assim que as atividades desenvolvidas nas universidades são geradoras de gêneros específicos de discurso, os quais,

¹ Doutora em Linguística. Professora de Língua Portuguesa - Departamento de Letras e Ciências Humanas-UFRPE - Av. Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife-PE. E-mail: ramires@ufrpe.br.

do ponto de vista temático, composicional e estilístico, são relativamente estáveis e mais padronizados (BAKHTIN, 2000), realizados em função de um conjunto de parâmetros que podem exercer influência sobre a forma como são organizados. Daí se explica o imenso dinamismo e variabilidade desses textos, pois, se observarmos as diversas áreas de conhecimento, veremos que desde as Ciências Exatas até as Artes há uma variação grande de formatos.

Trazendo essa questão para um espaço específico da universidade – a sala de aula –, pode-se dizer que muitos desses textos rompem com alguns dos requisitos de textualidade próprios do texto acadêmico, e essa ruptura não se dá de forma intencional, mas exatamente por desconhecimento de quais sejam esses requisitos. Estamos tratando principalmente dos textos dos alunos, os quais são objeto concreto de avaliação do desempenho não apenas deles, mas da instituição.

Boa parte desses alunos mostra um fraco desempenho nas atividades de interpretação e produção de textos, sobretudo os acadêmicos, cujas exigências se apresentam como elementos completamente estranhos àqueles que não se familiarizaram anteriormente com esses gêneros textuais. Os alunos se esforçam e não se pode dizer que todo esse quadro se apresenta dessa forma por vontade deles.

É assim que, para se avaliar toda a problemática em torno da produção de gêneros textuais de alunos universitários, é preciso, antes de tudo, situar o contexto em que essa produção se dá. Daí apresentarmos, neste artigo, uma breve visão etnográfica da comunidade acadêmica, além de uma visão de como são avaliados produtores e produções. Nesse ponto, apresentamos os dados coletados com base em entrevistas e questionários (estes últimos em diferentes versões) distribuídos entre professores e alunos de cursos de duas instituições públicas federais no Estado de Pernambuco, de modo a se apreender, entre outras, as concepções de avaliação e prática de leitura e produção de gêneros textuais dos membros que compõem essa comunidade.

Produção e circulação de textos

Uma consideração prévia que precisa ser feita a respeito da comunidade acadêmica como espaço de produção, circulação e socialização de conhecimentos é em relação ao equívoco muitas vezes cometido por

alguns de seus membros de que esta é uma comunidade monolítica, imutável, e suas entidades facilmente identificáveis (ZAMEL, 2003). Essa crença pode levar à construção de modelos de comportamentos e ações de tal forma padronizados que podem dificultar o avanço na direção de soluções de problemas graves, tais como a formação de alunos preparados para atuarem como sujeitos de fato e de direito na sociedade contemporânea.

Nesse espaço que, na verdade, é dinâmico e plural, seus membros engajam-se na produção de conhecimento e interação social sobretudo por meio do uso do discurso, o qual se concretiza na forma dos diferentes gêneros textuais que circulam nessa comunidade. O professor desempenha um papel importante e fundamental nesse meio. Inserido num contexto de ensino e de pesquisa, sua produção textual é responsável por formular a representação de significados, socialmente compartilhados por seus membros, de uma determinada realidade para o conjunto da área em que atuam.

Essas atividades de produção discursiva conferem poder a seus membros, e, especificamente nas comunidades acadêmicas, o texto escrito assume importância privilegiada como meio de exploração e documentação de idéias e como materialidade de discursos articulados em um contexto social. Motta-Roth (2003) avalia que "a capacidade de escrever pode ser vista como um bem ou recurso (...), legitimando ordens do saber ou conjuntos de significados, pensamentos e ações compartilhados e necessários para o sucesso intelectual".

O conhecimento de diferentes gêneros textuais produzidos e divulgados nesse contexto está associado ao conhecimento das normas e convenções desses discursos, os quais não são apropriados por todos os membros dessa comunidade. É assim que o aluno representa um papel secundário nesse cenário. Desconhecendo total ou parcialmente as convenções comunicativas/pragmáticas da produção dos discursos da comunidade acadêmica, nem sempre o aluno consegue se engajar nesse contexto de produção e isso explica o fato de a relação entre produção acadêmica de professores e alunos, no que diz respeito ao texto escrito, ser tão desproporcional. Dados fornecidos pelo CNPq confirmam essa desproporção, como pode ser visto nas tabelas 1 e 2 seguintes, a partir do número de bolsas de formação concedidas nas duas universidades em que

realizamos a pesquisa – UFPE e UFRPE²:

Tabela 1 – Bolsas de formação – UFPE

Número de Bolsas e Investimentos em Bolsas no país – UFPE – ano de 2002			
Modalidade	Número de bolsas	Total (R\$)	Total (US\$)
Bolsa de Treinamento no País	3,4	19.803	6.988
Doutorado	152,5	1.963.389	674.721
Iniciação Científica	149,0	431.820	147.739
Iniciação Científica / PIBIC	449,2	1.301.739	448.579
Mestrado	240,2	2.088.067	712.316
Pós-Doutorado	1,7	46.590	16.307
Total Geral	995,9	5.851.407	2.006.650

Fonte: www.cnpq.org.br

Tabela 2 – Bolsas de formação – UFRPE

Número de Bolsas e Investimentos em Bolsas no país – UFRPE – ano de 2002			
Modalidade	Número de bolsas	Total (R\$)	Total (US\$)
Bolsa de Treinamento no País	2,0	11.592	4.014
Doutorado	15,8	202.776	69.171
Iniciação Científica	7,8	22.702	7.722
Iniciação Científica/PIBIC	125,7	364.197	126.932
Mestrado	30,8	268.797	92.705
Total Geral	182,1	870.064	300.544

Fonte: www.cnpq.org.br

² Investimentos do CNPq em CT&I. Dados extraídos da página na Internet do CNPq (www.cnpq.org.br). Acesso em julho de 2003.

Comparando-se os números entre as duas universidades já se pode constatar uma distribuição desproporcional, considerando-se o quantitativo de docentes e alunos. Restringindo-se, no entanto, aos incentivos para pesquisa de professores e alunos, a desproporção apresenta-se ainda maior. Somados os valores das modalidades disponíveis para os alunos da graduação (Iniciação Científica e PIBIC), observa-se que os recursos favorecem mais aos membros da comunidade acadêmica que já têm investido em pesquisa, como mestres, doutores e pós-doutores, ou seja, normalmente os professores dessas instituições.

É claro que não podemos deixar de reconhecer que a produção científica dos alunos vem crescendo. A participação destes nas últimas edições do CONIC (Congresso de Iniciação Científica) é um exemplo disso, mas a concentração de trabalhos ainda é restrita às universidades públicas e a alguns cursos. Há, portanto, uma espécie de hegemonia na produção acadêmica. Sobre essa questão, Meurer e Motta-Roth (2002: p.105-106) posicionam-se enfaticamente, ao afirmarem que:

A relação entre poder e literacias acadêmicas pode ser definida nos seguintes termos: pesquisadores com maior poder são os produtores de texto, enquanto que os iniciantes (ou sem poder para interferir nos rumos dos programas de pesquisa) em cada área tornam-se o público-alvo para quem os mais poderosos escrevem. A expansão do ensino de redação acadêmica e a qualificação da prática de publicação em países em desenvolvimento constitui-se em condição primeira para a democratização no processo de produção de ciência e beneficiamento de seus resultados. (MEURER; MOTTA-ROTH, 2002, p.105-106)

Essa tem sido uma das preocupações centrais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo objetivo central é estimular os alunos de graduação para a pesquisa científica. Atendendo a mais de 14 mil bolsistas, em 106 instituições de ensino superior no país até o ano de 1997, segundo dados fornecidos pelo Relatório da 2ª Avaliação do PIBIC³, o programa ainda precisa evoluir mais, tanto na direção de diminuir as distorções apresentadas no quadro de distribuição de bolsas por região (ver Tabela 3), quanto na qualidade da apresentação da produção dessas pesquisas, a partir da análise dos resumos dos relatórios dos bolsistas.

³ 2ª Avaliação do PIBIC, realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade Federal de Brasília, em março de 1999.

Tabela 3 – Distribuição do PIBIC por região em 1995-96

Regiões	Nº de inst.	%	Nº de bolsas	%
Norte	9	8.5	869	6.3
Nordeste	17	16.0	2.881	20.9
Centro-Oeste	6	5.6	931	6.8
Sudeste	47	44.4	6.558	47.6
Sul	27	25.5	2.552	18.4
Totais	106	100.0	13.771	100.0

Fonte: PIBIC-CNPq

No primeiro caso, segundo o Relatório da 1ª Avaliação do PIBIC⁴, essa distribuição irregular de bolsas entre as regiões reflete a situação da distribuição da capacidade de orientação instalada no país, uma vez que a relação entre a titulação dos orientadores exigida pelo Programa e o número de alunos da graduação é bastante desproporcional.

Em relação ao segundo ponto crítico, apontado nos dois Relatórios de Avaliação – a qualidade da pesquisa com base na análise dos resumos –, os resultados indicaram que, a rigor, apenas metade dos resumos podem ser considerados plenamente satisfatórios como forma de comunicação científica das pesquisas realizadas. A partir dessa constatação, sugere-se no 2º Relatório que:

(...) as instituições integradas ao PIBIC, bem como os orientadores, supervisionem com maior dose de rigor a apresentação dos resumos dos trabalhos dos bolsistas, pois estes, certamente, constituem uma parte crucial da formação do jovem cientista. A apresentação de um resumo satisfatoriamente elaborado tende a expressar uma investigação conduzida com êxito face aos cânones científicos.

A despeito do indiscutível crescimento do Programa, principalmente nos últimos dez anos, a relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos de graduação apenas das Instituições Federais de Ensino Superior⁵ é notadamente desigual. Isso pode ser explicado por diferentes

⁴ 1ª Avaliação do PIBIC, coordenada pelo Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi, em janeiro de 1996.

razões, que vão da disponibilidade orçamentária dos órgãos financiadores, passando pelo quadro de docentes com titulação requerida para a orientação, à própria iniciativa por parte dos alunos em produzirem pesquisa, o que não tem sido muito freqüente nas universidades.

Uma das explicações mais recorrentes para o fato de alunos produzirem tão pouco, dadas por várias pesquisas desenvolvidas na área (ver MOTTA-ROTH, 1999, 2002, 2003; BHATIA, 1993, 1997; ZAMEL, 1993), é que o aluno, enquanto novo membro da comunidade, não traz para a universidade conhecimentos prévios indispensáveis para a produção de gêneros textuais (MOTTA-ROTH, 2003).

É assim que a cultura de publicação na comunidade acadêmica não pode se apresentar nem simétrica, nem harmoniosa, uma vez que, de um lado – o dos professores –, há mais possibilidade de acesso às formas de aquisição e produção dos gêneros textuais, ainda que se considerem as dificuldades enfrentadas por esses membros nas universidades hoje, e do outro – o dos alunos –, há o desconhecimento das convenções comunicativas/pragmáticas necessárias para a produção desses gêneros.

Sabemos que uma das formas de acesso a essas convenções é o investimento nas práticas pedagógicas que se desenvolvem na universidade e nas relações interacionais na produção de conhecimento. Professor e aluno têm papel essencial a cumprir nessa direção e não se pode dizer que o quadro que se apresenta nesse contexto se dá por vontade deste último.

Se considerarmos que uma das condições de produção de pesquisa é o investimento em leitura, e que muito do discurso oficial na avaliação dos alunos é que estes não lêem ou não gostam de ler, observamos dados interessantes em pesquisa realizada com estudantes de diferentes cursos na UFRPE⁶, conforme pode ser visto nas tabelas 4 e 5 abaixo:

Tabela 4 – Quanto se escreve ou se lê nas universidades.

Sobre leitura e escrita	Sim	Não	Um pouco
Você gosta de ler?	72,5 %	3,3 %	24,2 %
Você gosta de escrever?	44 %	9,9 %	46,1 %

⁵ No ano de 2000, o número de alunos matriculados na graduação das Instituições Federais de Ensino Superior girava em torno de 500 mil, enquanto o número de bolsas não ultrapassava 15 mil.

⁶ Nas primeiras aulas de Língua Portuguesa I e II do 1º semestre letivo de 1999, foi distribuído um questionário (ver anexo) entre os alunos das turmas de Licenciatura em Física, Matemática, História e Sociologia. A maioria desses alunos encontrava-se no primeiro ano na universidade e a média de idade girava em torno de 18 anos a 25 anos.

Tabela 5 – Preferência de leitura e freqüência de temas de produção escrita.

Quais os tipos de leitura que mais agradam você? (marque quantas quiser)	Temas de redação mais citados (por ordem de colocação):
<ul style="list-style-type: none"> • Jornais - 73,6 % • Revistas de informação - 68,1 % • Romance - 39,5 % • Poesia - 28 % • Policial - 25,2 % • Autobiografia - 25,2 % • Ficção científica - 24,2 % • Gibis - 24,2 % • Não-ficção - 20,8 % • Outros - 31,8 % (maior incidência de leituras religiosas, místicas e de auto-ajuda) 	<ul style="list-style-type: none"> 1º. Seca 2º. Temas educacionais 3º. Idosos 4º. Excluídos 5º. Racismo 6º. Narrativas

Um olhar atento para as duas tabelas anteriores permite-nos observar, ao contrário do que vem sendo largamente propagado em alguns estudos, que a maioria dos alunos (72,5%) gosta de ler, ainda que grande parte dessas leituras circule em torno de informações, uma vez que 73,6% lêem jornais e 68,1%, revistas como IstoÉ, Veja e Superinteressante. A considerável procura por leituras religiosas, místicas e de auto-ajuda (31,8%) é um dado interessante, e esse fato pode ser explicado pela divulgação mais ostensiva desse material ocorrida nos últimos anos.

Em relação à escrita, os dados não são assustadores em termos de disposição, como havíamos anteriormente pensado. O fato de haver problemas de escrita não necessariamente indica que esses alunos, recém-ingressos na universidade, não gostem de escrever. Apenas em torno de 10% deles confessaram não gostar, o que é bastante significativo no encaminhamento de propostas de práticas pedagógicas relacionadas à produção de textos, uma vez que a justificativa de que “nada dá certo porque os alunos não gostam de escrever” fica comprometida, pelo menos diante do quadro apresentado.

Foi importante para esta análise apreender os dados relativos à freqüência de leitura e escrita. Não bastava somente saber se (ou o que) gostavam de ler e escrever. Queríamos conhecer também, através dessa

freqüência, o volume de leitura e escrita dos alunos, ilustrado nas tabelas 6 e 7 seguintes.

Tabela 6 – Freqüência de leitura

Freqüência de Leitura (em%)	Todos os dias	1 vez p/semana	+ de 1 vez p/semana	Às vezes	Raramente	Nunca	Sem resposta
Jornais	24,2	16,5	37,3	16,5	5,5	0	-
Revistas	0	23	27,5	37,4	9,9	0	2,2
Livros técnicos	13,2	3,3	14,3	39,5	24,2	3,3	2,2
Literatura em geral	16,5	4,4	15,4	33	20,8	4,4	5,5

Tabela 7 – Freqüência de produção escrita

Freqüência de Escrita (em%)	1 vez p/semana	1-3 vezes p/semana	1 vez por mês	1-3 vezes p/mês	1 vez por ano	1-3 vezes p/ano	Outra freqüência	S/resposta
cartas pessoais	4,4	4,4	3,2	12,1	15,4	20,8	27,5(*)	2,2
Correspond. formal	4,4	11	7,7	7,7	8,8	9,9	36,2(*)	14,3
Bilhetes / recados	8,8	28,5	9,9	7,7	2,2	2,2	34,1	6,6
Relatórios / projetos	3,3	9,9	3,2	6,6	9,9	15,4	31,8(*)	9,9
Redações	5,5	5,5	22	16,5	4,4	14,3	24,1	7,7

Nesta análise, confirmou-se o fato de que os alunos realmente lêem em maior quantidade jornais e revistas (37,3% e 27,5%, uma vez por semana, respectivamente). Chamou-nos a atenção, no entanto, o fato de muitos alunos (36,2%) responderem que nunca escreviam correspondência comercial ou formal, quando se tratava, na maioria, de trabalhadores, adultos, universitários, ou seja, cidadãos inseridos no mundo da escrita formal, os quais, no mínimo, já requereram ou registraram alguma coisa em instituições públicas ou privadas.

Esses dados, se não revelam tudo, em parte são relevantes principalmente para tentar desmistificar alguns julgamentos firmados sobre a competência (ou incompetência) de leitor e produtor de que esses alunos são alvo. Serviram também para trazer à tona o fato de que, se as expectativas de professores do ensino superior em relação à escrita dos alunos têm sido maiores do que efetivamente aquilo que se apresenta em

termos de qualidade, as dos alunos em relação aos professores revelam pontos que podem ajudar a entender essa problemática e, sobretudo, apontar caminhos alternativos de superação desse quadro. Dois desses pontos merecem especial atenção e podem ser formulados conforme as questões seguintes:

a) Que exigências se colocam para os alunos do ensino superior em termos de produção textual e de que forma são explicitadas tais exigências?

Sobre esse ponto, há algumas hipóteses que indicam não haver um esclarecimento formal da parte dos professores a respeito da produção que desejam receber de seus alunos. A não-explicitação da metodologia a ser seguida no processo de elaboração de trabalhos, exercícios, provas, entre outras atividades acadêmicas, tem, em certa medida, sido responsável por muitas das fracas produções dos alunos.

Moran & Lunsford (1984, p.87) já alertavam sobre esse problema no interior das comunidades acadêmicas, a partir da avaliação seguinte:

Os alunos freqüentemente desconhecem a forma, o estilo, a organização, os métodos de pesquisa e o formato bibliográfico de trabalhos acadêmicos ou profissionais – uma inocência da qual seus professores podem não ter conhecimento. Eles não sabem escolher um dado tópico para discorrer numa tese ou dissertação, como conduzir a pesquisa, [...] ou como satisfazer as diferentes demandas metodológicas ou intelectuais de vários consultores.⁷

b) Que imagens alunos e professores fazem uns dos outros e em que medida essa imagem interfere na produção dos primeiros e na avaliação dos últimos?

Esta última questão orientou parte de uma pesquisa em que pretendíamos avaliar a imagem que os alunos têm dos seus professores, principais interlocutores de seus textos. Para verificarmos a hipótese de que tal imagem, de certo modo, determina a produção dos textos acadêmicos dos alunos, elaboramos um questionário que tenta identificar o perfil de professor universitário idealizado pelos alunos e em que medida esses professores estariam próximos ou distantes desse perfil⁸. Os resultados

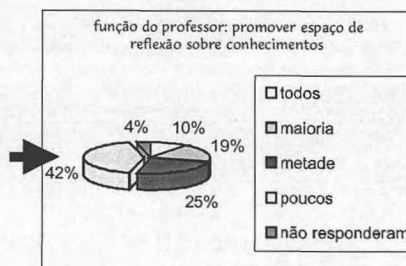
⁷ No original: "Students often lack knowledge about the form, style, organization, research methods, and bibliographic format of graduate or professional papers – an innocence of which their professors may be unaware. They don't know how to choose a topic manageable in the extended length of a thesis or dissertation, how do conduct research or write over the protracted and unstructured time that these works often require, or how to satisfy the varied methodological or intellectual demands of diverse advisors."

O aluno se ressentia da falta dessa prática avaliativa, como podem demonstrar as respostas dadas pelos 300 alunos ao questionário, cujo objetivo era colher informações sobre a avaliação que esses alunos fazem de seus professores. A pesquisa apontou, entre outros pontos relevantes, que 42% dos alunos afirmaram que poucos professores promovem espaço de reflexão sobre determinados conhecimentos, o que 66% deles consideraram importantíssimo no conjunto dos papéis que o professor universitário deve desempenhar. A Tabela 9 seguinte indica a expectativa do aluno, e o gráfico correspondente revela a situação real vivida pelo aluno na sala de aula:

Tabela 9 – Idealização do papel professor

Papel do professor	%
A função do professor universitário é, principalmente:	%
transmitir conhecimento	14
promover espaço de reflexão sobre determinados conhecimentos >>>>>	66
selecionar os melhores alunos por meio de avaliações	0
ajudar nas dificuldades dos alunos	4,3
outro	8,7
não responderam	7

Gráfico 2 – Percentual de professores que promovem reflexão sobre conhecimentos



No tocante às práticas avaliativas, esses alunos foram também incisivos na importância que atribuíam às possíveis intervenções nos seus textos feitas pelos professores e suas implicações não só em auto-estima, mas também em suas atitudes redacionais. A despeito disso, grande parte desses alunos (46%) constatou que poucos professores fazem comentários sobre o que os alunos escrevem⁹, como pode ser observado nas Tabelas 10 e 11 seguintes e nos respectivos gráficos, que apontam a situação real, segundo a opinião dos alunos:

⁹ Em pesquisa realizada com a quase totalidade dos alunos de 13 cursos da graduação na UFRPE, no primeiro semestre de 1999, Pereira (2003 – mimeo) avalia as respostas desses estudantes às duas perguntas seguintes: 1) Após a avaliação, foi informado sobre os erros que cometeu? 2) Foi reorientado sobre os erros que cometeu? As respostas, cujas opções eram sempre, às vezes, raramente e nunca, indicaram percentuais altos para as três últimas opções, as quais, somadas, em média chegavam a mais de 60% dessas avaliações, indicando um percentual alto de ausência de acompanhamento por parte do professor do processo avaliativo.

provavelmente: a) no fato de supervalorizarem suas deficiências; b) no não-entendimento do propósito de seus textos; c) na consideração da falta de relevância do que escrevem; d) nos critérios de avaliação, que consideram excessivamente rigorosos.

Gomes de Matos (2002, p.61-62), propondo formas de se transformar o processo avaliativo com predominância punitiva em um processo humanizador, gratificante e produtivo, à luz da Pedagogia da Positividade, estabelece alguns princípios da prática avaliativa que devem orientar o professor nessa direção Assim, o professor deve: 1) priorizar a análise das idéias; 2) ser modelo redacional e compartilhar a atividade de redigir; 3) incentivar o gosto pela leitura; 4) assegurar o uso do dicionário; 5) assegurar o direito de redatores reescreverem seus textos antes de serem avaliados e 6) explicitar critérios de avaliação.

Em questionário aplicado a 97 professores, em sua maioria, das duas universidades pesquisadas, cujo objetivo principal era colher informações sobre avaliação da produção escrita dos alunos, esse ponto apresentou-se como extremamente controverso, pois as respostas dadas por esses professores diferem radicalmente daquelas dos alunos, como pode ser constatado na Tabela 12 seguinte, e comparado com o gráfico relativo à Tabela 11 (página anterior):

Tabela 12 – Comentários sobre os textos dos alunos

Em relação ao que seu aluno escreve (nas provas, trabalhos, etc), você faz comentários, oralmente ou por escrito, com que frequência?	
Nunca	0%
Raramente	3,1%
Sempre	82,1%
Outra frequência	13,6%

Se de um lado estão os que avaliam com consistentes recursos para tal (no caso, o domínio do conhecimento dos gêneros textuais) e de outro, os avaliados, sem esse instrumental necessário, as relações ficam de tal forma desproporcionais que a questão do poder nas comunidades acadêmicas torna-se uma questão ideológica séria, como podemos inferir dessa afirmação de Bhatia (1997, apud MOTTA-ROTH, 1999):

O conhecimento sobre gêneros, embora sendo fator importantíssimo para a compreensão e uso de textos, impõe convenções e expectativas da comunidade disciplinar a escritores iniciantes, enquanto possibilita a escritores consagrados explorar convenções para criar novos gêneros adaptados a novos contextos. Essa diferença de poder entre iniciados e neófitos pode manter esses últimos a uma distância regulamentar do centro dos acontecimentos.

Luke (1996, p.316) atribui a falta de acesso aos diferentes gêneros “a critérios elitistas, implícitos e escamoteados, para performance e aquisição que têm o efeito de excluir grupos socioeconômicos, culturais e de gênero marginais do desenvolvimento de conhecimentos e práticas em campos culturais e educacionais de alto status”¹¹.

Avaliação de textos

Um caminho seguro rumo à democratização discursiva das relações entre os diferentes membros da universidade é, sem dúvida, o ensino sistemático de diferentes gêneros do domínio acadêmico, fundamental para que esses alunos possam desenvolver as competências necessárias à apropriação das normas e convenções de acesso a tais gêneros. Entretanto, um problema que se coloca na consolidação dessas práticas de ensino de gêneros é a grande lacuna entre o que estudantes trazem para a comunidade acadêmica e o que seus professores esperam deles. As respostas dos professores à pergunta do questionário que investiga também a avaliação que os docentes fazem da produção escrita de seus alunos foram desalentadoras, como se demonstra na Tabela 13 seguinte:

¹¹ No original: “This lack of access, in turn, is attributed to implicit, unstated and elitist criteria, for performance and achievement which have the effect of excluding marginal socioeconomic, cultural and gender groups from the development of knowledge and practice in high-status educational and cultural fields” (LUKE, 1996, p.316).

Tabela 13 – Avaliação da produção escrita dos alunos

De um modo geral, como você considera o conteúdo da produção escrita de seus alunos?	
Fraca	20%
Regular	53,6%
Boa	20,0%
Muito boa	1,1%
Excelente	1,1%
Outra (*)	2,2%
Não respondeu	2,0%

(*) muito ruim, péssima

Somadas as avaliações “regular” e “fraca”, temos, por parte dos professores, um quadro indicador de que os alunos estão muito distantes do que se espera deles na comunidade acadêmica. Por parte dos alunos, pouco é feito para resolver esse problema, conforme constatamos nos dados indicados na tabela 10, em que os alunos avaliam as intervenções do professor.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos na tentativa de corresponder às expectativas dos professores concentram-se sobretudo na não-explicação dos critérios de avaliação e de seleção do que é considerado relevante dessa produção textual. Para se ter uma idéia da heterogeneidade das respostas dos professores sobre o que consideram relevante nos textos do aluno, reproduzimos a tabela 14:

Tabela 14 – Valorização do que o aluno escreve

O que o professor mais valoriza daquilo que o aluno escreve ¹² :	
1. Criatividade	31,5%
2. Domínio ou aprofundamento do conteúdo	26,3%
3. Coerência interna	26,3%
4. Estrutura textual / uso da língua / estilo	16,8%
5. Clareza	16,8%
6. Capacidade de reflexão crítica	15,7%

¹² Para essa pergunta foram consideradas as diferentes respostas dadas pelo professor. Aquelas que mantinham mais ou menos o mesmo sentido foram agrupadas num só critério.

7. Desenvolvimento das idéias	11,5%
8. Capacidade de síntese	9,4%
9. Capacidade de intuição e correlação	8,4%
10. Argumentação	6,3%
11. Coesão	4,2%
12. Contextualidade	3,1%
13. Adequação	2,1%
14. Exatidão dos dados	1,05%
15. Persuasão	1,05%
16. Domínio de termos técnicos	1,05%
17. Utilização correta de modelos	1,05%

Ainda que se possa perceber uma incidência maior de respostas para alguns critérios, como **criatividade** e **domínio ou aprofundamento do conteúdo**, a diversidade desses indica, por sua vez, uma grande diversidade nas concepções dos professores sobre avaliação, texto e ensino, além da necessidade de se esclarecer que vários professores apontaram, ao mesmo tempo, diferentes critérios, muitas vezes contraditórios, tais como “criatividade” e “utilização correta de modelos”.

Essa questão pode levar à prática problemática de se exigir, injustamente, dos alunos a reprodução mecânica das convenções do discurso acadêmico, cuja conseqüência mais séria é o perigo de se tornar a aprendizagem de gêneros uma atividade de imitação ou paródia dos textos consagrados produzidos por membros da comunidade acadêmica já afeitos à cultura de produção nesse contexto, em vez de ser uma atividade de criação e descoberta (ZAMEL, 1993).

Há, pois, a necessidade de se considerar o que se espera dos alunos, o que eles efetivamente trazem de experiência para o interior da comunidade acadêmica e de que forma se pode conduzi-los ao acesso e ao domínio dos diferentes gêneros textuais que circulam nesse espaço de produção de conhecimentos. Nesse caso, Spellmeyer (1989, apud ZAMEL, 1993) defende que a única maneira de os alunos se tornarem efetivamente integrantes do mundo da cultura acadêmica é trazer seus valores pessoais, suas experiências, seus conhecimentos e questionamentos para serem considerados no interior desse mundo.

Considerar, então, que o ensino de gêneros textuais acadêmicos é propiciador da formação de alunos leitores e produtores críticos e criativos é reconhecer, conforme Zamel (1993), que “mais que enfatizar os aspectos superficiais da escrita acadêmica, devemos centrar nosso ensino na estrutura profunda do desafio da atividade intelectual, com a compreensão de que os aspectos superficiais serão mais facilmente aprendidos num contexto de trabalho significativo e determinado”¹³.

Text Genres and power relations in academic communities

■ **ABSTRACT:** *This article presents a view of the way members of academic communities, particularly students, produce texts. Data provided by research in two universities showed how students have fewer opportunities to write in their community, although they outnumber professors. Furthermore, they are often underestimated by influential members, in this case, their professors.*

■ **KEYWORDS:** *Text genres. Written texts. Academic communities. Power relations.*

Referências

BLOOM, L. Research on writing block, writing anxiety and writing apprehension. In: BHATIA, V.K. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, 75:629-652. 1997. [Tradução: Benedito Gomes Bezerra].

GOMES DE MATOS, F. *Desafio à lingüística aplicada: os direitos dos aprendizes de línguas*. In: PASCHOAL, M.S. & CELANI, M.A. *Lingüística Aplicada: da aplicação da lingüística à lingüística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992. p.301-306.

LUKE, A. Genres of power? Literacy education and the production of capital. In: HASAN R. & WILLIAMS, G. *Literacy in society*. London and New York: Longman, 1996. p.308-338.

¹³ No original: “Rather than stressing the surface features of academic writing, we ought to focus our instruction on the deep structure of challenging intellectual activity, with the understanding that surface features will be more readily learned in the context of meaningful and purposeful work...”.

MORAN, M.G. & LUNSFORD, R.F. (orgs). **Research in Composition and Rethoric**. London: Greenwood Press, 1984. p.71-91.

MEURER, J.L. & MOTTA-ROTH, D. **Gêneros textuais e práticas discursivas: Subsídios para o ensino da linguagem**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MORAN, M.G. & LUNSFORD, R.F. (orgs). **Research in Composition and Rethoric**. London: Greenwood Press, 1984.

MOTTA-ROTH, D.. A importância do conceito de Gêneros discursivos no ensino de redação acadêmica. **Intercâmbio**. n. 8. 1999. p.119-128.

_____. A construção social do gênero resenha acadêmica. *In*: MEURER, J.L. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p.77-116.

_____. **Escritura, gêneros acadêmicos e construção do conhecimento**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/labler/publi/escritur.htm>. Acesso em: 24 de março de 2003.

MOTTA-ROTH, D. **Texto acadêmico e construção do conhecimento**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/labler/publi/ai99.html>. Acesso em 24 de março de 2003.

ZAMEL, V. Questioning Academic Discourse. **College ESL**. Vol.3, No. 1, July 1993. Disponível em: <http://www.nyu.edu/education/teachlearn/ifte/zamel2.htm> Acesso em: março de 2003.

TEMPO E REFERÊNCIA: A QUESTÃO DOS DOIS PRETÉRITOS EM ESPANHOL

Leandra Cristina de OLIVEIRA¹

Luizete Guimarães BARROS²

■ **RESUMO:** Este artigo analisa as diferentes manifestações da forma verbal simples e composta do pretérito perfeito na conjugação castelhana. Com a elaboração de um *corpus* de notícias de jornais virtuais publicadas na Espanha e em cinco países da América Latina, tentamos explicar alguns dados partindo de conceituadas teorias a respeito do sistema temporal. As discussões estão centradas em dois parâmetros relacionados ao sistema temporal: tempo e ponto de referência, respectivamente.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Tempo verbal. Lingüística de *corpus*. Gramática Castelhana.

Em espanhol, o estudo das formas simples e composta do pretérito perfeito (doravante PS e PC, respectivamente) tem merecido destaque. A proposta de nosso trabalho é apresentar as diferentes manifestações dessas formas verbais, e, a partir das teorias de Andrés Bello (1979 [1810]) e Hans Reinchenbach (1947), buscaremos responder os seguintes questionamentos: 1) É possível aproximar os dois autores?; 2) As teorias temporais de Bello e Reinchenbach são suficientes para explicar as diferenças de uso entre PS e PC?

Utilizando um *corpus* da língua escrita com notícias de jornais virtuais, publicadas na Espanha e em cinco países latino americanos, Argentina,

¹ PGL – Pós Graduação em Lingüística; UFSC; CEP 88040-970; Florianópolis; SC; Brasil. E-mail: leandraletras@hotmail.com.

² PGL - Pós Graduação em Lingüística; UFSC; CEP 88040-970; Florianópolis; SC; Brasil. E-mail: luizetebarrros@cce.ufsc.br.

Bolívia, Cuba, México e Peru, tentaremos comprovar se, por meio dos estudos de Bello e Reinchenbach, conseguimos justificar algumas das diferentes possibilidades de emprego de PS e PC.

Para nossa pesquisa, selecionamos quatro enunciados cujos verbos analisados são: PS nos enunciados em (1) e (4) e PC em (2) e (3). Optamos por analisar esses dados por considerarmos usos recorrentes no *corpus* que estamos analisando. Os exemplos selecionados são:

(1) "*Juan Pablo II fue dado de alta y regresó al Vaticano.*"
(www.clarin.com / Argentina 13/03/2005)

(2) "*Juan Pablo II ha sido dado de alta la tarde del domingo, sobre las 18.15, hora española, del Policlínico Gemelli, donde llevaba ingresado 18 días.*"
(www.el-mundo.es / Espanha 13/03/2005)

(3) "*Un país, señalan, donde a pesar del bloqueo se han alcanzado índices de salud, educación y cultura reconocidos internacionalmente.*"
(www.granma.cu / Cuba 14/03/2005)

(4) "*Este domingo, el Pontífice pronunció sus primeras palabras en público desde que le fue practicada la traqueotomía.*"³ (www.el-mundo.es / Espanha 13/03/2005)

Bello: diferenças entre os dois passados

O trabalho de Andrés Bello *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana* (1979 [1810]) trata presente, passado e futuro como "tempo absoluto", isto é, formas simples que apresentam um único valor temporal. Ao definir os tempos verbais, Bello estabelece fórmulas que os representam. Assim, (A), (C) e (P) correspondem à anterioridade, coexistência e posterioridade, respectivamente.

E as outras formas do indicativo diferentes de *amé*, *amo* e *amaré*, como são tratadas por Bello? Segundo o autor, estas são formas "complexas", que apresentam mais de um valor temporal. As formas compostas ("complexas") são definidas a partir das simples correspondentes: AC – *he amado*, por exemplo, significa anterioridade à coexistência.

³ Grifos nossos.

Ao tratar das formas simples (A, C e P), Bello leva em consideração dois parâmetros: a ação e o momento da fala. Assim, (A), (C) e (P) correspondem, respectivamente, a eventos anteriores, simultâneos e posteriores em relação ao momento da enunciação. Diante da dificuldade em definir as formas compostas, Bello reconhece um 3º parâmetro: a "coisa".

El antepretérito (hube cantado) significa que el atributo es inmediatamente anterior a otra cosa que tiene relación de anterioridad con el momento en que hablo (...) el antefuturo (habré cantado) significa que el atributo es anterior a una cosa que respecto del momento en que se habla es futura. (BELLO, 1984, p.203-205)

O que queremos dizer é que o autor reconhece um outro elemento que influencia na nomenclatura adotada por ele para as formas compostas e, não sabendo como chamá-lo, usa o termo que grifamos em sua citação. Ao parâmetro que Bello identifica como "cosa" Reinchenbach chamará de "ponto de referência".

Então qual a diferença entre (A) e (AC)? Para estabelecer as diferenças entre pretérito e antepresente (usando o termo original do autor), Bello apresenta a clássica comparação entre as duas proposições:

"Roma se hizo señora del mundo."

"La Inglaterra se ha hecho señora del mar." (Bello, 1984, p.423)

Com estas sentenças o autor exemplifica a diferença entre pretérito e antepresente. A primeira indica que o senhorio do mundo é um acontecimento que já passou (A – pretérito). Bello se refere às formas simples como tempo absoluto, em que há uma relação biunívoca entre ação e momento de fala. Portanto, como já mencionamos anteriormente, as formas simples (A), (C) e (P), correspondem ao tempo absoluto, enquanto que as formas compostas, como (AC), por exemplo, correspondem aos tempos relativos.

Dessa forma, na segunda sentença o senhorio do mar ainda permanece (AC – antepresente). Segundo o autor, *ha hecho* representa a anterioridade (A) com relação ao momento da fala, isto é, com a coexistência (C), *"La forma compuesta tiene pues relación con algo que todavía existe."* (BELLO, 1984, p.423-424). E a forma simples *"hizo"* representa anterioridade do

acontecimento sem relação com o presente.

Sintetizando as idéias de Bello, é possível abstrair que PS tem valor temporal de pretérito, ou seja, acontecimento iniciado e concluído no passado, e PC tem valor temporal de antepresente – acontecimento iniciado no passado, mas que apresenta alguma relação com o plano atual. É importante destacar que ao tratar das formas compostas, Bello utiliza uma nomenclatura que, conforme ele mesmo afirma, tem duas vantagens:

En primer lugar, las palabras que se compone el tiempo del verbo indican el nombre que debe dársele (...). Y en segundo lugar, cada denominación así formada es una breve fórmula, que determina con toda exactitud el significado de la forma compuesta. (BELLO, 1984, p.202)

Adiantando um pouco do que falaremos no próximo subtítulo, vemos que há pelo menos duas características que relacionam as teorias de Bello e Reinchenbach: ambas tratam do sistema temporal e ambas se baseiam em três parâmetros: ponto do evento, ponto da fala e ponto de referência (ainda que este termo não tivesse sido explicitamente usado por Bello).

Reinchenbach: a influência do ponto de referência

Optamos por abordar a teoria de Reinchenbach por acrescentar um fator relevante no estudo do sistema temporal: o ponto de referência. *Elements of Symbolic Logic* (1947) analisa os “*tenses*” por meio de três orientações: *point of speech* (S), *point of the event* (E) e *point of reference* (R), que significam ponto da fala, ponto do evento e ponto de referência, respectivamente.

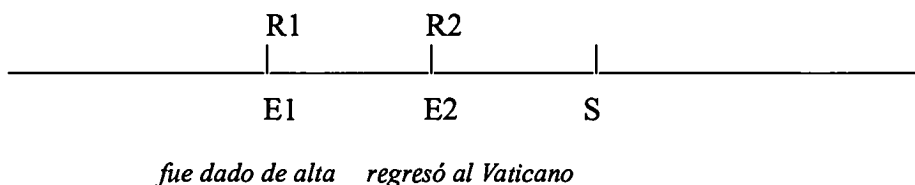
Segundo Reinchenbach, o que diferencia o passado simples do composto é que no primeiro, 2 dos 3 parâmetros coincidem no mesmo ponto: R e E anteriores a S. No segundo, o E é anterior a R e S, lembrando que estes últimos coincidem no mesmo ponto da linha temporal.

Reinchenbach define PS e PC por meio das seguintes fórmulas: (R,E - S) e (E - S,R), respectivamente. Na leitura das fórmulas devemos interpretar que a vírgula representa coincidência de pontos e o hífen representa não-coincidência de pontos na linha temporal. Assim, na fórmula de PS, evento

e referência estão num mesmo ponto que é anterior à fala. Na fórmula de PC, o evento é anterior a dois pontos que são simultâneos: fala e referência.

A seguir, tentaremos apresentar a proposta de Reinchenbach por meio de nossos exemplos.

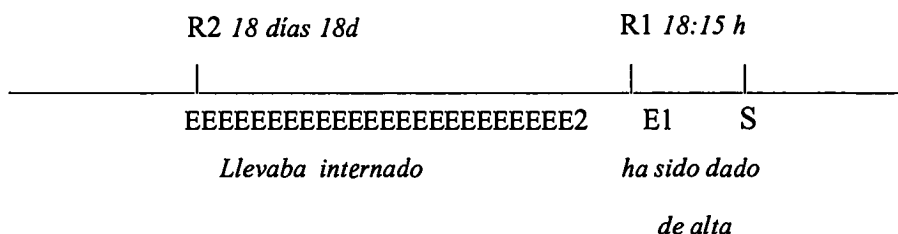
(1) *“Juan Pablo II fue dado de alta y regresó al Vaticano”*



A sentença apresenta dois eventos que acontecem num determinado ponto anterior a S: *fue dado* (E1) e *regresó* (E2). Observamos que ambos os verbos estão no mesmo plano temporal: passado. Porém, há uma distância entre um evento e outro, isto é, o E1 é simultâneo a R1 e o E2 é posterior. Como não há marcação adverbial neste exemplo, pressupomos que a referência seja dada por momentos anteriores ao momento da enunciação que não foram precisados no enunciado. R1 e R2 são estabelecidos como coincidentes a E1 e E2, respectivamente, por definição. Sendo assim, confirmamos a teoria de Reinchenbach “...in the simple past, the point of the event and the point of reference are simultaneous, and both are before the point of speech...” (REINCHENBACH, 1960, p.289)

Vejamos como fica a análise da outra sentença:

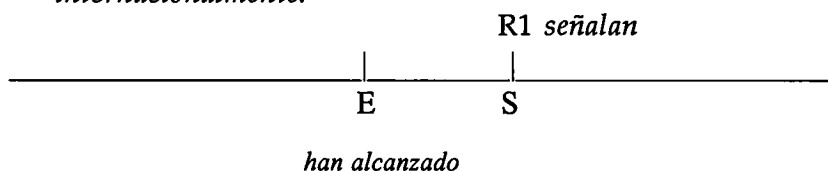
(2) *“Juan Pablo II ha sido dado de alta la tarde del domingo, sobre las 18.15, hora española, del Policlínico Gemelli, donde llevaba ingresado 18 días.”*



Neste exemplo há dois eventos anteriores ao momento da enunciação (S) e dois pontos de referência. O ponto de referência do E1 é R1, ou seja, a hora em que o Papa recebeu alta (18:15h). O pretérito imperfeito "llevaba" evidenciado no E2 é simultâneo à sua referência "18 días atrás" (R2). Isso confirma a classificação de Reinchenbach do evento como passado que dura até o momento em que se completa outra ação também passada. Mas, segundo a classificação do autor a respeito do PC, há um problema neste exemplo: R não coincide com S. Vemos no gráfico que o ponto de referência da forma composta (R1) está muito próximo do momento da enunciação, mas não simultâneo a ele. No entanto, devemos considerar que embora no gráfico apareça uma certa distância temporal entre R1 e S, para o emissor estes pontos coincidem, ou seja, o evento ocorre no mesmo dia em que a sentença foi proferida, provavelmente instantes antes do momento da fala. Portanto, a consideração do sujeito da enunciação nos permite abstrair deste exemplo a fórmula proposta por Reinchenbach: (E - S,R).

Passaremos para a análise do próximo exemplo:

(3) *"Un país, señalan, donde a pesar del bloqueo se han alcanzado índices de salud, educación y cultura reconocidos internacionalmente."*



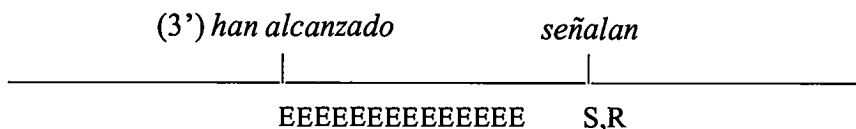
A forma composta em (3) indica que o ponto de fala e o ponto de referência coincidem e que o evento é anterior a ambos. O uso do verbo "señalan", no tempo presente, marca a relação do ponto de referência com o tempo presente, o que favorece o uso da forma composta. Portanto, neste exemplo, podemos confirmar o que a teoria de Reinchenbach diz:

This distinguishes the simple past from the present perfect. In the statement 'I have seen Charles' the event is also before the point of speech, but it is referred to point simultaneous with the point of speech; i. e. the points of speech and reference coincide. (REINCHENBACH, 1960, p.289)

Reinchenbach lembra que, no inglês, o "Present Perfect" pode ter também outro sentido que corresponde à forma estendida.

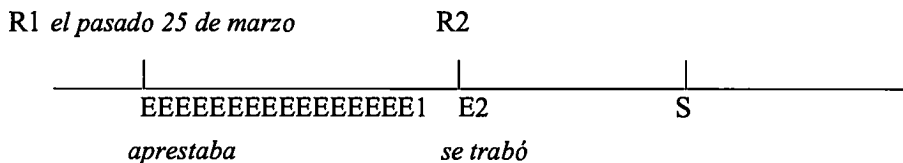
"The English present perfect is often used in the sense of the corresponding extended tense, with the additional qualification that the duration of the event reaches up to the point of speech."
(REINCHENBACH, 1960, p.292)

Destarte, uma re-análise do exemplo em (3) evidencia o segundo uso do PC na língua espanhola que equivale ao esquema do *Present Perfect* do inglês proposto por Reinchenbach (1960; p.292) e que nos parece exemplificar melhor o dado proposto já que o jornalista parece referir-se à atenção que o governo cubano vem prestando à educação e à saúde desde a Revolução até hoje. Reconsideramos, pois, o mesmo exemplo e ilustramos (3) pelo esquema abaixo:



Em (3'), o esquema representa a forma estendida do perfeito composto, isto é, o evento iniciou no passado e continua ocorrendo no presente. É provável que o leitor tenha esta interpretação, pois trata-se de Cuba, país que tem mostrado desenvolvimento contínuo em termos de educação e saúde. Este esquema é, aspectualmente, parecido com o do pretérito imperfeito, mas há uma diferença significativa entre ambos: no pretérito imperfeito, embora o momento do evento também seja um tempo de duração estendida, R coincide com E e não com S, isto é, o esquema da forma estendida do "*present perfect*" é (EEE – S,R) e do pretérito imperfeito é (EEE, R – S). Apresentamos esta diferença analisando o seguinte exemplo:

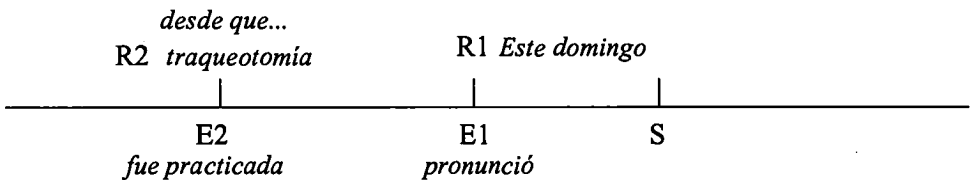
(4) "...el pasado 25 de marzo, cuando se *aprestaba* a retirar el poco dinero que guarda en el banco, su tarjeta de crédito se *trabó*..."
(www.elmundo.com.bo / Bolivia 02/04/2005)



Vimos em (4) que, no imperfeito, R e E coincidem num ponto anterior à enunciação, mas o evento não se estende até o momento da enunciação, diferentemente do que ocorre com o perfeito composto estendido, em que R coincide com S. Neste enunciado, E1, representado pelo imperfeito, se estende até o E2, representado pelo perfeito simples. Podemos observar que há dois acontecimentos passados com um mesmo ponto de referência: “*el pasado 25 de marzo*”. Portanto, podemos definir o pretérito imperfeito como a coexistência do evento com uma referência passada.

Analisemos o último exemplo:

(5) “*Este domingo, el Pontífice pronunció sus primeras palabras en público desde que le fue practicada la traqueotomía.*”



Em (5), temos duas referências: R1 “*este domingo*” que coincide com E1 “*pronunció*”, e R2 “*desde que...traqueotomía*” que é anterior a E1, mas que coincide com E2 “*...fue practicada la traqueotomía*”. Para o emissor os eventos marcados por PS estão num plano temporal passado e terminado.

É importante lembrar que, embora algumas teorias atentem para a relevância da marcação adverbial, existem outros fatores que podem contribuir na escolha de uma forma verbal. O que queremos dizer é que, mesmo que haja uma proximidade temporal do evento com o plano atual da enunciação, marcada pela presença da expressão adverbial “*este domingo*”, a intuição do falante e outros elementos contextuais contribuem com a escolha da forma adequada.

Conclusão

A análise de nossos dados por Bello e Reinchenbach possibilita a observação de que em determinados contextos estas teorias não bastam para explicar a forma verbal adotada pelo falante. Vimos que é importante levar em conta outros elementos explícitos e/ou implícitos a fim de justificar o uso de PS e PC.

No primeiro enunciado, os eventos marcados por PS, significam anterioridade do atributo ao ato da enunciação. Argumentamos que o emissor considera os eventos denotados pela forma simples como iniciados e concluídos no passado, isto é, o E1 “*fue dado*” e o E2 “*regresó*” estão no mesmo plano temporal: pretérito.

Em relação ao segundo enunciado, verificamos que outros fatores podem influenciar na escolha de uma forma verbal. A continuação do enunciado “*llevaba internado*” pode ter favorecido a escolha por PC, considerando que o acontecimento marcado por esta forma verbal coincide com a duração extensiva de um outro evento também passado (marcada pelo pretérito imperfeito).

Quanto ao enunciado (3), podemos relacioná-lo com o exemplo dado por Bello: “*La Inglaterra se ha hecho señora del mar.*” Conforme o autor, o evento denotado pela forma composta tem relação com a coexistência. Vimos que em nosso exemplo o uso de PC tem essa característica, ou seja, o evento iniciado no passado continua no momento da enunciação e pode se estender até ela. Por Reinchenbach, fizemos duas análises para este exemplo: a primeira representa a fórmula do antepresente (E – S,R); a segunda representa a fórmula que o autor usou para representar o “*Present Perfect*” do inglês, mas que serve para representar o PC com aspecto imperfeito e continuado: (EEE – S, R).

Ao analisarmos o enunciado (5) vimos que, possivelmente, o fator relevante na escolha de PS seja a consideração do falante de que o evento está num plano temporal passado e concluído.

Reconhecemos a contribuição que estes autores trouxeram para os estudos do sistema temporal, e estamos com este simples trabalho analisando as possibilidades de aplicação dessas teorias a alguns empregos dessas formas verbais a dados da língua espanhola atual.

Agradecimentos: à Capes pelo suporte financeiro.

Time and Reference: the subject of two past tenses in Spanish.

■ **ABSTRACT:** *This paper analyzes the different manifestations of the simple and perfect forms of the past tense in Spanish. Elaborating a corpus with news reports from virtual newspapers published in Spain and in five countries in*

Latin America, we have tried to explain some data from theories about tense system. The discussions are centered in two parameters related to the temporary system: tenses and point of reference, respectively.

■**KEYWORDS:** *Verb tense. Corpus linguistics. Spanish Grammar.*

Referências

BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos.** Madrid: Edaf. 1984 (1847).

_____. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana – p.415–459. *In: Obra Literaria.* Caracas: Ayacucho. 1979.

REINCHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic.** New York: Macmillan Company. 1960 (1947).

www.clarin.com / Argentina

www.el-mundo.es / Espanha

www.granma.cu / Cuba

O SISTEMA VOCÁLICO ALEMÃO

Carine HAUPT¹

■ **RESUMO:** O presente trabalho explica, de forma simplificada, o sistema vocálico alemão através dos traços de duração, abertura e recuo. Na discussão sobre o assunto, é feita uma abordagem sobre a relação de dependência entre a duração e os traços de abertura, além de discutir a relevância de manter a duração em todo o sistema. Através do modelo de Fonologia Autossegmental, é possível verificar que a estrutura silábica das vogais longas e breves é diferente, além de verificar em que contextos silábicos elas podem ocorrer (especificamente em posição tônica). Já em posição átona, ocorre o *schwa*, uma variante da vogal /e/, que fará parte do sistema vocálico alemão, constituído, então, de 15 vogais em posição tônica e uma variante átona.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Sistema Vocálico Alemão. Duração. Abertura. *Schwa*. Fonologia Autossegmental.

Introdução

O presente trabalho é um breve estudo sobre o sistema vocálico alemão. O tema é bastante discutido e muitas vezes não há consenso sobre vários pontos. Sabemos que, no alemão, temos vogais longas e curtas, o que muitas vezes é um problema na aprendizagem desse idioma como língua estrangeira por estudantes brasileiros, uma vez que não fazemos essa distinção no nosso sistema vocálico. Nosso objetivo é, portanto, discutir esse traço supra-segmental, a duração, no sistema vocálico alemão. Mostramos, em primeiro lugar, as 15 vogais tônicas que fazem parte desse sistema através de pares mínimos, baseados em traços de

¹ Programa de Pós-Graduação em Lingüística – UFSC. CEP: 898040-970, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: ka_haupt@hotmail.com.

abertura (ou altura) e duração. Em seguida, discutimos a relevância desse último traço para a descrição das vogais do alemão, assim como a existência de relações existentes entre a duração e outros traços, como a abertura. Para essa discussão, nos limitamos a apenas um texto, uma vez que nosso interesse não é colocar em pauta todas as discussões sobre o assunto. Nós nos preocupamos com a estrutura subjacente a essas vogais e, para tanto, nos valem da Fonologia Autossegmental como recurso para descrever a estrutura das sílabas em que elas se encontram. Além disso, queremos mostrar até que ponto é possível determinar os contextos silábicos em que uma vogal longa ou curta pode aparecer.

Mencionamos, ainda que muito brevemente, a existência de uma variante de uma das vogais do sistema vocálico que aparece em posição átona, o *schwa*. Essa vogal centralizada é considerada e usada inclusive nas transcrições fonológicas, no entanto, há discussões quanto às conseqüências de sua inclusão no sistema vocálico alemão que não serão discutidas nesse artigo.

As quinze vogais

Caracteriza-se como segmento vocálico aquele em que a passagem de ar não é interrompida na linha central e, portanto, não há obstrução ou fricção no trato vocal. Os segmentos vocálicos são descritos levando-se em conta a posição da língua em termos de altura; a posição da língua em termos de anterior/posterior; e arredondamento ou não dos lábios.

De acordo com a teoria gerativista, as vogais podem ser caracterizadas por vários traços como: [+soantes], [+contínuas], [+silábicas] e [+vozeadas] (traços em comum). Diferenciam-se pelos traços [\pm alto], [\pm recuado], [\pm baixo] e pelo traço [\pm tenso]. Podemos ainda, segundo o modelo de Fonologia Autossegmental, fazer as distinções de altura através dos traços de abertura (ab_1 , ab_2 , ab_3). Quanto mais alta for a vogal, mais fechada ela será (/i/ e /u/ são $-ab_1$, $-ab_2$, $-ab_3$), e quanto mais baixa, mais aberta (vogal /a/ é $+ab_1$, $+ab_2$, $+ab_3$).

Para descrever as vogais do português e verificar quais segmentos são distintivos, isto é, quais podem ser considerados fonemas, a distinção entre altura (ou abertura) e recuo é o suficiente. Para tratar das vogais na língua alemã, considera-se ainda um traço supra-segmental: a duração. Temos, assim, quinze vogais na posição tônica:

/i:/ → bieten ['bi:tən] oferecer

/u:/ → Ruhm ['Ru:m] glória

/y:/ → Hüte [hy:tə] chapéus

/e:/ → stehlen ['ʃte:lən] roubar

/ɛ:/ → stählen ['ʃtæ:lən] fortificar

/o:/ → Schrot ['ʃRo:t] grãos moídos

/ø:/ → Höhle ['hø:ə] caverna

/ɑ:/ → Staat ['ʃtɑ:t] estado

/ɪ/ → bitten ['bɪtən] pedir

/ʊ/ → Rum ['Rʊm] rum

/ʏ/ → Hütte ['hʏtə] choupana

/ɛ/ → stellen ['ʃtɛ:lən] colocar

/ɔ/ → Schrott ['ʃRɔt] sucata

/œ/ → Hölle ['hœlə] inferno

/a/ → Stadt ['ʃtat] cidade

Figura 1: Pares mínimos do sistema vocálico alemão

Podemos, portanto, apresentar o seguinte quadro para o sistema vocálico alemão²:

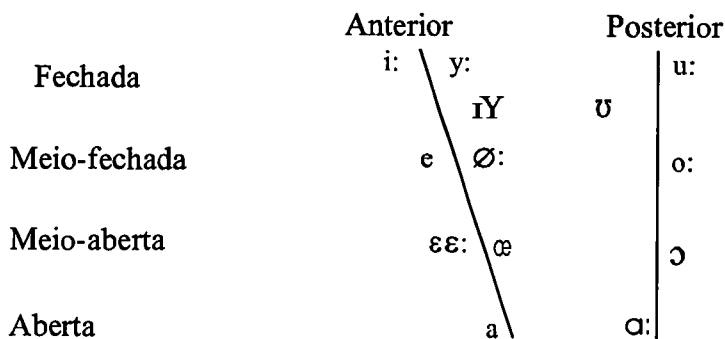


Figura 2: Quadro do sistema vocálico alemão, considerando duração, altura e recuo.

Observando o quadro e os pares apresentados acima, podemos concluir que em poucos casos é possível formar um par mínimo em que apenas a duração varie; percebemos que eles se opõem também pelo grau de abertura. Os pares /i:/ - /ɪ/, /o:/ - /ɔ/, /y:/ - /ʏ/, /ø:/ - /œ/, /u:/ - /ʊ/ mostram a que as vogais fonologicamente longas são fechadas, enquanto que as fonologicamente curtas são abertas. Verificamos, nesses pares, uma relação de dependência entre duração e abertura (o que não ocorre com as vogais /a/ e /ɑ/, pois ambas são totalmente abertas e a distinção se dá pelo recuo). Segundo Ternes (1999), pares como /'mi:tə/ - /'mɪtə/ não seriam legítimos, pois dois traços variam simultaneamente. Não seria, então, redundante

² Quando os símbolos aparecem em pares, o da direita representa uma vogal arredondada.

descrever o sistema vocálico alemão considerando a duração das vogais? Não seria possível formar um sistema levando em conta apenas os traços de abertura e recuo?³

O primeiro argumento a favor da manutenção da duração em todo o sistema diz respeito aos fonemas /ɛ/ - /e:/ - /ɛ:/. A relação de dependência identificada nos pares acima não se aplica a essas vogais. Isolando os pares /'ʃtɛ:lən/ - /'ʃtɛ:lən/, verificamos que a abertura é distintiva; já nos pares /'ʃtɛ:lən/ - /'ʃtɛ:lən/, é a quantidade que faz a distinção. Na hipótese de explicar a oposição apenas pelos traços de abertura e recuo, o fonema /ɛ:/ ficaria isolado, portanto é relevante atribuir a oposição pela duração a todo o sistema.

Outro argumento a favor é a questão da economia da descrição. Levando a abertura e o recuo como critério relevante para descrever o sistema, temos os seguintes fonemas: /i, ɪ, y, ʏ, e, ɛ, ø, œ, u, ʊ, o, ɔ, a, ɔ/ e o /ɛ:/, ou seja, 12 vogais fazendo oposição pela abertura, duas, pelo recuo e uma vogal longa isolada. Tomando a quantidade como critério relevante, pode-se simplificar o quadro apresentado anteriormente da seguinte forma⁴:

	Anterior	Posterior	
Fechada	i / y	u	} ± /:/ (com exceção do /ɛ:/) ⁵
Meio-fechada	e / ø	o	
Meio-aberta	ɛ		
Aberta		a	

Figura 3: Quadro do sistema vocálico alemão, considerando apenas a duração como critério relevante.

³ A base para a discussão da relevância da quantidade (duração) e dos traços referentes à abertura e ao recuo na distinção das vogais será o texto de Ternes (1999).

⁴ No norte da Alemanha, a oposição entre /ɛ:/ e /e:/ está desaparecendo – o fonema /ɛ:/ está sendo substituído pelo /e:/. Segundo Ternes, esta tendência é muito difundida para ser tratada como um regionalismo e por isso ele aponta dois sistemas vocálicos para a língua alemã: sistema vocálico alemão do Norte (com 14 fonemas) e o sistema vocálico para toda a Alemanha (com 15 vogais).

⁵ Foneticamente, as vogais /a/ e /ɔ/, apresentadas no quadro anterior, realizam-se numa posição quase central, motivo pelo qual o autor não considera o recuo como traço distintivo nesse quadro.

Então, a descrição fonológica de palavras como 'bitten' e 'bieten' seria /'bitən/ e /'bi:tən/, respectivamente, assim como de 'Schrot' e 'Schrott' seria /'ʃR o:t/ e /ʃR ot/, respectivamente. Na transcrição fonética, evidentemente, o traço de abertura é transcrito, de modo que para /'SR o:t/ temos /SR ot/, e para /'ʃR ot/, /'ʃR ɔ:t/.

A discussão sobre o assunto estende-se ainda mais. Como exemplo podemos citar o trabalho de Weiss (1978) que, através de testes perceptuais, tenta esclarecer, pelo menos a nível fonético, a dependência entre a duração e a altura das vogais. Weiss constatou que as vogais altas foram distinguidas primeiramente pelas suas características de altura e que as vogais mais baixas foram distinguidas primeiramente pela duração. Constatações desse tipo podem abrir um leque para várias discussões a respeito do sistema fonológico, mas não é nosso objetivo aprofundar essas questões.

O foco de atenção será, agora, a duração das vogais na perspectiva da Fonologia Autossegmental. A ocorrência das vogais longas e breves está, em parte, relacionada ao contexto silábico em que aparecem. A Fonologia Autossegmental apresenta-se como modelo de descrição adequado para explicar isso melhor, uma vez que se trata de uma proposta teórica que designa um *status* fonológico à sílaba, atribuindo-lhe níveis e regras particulares, selecionadas e ativadas diferentemente em cada língua.

As vogais na sua estrutura silábica

De acordo com o modelo autossegmental, a distribuição dos segmentos vocálicos está relacionada à estrutura silábica. A estrutura da sílaba, nesse modelo fonológico, é representada por esquemas divididos em *tiers* (fileiras), que representam os segmentos que a compõem. O *tier* prosódico (representado em nossas figuras pelo símbolo "'") corresponde ao esqueleto, ao espaço temporal da sílaba, ou seja, à consoante ou à vogal, e está ligado aos constituintes da sílaba, o *onset* e a rima, que, por sua vez, está dividida em núcleo e coda. Ao nível prosódico também está ligado o *tier* melódico, que corresponde aos traços, à realização fonética (BISOL, 1989).

Segundo Silva (2003), vogais longas são associadas a duas posições esqueletais e representam uma sílaba pesada. As breves comportam-se como monotongos e são associadas a uma única posição esqueletal. Podemos verificar isso nos exemplos da figura 4:

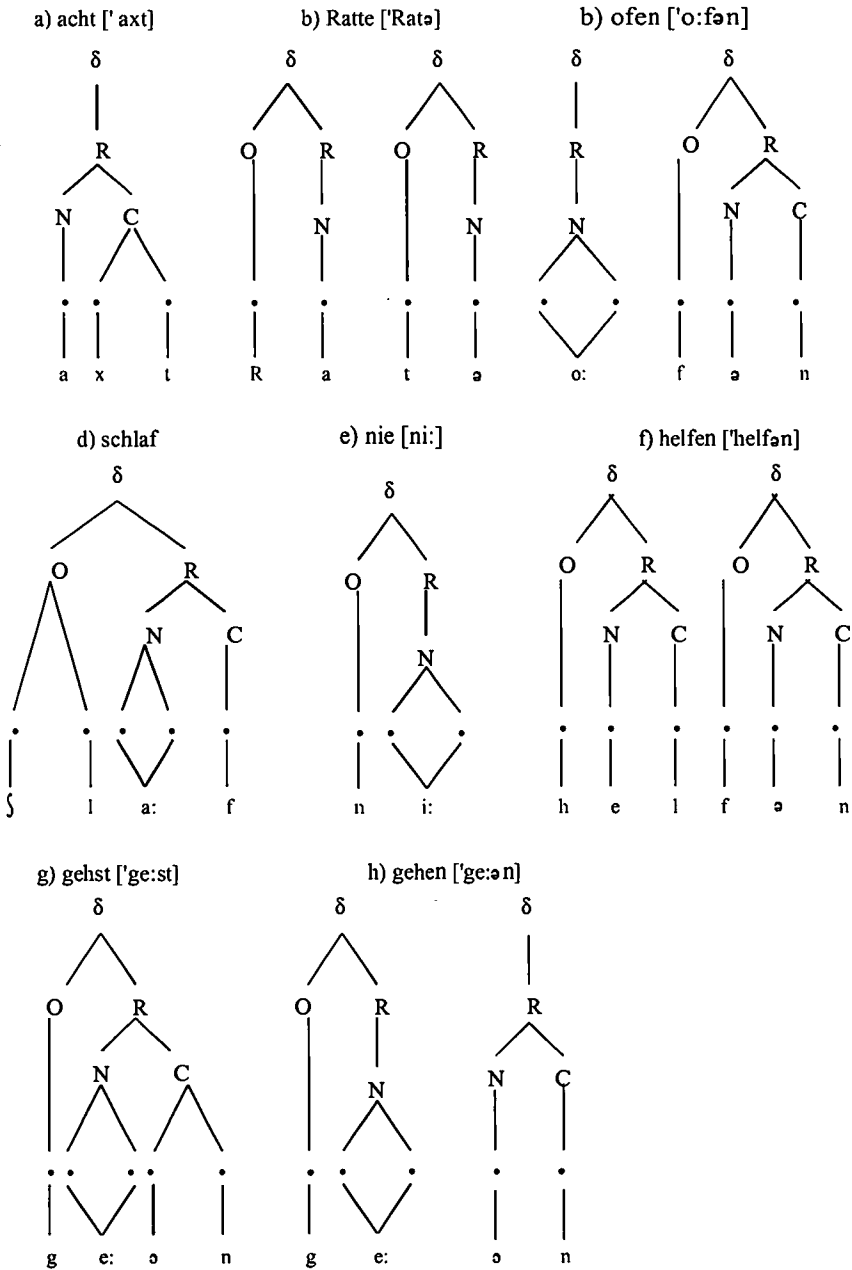


Figura 4: Representação de vogais longas e breves em diferentes contextos silábicos

Considerando esses exemplos, constatamos que em sílabas abertas podem aparecer vogais breves, como no exemplo 4b, e longas, como em 4c e 4h. Em sílabas travadas por uma consoante também podem aparecer vogais longas e breves, como podemos verificar nos exemplos 4d e 4f, respectivamente. Em caso de coda com duas consoantes ou mais, como em /'axt/ (4a) ocorre somente a vogal breve. Em final de palavra (exemplo 4e) aparece obrigatoriamente uma vogal longa.

No entanto, também encontramos, na língua alemã, exemplos de vogal longa seguida de duas consoantes ou mais (exemplo 4g). É o caso de palavras que receberam acréscimo de morfemas flexionais *t*, *s* ou *ts*. Originariamente o vocábulo tinha uma vogal longa na sílaba tônica e esta permanece nos termos flexionados, como vemos nos exemplos 'gehen' (forma verbal no infinitivo) e 'geht' (forma verbal com desinência de segunda pessoa do singular).

O estudo da sílaba a partir do modelo auto-segmental, embora nem sempre nos permita precisar quando uma vogal longa ou breve irá ocorrer numa sílaba tônica (salvo em final de palavra e seguida de coda com duas consoantes), mostra, mais uma vez, que a duração é relevante no sistema vocálico alemão, uma vez que muda toda a estrutura interna da sílaba. Uma vogal longa ocupa duas posições esqueléticas, como se virtualmente pudessem ocorrer aí duas vogais, assemelhando-se à estrutura de um ditongo decrescente, enquanto que a breve ocupa apenas uma posição. Além disso, fica mais uma vez clara a relação de dependência entre abertura e duração - vogais com duas posições esqueléticas são mais fechadas que as suas correspondentes numa estrutura de monotongo.

O *schwa*

O *schwa* caracteriza-se por ser uma vogal reduzida, mais fraca e, portanto, aparece sempre em posição átona. No alemão, a possibilidade de formar pares mínimos com o *schwa* é reduzidíssima, ocorrendo em pares como [fʀ indən] – [fʀɔindɪn] (amigos e amiga, respectivamente). Pelo fato de ele ser poucas vezes distintivo e sempre aparecer em sílabas átonas, não se costuma considerá-lo fonema, mas sim, alofone (TERNES, 1999). Além do mais, é difícil caracterizá-lo e, conseqüentemente, classificá-lo em relação ao seu grau de abertura e ao seu recuo, uma vez que é produzido numa posição centralizada, motivo pelo qual é também chamado de vogal

central, ou vogal neutra (no inglês) ou, ainda, vogal murmurada. O *schwa* pode, então, ser caracterizado como uma variante do sistema vocálico alemão, correspondendo normalmente à vogal /e/ em palavras como /'hatə̃n/, /'lœfə̃l/, /'ebə̃nə̃/, por exemplo. Em alguns casos, quando o *schwa* for seguido de uma consoante nasal, ele nem sequer é pronunciado na fala normal. São exemplos desse apagamento palavras como /'habə̃n/ → ['habn] ~ ['habm], /'katsə̃n/ → ['katsn].

A discussão a respeito do *schwa* vai muito além dessa simples exposição; o objetivo aqui foi apenas apresentar uma variante como fazendo parte do sistema vocálico alemão e esclarecer o seu uso nas transcrições fonológicas.

Conclusão

Muito mais poderia ser discutido a respeito das vogais da língua alemã, como a realização delas em sílabas átonas e em ditongos. Mas o objetivo desse texto foi apresentar o sistema vocálico alemão e discutir, de forma sintetizada, a questão da duração como traço pertinente para todo o sistema. Como Ternes apresentou, podemos usar dois critérios de relevância para descrever o sistema das vogais: i) relevância para os traços de abertura e recuo ou ii) relevância para a duração. Mesmo no primeiro caso, não é possível excluir totalmente a duração, pois as vogais /E/ e /E:/ fazem oposição apenas pela quantidade. Seja qual for o critério adotado, o estudo da estrutura silábica através do modelo auto-segmental mostra que a duração é uma característica fundamental dessas vogais, uma vez que as longas apresentam um núcleo ramificado e as breves, não. Partindo dessa observação, pode-se dizer que a duração é um traço constituinte da vogal, que pode ser associada a outros traços, como a abertura.

The German vowel system

■ **ABSTRACT:** *The present work explains, of simplified form, the German vowel system through the phonetic features (length and quality of the vowels, mouth movement). In the discussion on the theme, we take into account the relation of dependence between the length and the mouth movement, besides debating of keeping the vowel length in all the system. Through the model of Autosegmental Phonology, it is possible to verify that the syllabic structure of*

the long and short vowels is different. It is also possible to verify in which syllabic contexts they can occur (specifically in stressed position). In an unstressed position, a variant of the vowel /e/, the schwa, occurs. This variant will be part of the German vowel system, consisted of 15 vowels in stressed position and an unstressed variant.

■ **KEYWORDS:** *The German Vowel System. Length. Quality. 'Schwa'. Autosegmental Phonology.*

Referências:

- BATTISTI, E. & VIEIRA, M.J.B. O sistema vocálico do português *In: BISOL, L. (org.). Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro.* 2ª.Ed. EDIPUCRS, 1994. p.159.
- BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.* São Paulo, vol.5, nº2, 1989, p185-224.
- CAMARA Jr. J.M. **Problemas de Lingüística descritiva.** 16ed. Petrópolis, Vozes, 1997.
- MORI, A.C. Fonologia. *In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (org.). Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.* v.1. 2ed. São Paulo, Cortez, 2001. p.147-179.
- SILVA, T.C. **Exercícios de fonética e Fonologia.** São Paulo, Contexto, 2003.
- _____. **Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios.** 7ed. São Paulo, Contexto, 2003.
- TERNES, E. **Einführung in der Phonologie.** 2ed. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1999.
- WEISS, R. The German Vowel: Phonetic and phonemic considerations. **Hamburger Phonetische Beiträge,** 1978. p.461-475

POSTCOLONIALITY AS TRANSLATION IN ACTION

Kanavillil RAJAGOPALAN¹

■ **ABSTRACT:** The postcolonial condition (or what I shall refer to as “postcoloniality”, as distinct from “postcolonialism” which is better reserved, I think, for an intellectual movement with a number of distinguishing traits ultimately traceable to certain specific historical conditions) is but another name for the politics of translation as it plays out today (RAJAGOPALAN 2002a). It lays bare the multiplicity of vested interests that have underpinned the history of translation through the ages. Furthermore, it forces us to rethink some of the time-honoured conceptual distinctions such intra-lingual vs. inter-lingual translation by problematising the very notion of “a language” (i.e. language in its individuating sense, as opposed to the generic or abstract senses). The main objective of this paper is to address the phenomenon of increasing hybridisation of the world’s languages and its implications for the way we theorise about translation.

■ **KEY WORDS:** Postcoloniality. Postcolonialism. Hybridity. Interlingual Translation. Intralingual Translation.

To restrict “hybridity”, or what I will call “living in translation”, to a post-colonial elite is to deny the pervasiveness, however heterogeneous, of the transformations wrought across class boundaries by colonial and neo-colonial domination. This is not to present a metanarrative of global homogenisation, but to

¹ Departamento de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP. E-mail: rajan@iel.unicamp.br

emphasise the need to reinvent oppositional cultures in nonessentialising ways. Hybridity can be seen, therefore, as a sign of a post-colonial theory that subverts essentialist models of reading while it points toward a new practice of translation. —
Tejaswini Niranjana

Setting the scene: postcolonialism vs. postcoloniality

The term *postcolonialism* has gained widespread currency ever since it was coined in the early 1970s or thereabouts. The very fact that we no longer feel the need to hyphenate the word, as was common practice in the early days, is clear evidence for its having been fully absorbed into the stock-in-trade of contemporary critical jargon. The publication of Edward Said's *Orientalism* (SAID 1978) bestowed upon the term something of a cult status. The publication in 1989 of *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (ASHCROFT, GRIFFITHS, and TIFFIN 1989) gave it the final fillip, if at all it needed one, to become part of the mainstream. For the truth is—although not many postcolonial theorists would go along with me on this—postcolonialism is no longer a marginal movement. No doubt, the reality that it originally sought to bring to public attention was up until then of marginal interest. Arguably, even today it is. But the intellectual movement that brought that reality into spotlight is today very much part of the Establishment. And so are the key figures that spearheaded the movement in its early stages. Names like Frantz Fanon, Stuart Hall, Gayatri Chakravorty Spivak, Homi Bhabha and so on have conquered their places in the Hall of Fame of contemporary academic *dernier cri* called “cultural studies”. Since it might be useful to distinguish the movement or the “ism” from the condition or the state of being postcolonial, I suggest that we reserve the term *postcoloniality* specifically for the latter. Like postmodernity, it is a matter of primarily being placed historically in a certain mindset. Like *postmodernism*, the term *postcolonialism* will be used in the remainder of this paper whenever attention is being directed at the effort(s) to theorise the phenomenon we call postcoloniality. In a nutshell, then: postcoloniality refers to a historically conditioned phenomenon; postcolonialism the multiple theorisations thereof.

Objetctives

My aim in this paper is to argue that, whatever else it may be about, postcoloniality is also, in a fundamental sense, about translation. In fact, as I shall argue, postcoloniality is simply another name for the politics of translation as it plays out in our contemporary postcolonial times. Postcoloniality is translation in its self-conscious mode (in a sense to be spelled out later). It is, in a true sense, the Empire writing back—that is to say, writing in a language that has all the superficial trappings of the language of the imperial master—including its morphology and its syntax, though perhaps not its lexicon (at least not entirely and certainly not in its inherited form)—but which, on closer inspection, reveals the indelible imprint of the colonial experience and a constant reminder to all and sundry that the Imperial Metropolis is no longer in charge of its destiny. Postcoloniality is the condition in which Caliban, having become aware of his newly emancipated status, discovers all of a sudden that the language he was made to speak by Prospero can just as well be used to subvert the very same order that it was originally mobilised to shore up (RAJAGOPALAN, 2005b). In an important sense, every postcolonial writer is proclaiming in Shakespeare's words (*The Tempest* I, i, 363-365).

You taught me language, and my profit on't
Is, I know how to curse. The red-plague rid you,
For learning me your language!

The logic of postcolonialism

In Richard Attenborough's 1982 Oscar award winning film *Gandhi*, there is an interesting episode that nicely captures what I will call the logic of postcolonialism. The scene is a crowded assembly hall somewhere in South Africa where Gandhi is about to initiate a prayer meeting. Sensing potential trouble, the local police authorities have taken all precautionary measures and sent scores of officers, fully equipped for all eventualities, to monitor each and every single movement of the young 'rebel' leader and his followers. As Gandhi is about to begin chanting his customary prayer song "*Raghupati raghava rajaram*" by way of initiating the ceremony, he notices the unwelcome presence of visibly indifferent, if not ostensibly hostile, police officers strategically seated amongst the audience, ready for

action at short notice, and resolutely refusing to follow the crowd as they were getting up from their seats in deference to the gods being invoked by their spiritual leader. Acting on the spur of the moment, Gandhi changes his mind and, to the embarrassing surprise of His Majesty's proud soldiers, starts singing "God save the King". In the end, one way or another, Gandhi does achieve his objective, which was to make those soldiers rise to their feet.

Gandhi knew full well he would have only made a fool of himself if he had politely requested the officers on duty there to rise to their feet. After all, those enforcers of the imperial authority were there precisely to remind one and all as to who was calling the shots. What they had not bargained for was that the shrewd politician that was Gandhi also knew how to make a request that they could not—rather would not dare to—refuse. In other words, Gandhi adroitly used the very symbol of colonial power to subvert the hierarchy that the law enforcement authorities were there to uphold. It is, thus, a questioning of the colonial authority from within the confines of its own logic and not from a point safely outside its purview. It is not confrontational in the traditional sense, but contestatory nonetheless.

Postcoloniality is by no means a straightforward or an outright rejection of everything that colonialism stood for. If it were, it would only buy into the very logic of colonialism which it is concerned to disrupt. Colonialism is premised on the logic of 'either/or'. The colonial authority consolidated itself by cleverly transforming what was originally a matter of simple difference into a radically irreconcilable opposition. In fact, as has been pointed out by a number of scholars, the discourse of colonialism systematically sought to drive a wedge between the coloniser and the colonised. If there were no clear markers with the help of which to articulate the opposition, well, they were simply conjured up. Race, religion, cultural history, in fact any and every real or imaginary marker of difference was blown up beyond recognition and stretched to the utmost to justify and perpetuate the divide and drive home the point that the chasm between the two was unbridgeable or, equivalently, to transform Kipling's prediction "[...] never the twain shall meet" into a self-fulfilling prophecy. The binary logic underlying that discourse is designed to aid and abet the colonial subject formation in ways most conducive to the perpetuation of the colonial structure.

It is this binary logic that postcolonialism is concerned to call into question. The postcolonial subject is one who, having come to understand the workings of the logic that underwrote the terms of his/her subjugation (or hegemony, depending on which side of the divide you happen to look at it from) consciously seeks to subvert that logic from within (RAJAGOPALAN 1998b, 1999, 2001). In this sense, Gandhi's simple gesture, in the episode from the film referred to above, bespeaks a moment of postcolonial self-awareness. Gandhi thwarted the colonial order by strategically invoking the terms of the very logic and insisting that they be fully and faithfully obeyed on pain of blatantly delegitimising the very authority the police officers were there to enforce. He deconstructed the colonial authority and the entire structure of binary relations that propped it up and made it look formidably unassailable by simply insisting on working that authority through to its own limits of self-sustainability and, through forcing it to trespass those limits, making it fall through on its own.

Postcolonial subjectivity is thus out and out political (RAJAGOPALAN, 2002a). It is political because it is conscious of its own workings and possibilities and calculating in its mode of self-representation. Postcoloniality emerges as the colonial subject becomes aware of the awkward blindspot in the mindset that sustained the colonial order and deliberately moves on to work through it, thereby destabilising—or, deconstructing, if you will—the order from where it appeared least vulnerable. In order to do so, he/she mobilizes the very resources of the colonial power to undermine colonial authority and one-sidedness. He/she *translates* the old logic into a new one—mobilising the very resources of the old logic but doggedly pursuing the mission of eventually thwarting it from within.

Yet care should be taken not to portray the postcolonial stance as consciously oppositional all the time or across the board, let alone uniform or homogeneous. As Franz Fanon (1963) has pointed out, there is an inherent paradox in the very phenomenon of the emergence of national identity under colonial domination. Initially at least, it tends to be an identity constituted by the native bourgeoisie who, in the absence of other role models to look up to, model themselves on their ex-colonial masters and, in so doing, simply replicate the very colonial order it claims to contest. To a great extent, such a reaction is part of the very colonial agenda which

sought to perpetuate itself by creating a “pseudo-elite” (like the “brown sahibs” in the Asian subcontinent under the British) and systematically driving a wedge between that elite and the masses at large or the ‘hoi polloi’. In the words of Fanon (1963: 210):

When we consider the efforts made to carry out the cultural estrangement so characteristic of the colonial epoch, we realize that nothing has been left to chance and that the total result looked for by colonial domination was indeed to convince the natives that colonialism came to lighten their darkness. The effect consciously sought by colonialism was to drive into the natives’ heads the idea that if the settlers were to leave, they would at once fall back into barbarism, degradation, and bestiality.

So there is an important sense in which not all of postcolonialism is a conscious attempt to denounce or eradicate the legacy of the colonial past. Rather, in their very anxiety to spell out their differential identity, the new ruling classes unwittingly reproduce the very same essentialising gesture that made the colonial divide possible to begin with, both discursively and materially. The local elites have all too frequently been observed to be keen on maintaining or, at the very least, not worrying themselves about challenging the hierarchical order that was the hallmark of colonial rule and which, despite all the rhetoric to the contrary, is in their innermost interests not to call into question. We shall return to this theme later (see Section 7)

Postcolonial subjectivity and translation

Salman Rushdie’s famous remark about British Indians as “translated men” (RUSHDIE 1991: 17) applies to all postcolonial subjectivities in the sense outlined above, *tout court* (and, needless to say, with due rectification of the sexist bias of that unfortunate turn of phrase). Rushdie is anxious to stress the political importance of the former colonial subjects *choosing* to write in the language once thought to be the pride and zealously guarded monopoly of their former colonial masters. The political—political precisely because it involves a conscious *choice*—significance of such a decision ought not to be overlooked. As Alatas (1977: 17) has pointed out:

Colonialism, or on a bigger scale, imperialism, was not only an extension of sovereignty and control by one nation and its government over

another, but it was also a control of the mind of the conquered or subordinated.

And one of the ways in which the Empire ensured (or hoped it would ensure) success in controlling the mind of the 'savage' native was by 'administering' the language of the Metropolis in just the 'right' dosage (because a full exposure to the master's language, a generous dosage, would, it was feared, put the slave on an equal footing and make him/her a potential danger). Macaulay's famous 'Minute on Indian education' (MACAULAY 1972, cited in LOOMBA 1998:85) explicitly recommended that the aim of introducing the English language into the educational system of the subcontinent was to train a select group of local people "Indian in blood and colour" to become "English in taste, in opinion, in morals, and in intellect." The new elite would, it was hoped, act as a kind of 'buffer zone' or, to change the metaphor, some sort of a 'shock-absorber' every time the natives, the large masses, "grew restless".

Those postcolonial writers who *choose* to write in the very language that was once introduced into their midst in order to hold them in perpetual slavery are thus relishing the sweet irony of writing back in a language now fully appropriated and reclaimed to serve their own interests. In so exercising their choice, they remake the language for their own purposes. It is not just that the language—English, French, Spanish, Dutch or Portuguese, or whatever that once served as the conveyor of the colonial authority—undergoes inevitable changes in response to the new uses to which it is put, or the new realities it is employed to portray, or the new users and their subjectivities whose new-found self-consciousness it is harnessed to give expression to. Nor for that matter is it the case that, in opting to write in a language that belonged to their erstwhile masters, these former colonial subjects have wilfully decided to translate themselves for the benefit of a foreign readership.

The reason why one must insist on this last point is that the language in question is no longer the language of the "Other". What Bhabha (1990: 291) famously referred to as an "uncanny fluency of another's language" must be understood to mean the eerie presence of a sense of otherness intruding into the language in such a way that not even those who considered themselves the rightful "owners" of the language recognise themselves in it any longer. The postcolonial reality of the English language, for instance, is such that it is, strictly speaking, nobody's mother tongue

(RAJAGOPALAN, 2004a). This is so because, as Widdowson (1994) shrewdly pointed out, a language is only international in the true sense of the word to the extent it does not belong to any one nation or even a group of nations.

Translation and its role in colonial history

Language has always been at the heart of the colonialist enterprise, prompting JanMohamed (1985) and other scholars to call our attention to the “profoundly symbiotic relationship between the discursive and material practices of imperialism.” The colonial encounter pits two cultures, along with the languages through which those cultures find self-expression, against each other. To the unsuspecting eye, the encounter is between two languages that had little or no contact with each other until then and is therefore in urgent need of devising ways of achieving mutual understanding. But, as scholars have begun to realise more and more, the colonial gaze is typically unilateral and so too is the need for communication between the coloniser and the colonised. The former is interested in learning more about the latter, with a view to being better prepared for attitudes and reactions typical of alien cultures. The more you know about the natives and their culture, the better you are in a position to control and manipulate them. On their part, no doubt, the colonised need to understand the new rulers, if for no other reason than that they have no choice. But it is through their self-consciousness as the downtrodden that the colonised are ultimately successful in returning the gaze and, in so doing, turning the tables on their colonial masters.

Initially at least, intercultural contact of the sort brought about by the colonial encounter is realised through makeshift languages such as pidgins. As the need for consolidating the contact arises, so too does the need for translation, i.e. translation in its prototypical sense, viz., interlingual translation. As suggested already, the need for translation is clearly one-sided. It is at this stage that there arises, in the words of Niranjana (1992: 47)

[..] the question of the historical complicity in the growth and expansion of European colonialism in the nineteenth and twentieth centuries of those interested in translating non-Western texts [...] and those involved in the study of “man”

In point of fact, a case can be made for the argument that the academic discipline we call anthropology—whose roots do not go farther back into history than the early nineteenth century—is a brainchild of the spirit of colonialism that took Europe by storm during that very century. Aided and abetted by the new air of optimism and self-confidence engendered by Enlightenment, as encapsulated in Alexander Pope’s famous couplet,

Know then thyself, presume not God to scan
The proper study of mankind is man,

the White Man turned his gaze to far-flung lands. From the “Dark Continent” of Africa which needed to be brought to light by the “civilising” presence of the newly enlightened European, through the “Inscrutable” Orient, whose mystic secrets urgently needed to be unlocked through the use of cool scientific reason, to the “New” World whose native inhabitants needed to be “saved” from their soulless condition through the message of the Gospel, the mission (or rather, the *excuse*) was always the same: to save the rest of the world from perdition. Immediately after the passage quoted earlier, Niranjana goes on to confront the reader with the following rhetorical question:

Is there something in the very nature of the problems posed—and the kinds of solutions adopted—in translation studies and ethnography that lends itself, borrows from, authorizes the discourse of colonisation that underwrites the project of imperialism? (*ibid.*)

Translation and the subversion of the colonial design

It is a tribute to the uncanny ways of human resourcefulness and man’s endless possibilities for re-writing history that the classical colonial enterprise crumbled the way it did, not from pressures exerted through changing external circumstances but as a result of fissures from within the colonial structure itself (Needless to say, future historians will only cut corners in their retrospective analysis of the neo-colonialist tendencies in evidence today if they look for possible causes for its demise).

Rushdie’s remark about postcolonial men and women in India applies just as well to *all* postcolonial contexts. Postcoloniality or postcolonial conscience could not have been possible had it not been for the experience of having lived a life of translation. Niranjana’s felicitous turn of phrase

“living in translation” underscores not only the condition of hybridity that is the lasting heritage of the colonial experience (affecting not just the colonised but the colonisers as well) but also the felt requirement of having to negotiate the sense of shifting, kaleidoscopic identity produced by it.

Perhaps nowhere else is this new identity more visible than in postcolonial literary writing. The following remark by Rushdie (1989:4) about his own ill-fated work *The Satanic Verses* ably sums up the point:

The Satanic Verses celebrates hybridity, impurity, intermingling, the transformation that comes of new and unexpected combination of human beings, cultures, ideas, politics, movies, songs. It rejoices in mongrelisation and fears the absolutism of the Pure. Melange, hotch-potch, a bit of this and a bit of that is how newness enters the world. (...) It is a live-song to our mongrel selves.

The profundity of this remark ought not to be allowed to go unnoticed. The process of mongrelisation it refers to affects both parties to the colonial experience; neither side comes out entirely the way it was before the symbiotic contact between what were until then two nations with no historical liaison whatsoever.

It is no surprise either that of all literary genres, it is the novel that has come to be privileged site for postcolonial writing. As critics like Ian Watts (1957) have long reminded us, the novel is tied up with the post-Renaissance European ethos. In his *Myths of Modern Individualism* (WATTS 1996), the author explores at length how the rise of the novel also coincided with the rise of self-centred, navel-gazing individualism as represented in Daniel Defoe’s *Robinson Crusoe*, whose plot revolves around the figure of a loner surviving in a desert (well, almost) island, by braving the elements and “domesticating” Man Friday, a wild and uncouth native. Hailed as the first English novel, Defoe’s work may be seen as a celebration of and an apology for the spirit of colonialism that, from the sixteenth century onwards, galvanised Europe’s principal seafaring nations and made them explore the uncharted waters in search of distant lands and their untapped wealth. As Watt shows, *Robinson Crusoe* also represents a significant turning point in the way European literature had until then treated the figure of the loner, for such characters as Faust, Don Quixote, Don Juan — all loners *par excellence* and all originally conjured up between the sixteenth and the eighteenth centuries by their respective creators as proto-types of “anti-individuals” (the first two are burned in hell-fire and the last publicly

mocked and ridiculed) suddenly become objects of admiration and symbols of the conquering spirit of the White Man (needless to remind, all these characters are also *male*) and his self-appointed destiny to conquer and subjugate distant lands. Curiously enough, it is this very spirit of adventure that is invoked by Sir John Burgh, Director-General of the British Council, in his 'Forward' to a book featuring papers presented at an international conference entitled 'Progress in English Studies'. Here are his words:

The year 1934, when the British Council was founded, did not of course mark the beginning of the spread of our language and culture to other parts of the world. One might perhaps see the Pilgrim Fathers as the first British Council mission, or, as was suggested by an overseas delegate, Robinson Crusoe, as the first English Language Officer. (BURGH 1985: vii)

It is of no small significance either that the South African writer J.M. Coetzee chose to revisit precisely the all-time classic work of Daniel Defoe and re-write it as *Foe*, from the female castaway's viewpoint. What makes this novel a prime example of postcolonial quid pro quo is the complete reversal of priorities, effected through a simple yet significant shift in the positioning of the story-teller and the way it opens the sluice gates, releasing long-repressed meanings that were always already present in the original narrative, albeit contained and concealed in virtue of its tenacious one-sidedness. There is, in other words, something subtly Derridean about such reversals in that the tables are turned by showing how the spotlight could equally well be turned to what had been sidelined to the margins (RAJAGOPALAN 1998a; 2000, 2005a).

Language at the service of the postcolonial writer

As we have already seen, language plays a significant role not only in the resistance offered by colonised under the oppressive regime, but also in the way the postcolonial self fashions itself. Postcoloniality consists, among other things, in appropriating the very same language that was once instrumental in bringing about colonial subjugation. In Section 3, it was pointed out that, initially at least, postcolonial identity replicates the hierarchies and the associated values imposed by the colonial order. Likewise, postcolonial writers who have been through the whole process of transition and have lived through both sides of the divide often display

a demeanour which is somewhat ambiguous and Janus-faced. It is thus generally only with the second and third generations of writers that postcolonial writing assumes its distinctive flavour. In Fanon's words,

While at the beginning the native intellectual used to produce his work to be read exclusively by the oppressor, whether with the intention of charming him or of denouncing him through ethnical or subjectivist means, now the native writer progressively takes on the habit of addressing his own people. (FANON 1963: 212)

The following words by the Nigerian writer Chinua Achibe illustrates the former mindset:

For me there is no other choice. I have been given this language and I intend to use it [...] I feel that the English language will be able to carry the weight of my African experience. But it will have to be a new English, still in communion with its ancestral home but altered to suit its new African surroundings (ACHIBE 1975: 103, cited in LOOMBA 1998:91).

"Still in communion with its ancestral home" — this is the key to the attitude that characterised the first generation of postcolonial writers who were postcolonial only in the sense that they were not speaking from a colony — not any longer, that is, not in a *de jure* sense. One may notice here a certain sense of frustration or remorse at the idea of having to use someone else's language and having to adapt it for new uses.

As we turn to the newer generations of postcolonial writer, the contrast is very striking indeed. Khushwant Singh (2001) makes this point eloquently when he says

I am entirely in favour of making English an Indian language on our terms. Maul it, misuse it, mangle it out of shape but make it our own *bhasha*. The English may not recognise it as their language; they can stew in their own juice. It is not their *baap ki jaidaad* — ancestral property.

Notice the deliberate interlacing of words from Hindi and, even more interestingly, the almost condescending gesture of translating *baap ki jaidaad* into "ancestral property" (in case Prospero is flummoxed by the lexical intrusions). Surely, this is not a piece of writing in English "in communion with its ancestral home". If anything, it is a calculated move to jolt the ancestral home into a sense of estrangement, indeed bizarreness — a defiant

way of saying, as Caliban did to Prospero, "Gone are the days when you thought you called all the shots."

Translation and the role of renaming

The defiance of postcolonial positioning consists, among other things, in "wrenching" the language of oppression from its erstwhile "owners" and reusing it for the purpose of "writing back." In the process, one frequently observes an eagerness with which names (mostly place names) that had been appropriated by the colonial authority are reclaimed. The examples are legion. Ceylon became Sri Lanka; Burma became Myanmar; Rhodesia became Zimbabwe; Bombay became Mumbai; and so forth. Such re-naming is suffused with political connotations. This point is ably brought out in the play suggestively called *Translations* by the Irish playwright Brian Friel (1984). Widely acclaimed as a classic of modern Irish theatre, the play has a plot that unfolds around the episode of British troops and engineers conducting an ordinance survey intended to map the landscape for military intelligence and transliterate the Gaelic place names into the King's English. If, as the play shows, translation turns out to have been the process through which colonial violence was practised, it is through the very same activity of deliberate re-translation that postcolonial identity finds its self-expression. Not that it succeeds in erasing the colonial violence once and for all — what the gesture of re-translation succeeds in doing (if at all) is re-taking a linguistic "possession" that had been taken away forcibly. The gesture, in other words, is more symbolic than material (RAJAGOPALAN 2002b, 2004b). But then so too is all of what one might call postcolonial legacy.

Postcoloniality and its implications for translation theory

If, as we have seen, hybridity is the hallmark of postcoloniality, what does it mean for translation in the postcolonial context? Before attempting to answer the question, let us remind ourselves that hybridity is a condition that directly affects identity. It affects the identity of both the colonised and, whether one believes it or not, that of the coloniser as well. No nation, no individual comes out of the colonial experiences unaffected by the cultural shock. But perhaps nowhere else does the colonial contact leave its indelible imprint more starkly than on language—or rather, the

individual languages that were forced to cohabit the new intercultural space created by the colonial encounter.

Hybridity wreaks havoc on some of our hallowed conceptual (as well as terminological) distinctions in translation theory. A case in point is the notion of inter-lingual translation—thought by many to be translation in its ‘purest’ or ‘most authentic’ sense. Referring to Jakobson’s celebrated three-way distinction of interlingual, intralingual, and intersemiotic translation, Derrida notes that such a neat classification “presupposes that one can know in the final analysis how to determine rigorously the unity and identity of a language, the decidable form of its limits.” (DERRIDA 1985:173) What postcolonial hybridity does to language is destabilise its self-same identity and its putative ‘purity’—and also the identity of speakers. To recall Rushdie’s words, it acts as a constant reminder of our “mongrel selves.”

In other words, as we contemplate the status of translation in the postcolonial context, the following words by George Steiner takes on a new sense of urgency and inevitability:

Translation is fully implicit in the most rudimentary communication. It is explicit in the coexistence and mutual contact of the thousands of languages spoken on the earth. (STEINER 1975:471)

To put matters differently, postcoloniality highlights the immanence of translation in all forms of communication. Far from being an aid to communication in exceptional or extraordinary circumstances, translation turns out to be the very key to communication. If the need for translation was once believed to be the outcome of perceived communicative breakdown, postcoloniality acts as a powerful corrective to the very paradigm of thinking about language that underwrote that conviction and instead to impress upon us the idea that, without the inevitable slip between the cup and the lip, no communication would at all be possible.

Concluding remarks

Postcoloniality, as we have seen, is primarily a mindset, an attitude to a host of themes that stare at us as we take stock of the colonial (mis)adventure, its impact on everyone concerned (i.e. the entire humankind, *tout court*—there being no difference whatsoever in this sense

between the colonisers and the colonised), as well as the spillover from it, whose exact dimensions still evade our grasp. Perhaps a most fitting way to round off our discussion of the role of translation in the making up of postcoloniality is to recall the following words from an essay by Barbara Johnson fascinatingly entitled "Nothing fails like success":

What the surprise encounter with otherness should do is lay bare some hint of an ignorance one never knew one had [...] The surprise of otherness is that moment when a new form of ignorance is suddenly activated as an imperative. (JOHNSON, 1987:16)

Acknowledgements: I am grateful to the CNPq for funding my research (Process no. 306151/88-0).

Pós-colonialidade como tradução em ação

■ **RESUMO:** *A condição pós-colonial (ou melhor, "pós-colonialidade", termo que utilizarei em oposição ao "pós-colonialismo" que, no meu modo de entender, deve ser reservado para se referir a um movimento intelectual com um conjunto de características que lhe são próprias e que podem ser ligadas a determinadas condições históricas) é apenas um outro nome para a política de tradução tal qual ela se configura nos dias de hoje (RAJAGOPALAN, 2002a). O termo escancara a multiplicidade de interesses ocultos que têm subscrito a história da tradução através dos séculos. Ademais, ele nos obriga a repensar distinções conceituais consagradas pelo tempo tal como "tradução intra-lingual" versus "tradução inter-lingual", ao problematizar a própria noção de "língua x" (isto é, "língua" em seu sentido individualizante, em oposição aos sentidos genérico ou abstrato). O principal objetivo deste trabalho é focar o fenômeno de hibridização crescente de línguas no mundo inteiro e suas implicações para a forma como teorizamos a respeito de tradução.*

■ **PALAVRAS-CHAVE:** *Pós-colonialidade. Pós-colonialismo. Híbridez. Tradução Interlingual. Tradução Intralingual.*

References:

ALATAS, S.H. (1977). *The Myth of the Lazy Native*. London: Frank Cass. p.232.

- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (eds.) **Post-colonial Studies Reader**. London: Routledge. 1995. p.391.
- BHABHA, H.K. DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. *In*: BHABHA, H.K. (ed.) **Nation and Narration**. London: Routledge. p.291-322. 1990.
- BURGH, J. Forward. *In*: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H.G. (1985) **English in the World**. Cambridge: CUP. 1985. p.44-62.
- DERRIDA, J. Des Tours de Babel (Translated by J. GRAHAM) *In*: GRAHAM, J.F. **Difference in Translation**. Ithaca: Cornell University Press. 1985. p.165-207.
- FANON, F. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove Press. 1963. p.220.
- FRIEL, B. **Translations. In Selected Plays**. London: Faber & Faber. 1984. p.274.
- JANMOHAMED, A. The economy of Manichean Allegory: The function of radical difference in colonialist literature. **Critical Inquiry**. V.12. p.59-87. 1985.
- JOHNSON, B. **A World of Difference**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1987. p.180.
- LOOMBA, A. **Colonialism/Postcolonialism**. London: Routledge. 1998. p.210.
- MACAULAY, T.B. Minute on Indian education. *In*: Clive, J. (ed.) **Selected Writings**. Chicago, IL: University of Chicago Press. 1972. p.24-38.
- NIRANJANA, T. **Siting Translation: History, Post-Structuralism and the Colonial Context**. Berkeley: University of California Press. 1992. p.242.
- RAJAGOPALAN, K. Between Marx and Derrida: an exercise in Literary Semantics. **Journal of Literary Semantics**. XXVII / 2. 1998a. p.72-95.
- _____ Translation theories and language as the site for self-fashioning and power struggles. **Translatio - FIT Newsletter**. Vo. XVII. No.4. 1998b. p.432-41.

_____ Translation in our age of vanishing cultural frontiers. **Anais do I Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação (I CIATI)**. São Paulo: Unibero. 1999. p.59-62.

_____ Traição versus transgressão: reflexões acerca da tradução e pós-modernidade. **Alfa**. Vol.44. n.º. Esp. 2000. p.123-130.

_____ O significado da tradução e a tradução do significado. **Revista LETRAS**. N.56, Curitiba: Editora da UFPR. 2001. p.67-76.

_____ The politics of translation. **Anais do II Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação (II CIATI): 2001-Uma Odisséia na Tradução**. São Paulo: Unibero. 2002a. p.53-57.

_____ Translation as a process of meaning negotiation: some implications for the semantics of natural languages. **Proceedings of the 3rd International Maastricht-Lodz Duo Colloquium on 'Translation and Meaning'**. 2002b. p.131-136.

_____ The concept of "World English" and its implications for ELT. **ELT Journal**. V. 58/2. 2004a. p.111-117.

_____ Review of Lawrence Venuti (ed.): *The Translation Studies Reader*. **Word**. Vol.55. n.1. 2004b. p.114-119.

_____ Jacques Derrida. In: CHAPMAN, S.; ROUTLEDGE, C. (Eds.) **Key Thinkers in Linguistics and the Philosophy of Language**. Edinburgh, UK: Edinburgh University Press. 2005a. p.66-71.

_____ A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil—por uma política prudente e propositiva. In: Lacoste, Y. (ed.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola. 2005b. p.135-159.

_____ Language politics in Latin America. *AILA Review*. In press-1

_____ English in South America. In: KACHRU, B.; KACHRU, Y.; NELSON, C. (orgs.) *Handbook of World Englishes*. New York: Blackwell Publishers. In Press-2

RUSHDIE, S. **In Good Faith**. UK: Granta. 1989. p.85.

_____ **Imaginary Homelands**. New Delhi: Penguin and Granta. 1991. p.285.

SAID, E.W. **Orientalism**. London: Routledge & Kegan Paul. 1978. p.380.

SINGH, K. 2001. Making English an Indian language. *The Tribune*. (October 20, 2001). The whole text is available on

<http://www.tribuneindia.com/2001/20011020/windows/above.htm>

STEINER, G. **After Babel**. Oxford: Oxford University Press. 1975. p.520.

WATT, I. **The Rise of the Novel**. Berkeley: The University of California Press. 1957. p.352.

_____ **Myths of Modern Individualism**. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

WIDDOWSON, H. The ownership of English. *TESOL Quarterly*, v.28. p.377-388. 1994.

RESENHA

ALTMAN, C. ; ZWARTJES, O. (eds.). *Missionary Linguistics II. Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology.* **Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. 292 pp.**

Luciana GIMENES¹

O livro *Missionary Linguistics III/ Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology* é o segundo número da série dedicada a publicar trabalhos apresentados nas conferências internacionais sobre Lingüística Missionária, promovidas pela Universidade de Oslo². Os encontros anuais são realizados em colaboração com diferentes universidades – o segundo realizou-se na Universidade de São Paulo, em março de 2004, organizado pelo grupo do CEDOCH-DL-USP, coordenado por Cristina Altman.

A segunda publicação da série contempla preferencialmente trabalhos centrados no exame do nível fonético/fonológico, diferentemente do primeiro volume, que não predefiniu um nível de análise a ser focado. Além de trabalhos apresentados na II Conferência, o *Missionary Linguistics II* inclui dois artigos de autores convidados – Astrid Alexander-Bakkerus e Julio Calvo –, e também a comunicação de Thomas C. Smith-Stark, apresentada na I Conferência.

No prefácio ao livro *... and the Word was God*, de 1996, Even Hovdhaugen destacava a importância do estudo das gramáticas confeccionadas no âmbito das Missões para a reconstrução da história da lingüística. Inovações significativas no campo do conhecimento sobre as línguas/a linguagem, bem como no do tratamento de dados lingüísticos, se desenvolveram no contexto da evangelização de povos nativos das colônias européias. A despeito da importância dessa área de pesquisa, Hovdhaugen lamentava a pouca atenção dispensada pelos historiógrafos às gramáticas missionárias. Dez anos mais tarde, a situação da área é muito

¹ Letras – UNICID - São Paulo – SP – Brasil – CEP:03071-000 – E-mail: lugimene@uol.com.br.

² As conferências internacionais são realizadas no âmbito do Projeto de Lingüística Missionária de Oslo (OsProMil), que tem por objetivo promover a pesquisa sobre descrições de línguas não-indo-européias, escritas entre os séculos 16 e 19. O projeto, fundado em 2002, é dirigido por Otto Zwartjes.

distinta, e a pesquisa histórica sobre a lingüística missionária – não apenas sobre a gramática, mas também sobre descrições lexicográficas, estratégias de tradução, práticas e políticas lingüísticas – tem atraído cada vez mais a atenção dos estudiosos. A variedade dos trabalhos reunidos no volume aqui resenhado atesta o crescente interesse: são 12 artigos sobre descrições de diferentes línguas nativas das Américas portuguesa e espanhola e da Ásia, recobrando um período que vai do século 16 ao 18.

Ao examinar descrições de línguas não-européias, que freqüentemente não se deixavam apreender pelo modelo gramatical greco-latino, a historiografia da lingüística missionária busca determinar até que ponto as línguas-objeto teriam sido “adaptadas”, consciente ou inconscientemente, para que se encaixassem ao molde de descrição. Ou, diferentemente, até que ponto soluções criativas, que teriam influenciado os caminhos que a lingüística seguiria a partir de então, teriam emergido desse contexto.

A primeira e a segunda parte da obra reúnem os trabalhos sobre descrições de línguas ameríndias, e a terceira, sobre descrições de línguas asiáticas.

No artigo *Phonological description in New Spain*, Thomas C. Smith-Stark examina um vasto *corpus* de descrições de línguas da América Espanhola pertencentes a seis diferentes famílias, produzidas por 20 autores, entre 1547 e 1767. Smith-Stark contesta a visão tradicional de que as gramáticas missionárias seriam pobres no que concerne à descrição fonológica. Ele demonstra que os gramáticos perceberam e registraram muitos sons não existentes em suas línguas maternas – novidades do ponto de vista articulatorio e também prosódico. Além disso, os autores examinados teriam sido capazes de interpretar fonologicamente os dados fonéticos registrados, bem como de sistematizar as possibilidades de ocorrência desses sons em cadeia.

Cristina Monzón enfoca os modos de representação e transcrição ortográfica dos sons da língua tarasca em materiais do século 16, tais como estabelecidos pelos missionários Maturino Gilberti e Juan Baptista de Lagunas, no artigo *Tarascan Orthography in the 16th Century: The Franciscan Sources of Inspiration and their Analysis*. O trabalho se pauta na busca e explicitação de influências – a formação dos autores, sua língua materna e seus referenciais metalingüísticos –, que seriam detectáveis nas soluções descritivas empregadas pelos dois gramáticos franciscanos.

Em *La representación escritural del maya de Yucatán desde la época prehispánica hasta la colonia: proyecciones hacia el siglo 21*, Ramón Arzápalo Marín aborda a imposição do alfabeto latino aos maias da península de Yucatán, política que provocou a extinção de seu sistema de escrita. Os maias possuíam um sistema de escrita de natureza ideográfica, que foi classificado como demoníaco e posteriormente banido das Missões. Arzápalo analisa a adaptação dos sons da língua indígena ao alfabeto latino, por meio da comparação de doze diferentes propostas de transliteração, elaboradas por descritores europeus entre 1620 e 1921. Paralelamente, o autor identifica, ainda, certas estratégias de resistência por parte dos nativos, detectáveis em textos escritos por autores maias, em caracteres latinos.

No artigo *Traducción, préstamos y teoría del lenguaje: La práctica transcultural de los lingüistas misioneros en el México del siglo 16*, Klaus Zimmermann discute a transmissão de conceitos cristãos pelos espanhóis aos astecas e avalia que a necessidade prática de tradução entre culturas marcadamente distintas levou os missionários a descobrirem a especificidade dos recortes semânticos que cada língua/cultura efetua. Por essa razão, a estratégia da tradução transcultural, inicialmente utilizada por eles, foi substituída pela imposição de empréstimos do espanhol, a fim preservar os significados que se perdiam nas traduções; já que, freqüentemente, não era possível encontrar equivalências satisfatórias. Os missionários teriam, assim, entrevisto a questão do relativismo lingüístico, ainda que não tenham chegado a elaborar teoricamente esse conceito, porque seus objetivos naquele momento eram essencialmente práticos.

O estudo *Fonología y ortografía de las lenguas indígenas de América del Sur a la luz de los primeros misioneros gramáticos*, de Julio Calvo Pérez, sistematiza descrições fonológicas realizadas em gramáticas do Quéchua, Aymará, Mapuche, Mochica, Chibcha e Tupi ou Tupinambá³. Assim como Cristina Monzón, que busca evidenciar influências, Calvo toma como pano

³ Calvo examina a gramática de José de Anchieta, que tem por título *Arte de Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil*. A denominação da língua descrita nesta gramática é, como se sabe, objeto de discussão. Se preferirmos a designação genérica da língua que foi falada em grande extensão da costa brasileira, esta seria, segundo Navarro (2005), Tupi. Rodrigues (1996,1997), diferentemente, chama de Tupi a variação dialetal falada na costa de São Vicente até o Rio de Janeiro, e de Tupinambá a variante falada a partir desse ponto até a Bahia. Considerada essa distinção, Anchieta registra, segundo Rodrigues, o Tupinambá. Julio Calvo, porém, evita o problema, ao chamar a língua descrita na gramática de Tupi-Guarani – nome da família lingüística a que pertencem o Tupi e o Guarani –, designação, portanto, inadequada (para uma crítica a essa designação cf. Edelweiss, 1947).

de fundo de sua pesquisa o sistema fonético-fonológico das línguas maternas dos autores, e as gramáticas que, por hipótese, lhes teriam servido de referência.

Even Hovdhaugen examina descrições da língua peruana Mochica elaboradas no século 17, no trabalho *How Was Mochica Being Pronounced?*. Hovdhaugen analisa os dados registrados tendo em conta, basicamente, as consistências e inconsistências ortográficas dos autores dos registros, bem como os critérios de notação dos sons utilizados, em confronto com o instrumental metalingüístico de descrição fonético-fonológica de que dispunham. Com base na interpretação dos dados lingüísticos registrados, bem como na crítica a análises modernas realizadas por outros pesquisadores, apresenta a sua proposta de reconstrução dos sons da extinta língua Mochica. Observe-se que, neste trabalho, a autora não se limita ao estudo e reconstrução dos métodos de descrição lingüística (historiografia lingüística), mas ingressa também no domínio da reconstrução da língua (lingüística histórica).

O estudo de Astrid Alexander-Bakkerus, *Cholón Sounds Reconstructed: A symbol analysis*, de forma análoga ao de Hovdhaugen, apresenta uma proposta de reconstrução de uma língua extinta. A autora interpreta a descrição dos sons do Cholón, falado no Peru, realizada por Pedro de la Mata na obra *Arte de la lengua cholona* (1748). A gramática apresenta inconsistências na notação dos sons; e, a fim de determinar quais fonemas os símbolos registrados representavam, Alexander-Bakkerus analisa essas inconsistências, em relação a: em primeiro lugar, observações feitas pelo autor da gramática; em segundo, outras descrições disponíveis da mesma língua; e em terceiro lugar, dados gravados pela autora, em entrevistas com descendentes de falantes de Chólón.

Yonne de Freitas Leite propõe um critério para avaliação de descrições gramaticais no artigo *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil: A criterion for evaluation*. O critério diz respeito à possibilidade, ou impossibilidade, de se submeter os dados lingüísticos registrados em uma gramática a uma reanálise. Quando a reanálise é possível, a autora entende que a descrição realizada é satisfatória, independentemente dos referenciais metalingüísticos nela adotados, já que, quaisquer que sejam, não prejudicaram os dados, que podem ser revistos sob outras perspectivas. Leite aplica esse critério à avaliação da gramática de José de Anchieta, *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595. Esta autora

reinterpreta os dados compilados por Anchieta no quadro de três diferentes teorias modernas e conclui que os dados se prestam à reanálise, o que atesta o valor e a qualidade da gramática.

O dicionário latino de Ambrogio Calepino, de 1502, serviu de base a vários dicionários publicados entre os séculos 16 e 18. Nas sucessivas versões elaboradas, se foram incluindo novas línguas à obra. No trabalho *The Adaptation of the European Polyglot Dictionary of Calepino in Japan: Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum (1595)*, Emi Kishimoto discute a adaptação que resultou na versão de 1595 do dicionário, publicada pela Companhia de Jesus, em Amakusa, Japão, feita com o propósito de ensinar latim aos japoneses, e japonês aos europeus. Kishimoto estabelece que a edição de Lion, de 1570, teria servido de base à confecção do dicionário japonês e descreve mudanças introduzidas nesta versão, a fim de tornar o material mais útil e prático para o usuário.

Emilio Ridruejo identifica o estabelecimento de uma tradição gramatical própria na descrição de línguas nativas das Filipinas, no artigo *Las ligaduras en las gramáticas misioneras filipinas del siglo 18*. Como os missionários reconhecessem que as línguas do Arquipélago tinham a mesma tipologia, era comum que, ao trabalhar em uma descrição, levassem em conta as obras produzidas anteriormente sobre as línguas filipinas. Esse intercâmbio entre os autores permitiu que uma tradição gramatical se delineasse. Para demonstrar a existência de tal tradição, Ridruejo mapeia o percurso da noção de *ligadura*, cunhada no contexto das gramáticas missionárias filipinas, para dar conta de certas características morfofonológicas das línguas nativas de difícil classificação por meio do modelo latino.

No estudo *Análisis del Arte de la lengua Pangasinán (1690) de Fray Andrés López*, Joaquín Sueiro Justel chama a atenção para alguns aspectos da obra sob estudo que considera bastante originais: López teria privilegiado a descrição da língua em uso em detrimento de uma norma padrão; teria encontrado soluções criativas para lidar com as diferenças tipológicas entre o modelo metalingüístico latino e a realidade da língua objeto, o que produziu uma descrição da morfosintática da língua indígena bastante acurada; e, por fim, teria ainda discutido em sua gramática questões tradutológicas. Justel destaca a importância de mais estudos sobre as descrições missionárias de línguas da Ásia, já que, diferentemente da tradição americana, a asiática recebeu até hoje pouca atenção.

Masayuki Toyoshima apresenta o artigo *Phonetic Spellings in Historical Context vs Idiolect: Two Japanese grammars by João Rodriguez Tçûzu and his holograph documents*, em que analisa as descrições fonéticas realizadas nas duas gramáticas do jesuíta português João Rodrigues Tçûzu – *Arte da lingoa de Japan* (1604) e *Arte breve da lingua Japoa* (1620) –, em contraste com rascunhos e cartas produzidos pelo missionário. Toyoshima demonstra, por meio da grafia empregada nas gramáticas, que Rodrigues teria criado um autêntico sistema de notação fonética, com base no seu idioleto. Sendo assim, a interpretação tradicional dessas descrições, com base na fonologia histórica do português medieval, estaria equivocada, já que o quadro de referência de Rodrigues, segundo o qual suas notas deveriam ser interpretadas, teria sido o seu idioleto.

Os trabalhos reunidos na obra proporcionam uma boa visão da área da Historiografia da Linguística Missionária, campo que busca reconstruir e mapear as diferentes soluções descritivas engendradas no contexto da gramaticização de línguas não-européias que se tornaram conhecidas a partir da Renascença. Esse contexto, em função das dificuldades que impôs aos descritores, foi especialmente propício à criatividade e à inovação, e por isso merece ser investigado.

O volume traz, ao final, dois índices – um de nomes biográficos, e outro de termos gramaticais/linguísticos – e também uma lista com endereços dos autores.

Referências

EDELWEISS, F. *Tupis e Guaranis*. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde, 1947.

HOVDHAUGEN, E. (ed.). *...and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar*. Münster: Nodus, 1996.

NAVARRO, E. *Tupi, termo genérico e específico já no século XVI*. Manuscrito, 3 pp., 2005.

RODRIGUES, A. *As Línguas Gerais Sul-Americanas*. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 2: 4. p.6-18, 1996.

_____. *Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta*. In: ZIMMERMANN, K. (ed.). *La descripción de las lenguas*

Missionary Linguistics II. Lingüística Misionera II

amerindias en la época colonial. Bibliotheca Ibero-Americana. Vervuert:
Iberoamericana., 1997. p.371-400

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abertura, p. 159
Ambigüidade, p. 105
Análise componencial, p. 55
Argumentatividade, p. 83
Comunidade acadêmica, p. 129
Diacronia, p. 39
Discurso, p. 09
Duração, p. 159
Enunciação, p. 09
Espaços mentais, p. 83
Eufemismo, p. 55
Fonologia Autossegmental, p. 159
Gêneros textuais, p. 129
Gramática Castelhana, p. 149
Hibridez, p. 169
Identidade, p. 27
Ideologia, p. 09
Indeterminação, p. 105
Integração conceptual, p. 83
Ironia, p. 55
Linguística de *corpus*, p. 149
Máximas conversacionais, p. 55
Objetividade, p. 09
Paixões, p. 27
Português, p. 39
Pós-colonialidade, p. 169
Pós-colonialismo, p. 169
Pragmática, p. 55
Produção escrita, p. 129
Reconstrução, p. 39
Referenciação, p. 83
Relações de poder, p. 129
Retórica, p. 27
Schwa, p. 159
Semântica, p. 105
Semântica lexical, p. 55
Sentido, p. 09
Sistema vocálico alemão, p. 159
Subjetividade, p. 09
Tempo verbal, p. 149
Tradução interlingual, p. 169
Tradução intralingual, p. 169
Vagueza, p. 105

SUBJECT INDEX

- Academic communities, p.129
Ambiguity, p. 105
Argumentativeness, p. 83
Autosegmental phonology, p. 159
Componential analysis, p. 55
Conceptual integration, p. 83
Conversational maxims, p. 55
Corpus linguistics, p. 149
Diachrony, p. 39
Discourse, p. 09
Enunciation, p. 09
Euphemism, p. 55
Hybridity, p. 169
Identity, p. 27
Ideology, p. 09
Indeterminacy, p. 105
Interlingual translation, p. 169
Intralingual translation, p. 169
Irony, p. 55
Length, p. 159
Lexical semantics, p. 55
Meaning, p. 09
Mental spaces, p. 83
Objectivity, p. 09
Passionality, p. 27
Portuguese language, p. 39
Postcoloniality, p. 169
Postcolonialism, p. 169
Power relations, p. 129
Pragmatics, p. 55
Quality, p. 159
Reconstruction, p. 39
Referentiation, p. 83
Rhetoric, p. 27
'Schwa', p. 159
Semantics, p. 105
Spanish grammar, p. 149
Subjectivity, p. 09
Text genres, p. 129
The German vowel system, p. 159
Vagueness, p. 105
Verb tense, p. 149
Written texts, p. 129

ÍNDICE DE AUTORES

AUTHORS INDEX

- BARROS, L. G., p. 149
BASSO, R. M., p. 105
BOLLELA, M. F. de F. P., p. 27
BRITO-SILVA, M. A., p. 09
CORTINA, A., p. 09
FERREIRA, L. A., p. 27
GIMENES, L., p. 189
HAUPT, C., p. 159
OLIVEIRA, L. C., p. 149
OLIVEIRA, M. R. de C. C., p. 83
OLIVEIRA, R. P. de, p. 105
RAJAGOPALAN, K., p. 169
RAMIRES, V., p. 129
SEIDE, M. S., p. 55
SOUZA, L. M. de, p. 105
TEIXEIRA, R. A., p. 83
VIARO, M. E., p. 39

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações gerais

A *Revista do GEL* é uma publicação do **Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo**, de periodicidade anual, que tem por finalidade divulgar textos acadêmicos, originais e inéditos, resultantes de pesquisa individual ou coletiva, resenhas críticas e noticiários de interesse das áreas de Letras e Lingüística.

Os trabalhos para publicação poderão ser apresentados em português, francês, inglês ou espanhol. Em casos especiais, e a critério da Comissão Editorial, poderão ser apresentados em outra língua que não as indicadas. Só serão publicados trabalhos selecionados pela Comissão Editorial, com base em parecer emitido por membro do Conselho Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação

- O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser entregue em disquete e em duas vias impressas. O disquete deve trazer uma etiqueta identificando o(s) autor(es) e o arquivo.
- Em uma das cópias impressas, não deverá constar nem o nome do(s) autor(es), nem o da instituição à qual está(ão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s). Na outra cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.
- O trabalho deverá ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12.
- O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 25 páginas e mínima de 10 páginas (incluindo referências) digitadas com espaçamento um e meio.

Estrutura do trabalho

Deve obedecer à seguinte seqüência:

- **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página;
- **nome do autor**, por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita;
- **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o Departamento (no caso de docente), o Programa de Pós-graduação (no caso de aluno de pós) ou o curso de Graduação (no caso de graduando); o nome da Faculdade ou Instituto; o nome da Universidade (em sigla); o CEP; a cidade; o estado; o país e o endereço eletrônico do autor;
- **resumo** (com, no máximo, duzentas palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples;
- mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo sete), separadas por ponto. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Linguística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho;
- duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento;
- duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**;
- duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto;
- após as referências, opcionalmente, serão incluídas obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

Referências.

Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR6023 da ABNT.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

●Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

●Dissertações e teses:

ARAUJO, U. A. M. **Máscaras inteiriças Tukúna**: possibilidades de estudo de artefatos de museu para o conhecimento do universo indígena. 1985. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

●Artigos e periódicos:

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. **Arteunesp**, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

●Trabalho de congresso ou similar (publicado):

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

Abreviaturas.

Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Citação no texto

- O sistema de chamada utilizado é o autor-data, conforme NBR 10520 da ABNT. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980).
- Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala [...]”. Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUMFORD, 1949, p.513).

- As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (REESIDE, 1927a, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos deverão ser indicados, separados por ponto-e-vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).
- As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas apenas para indicar citação no interior de citação.
- As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4cm da margem esquerda, com letra menor (*Times New Roman*, tamanho 11) que a utilizada no texto e sem aspas.
- As intervenções nas citações diretas devem ser indicadas do seguinte modo: a) supressão: [...]; b) interpolação, acréscimo ou comentário: [].
- Para enfatizar trechos da citação, deve-se destacá-los indicando essa alteração com a expressão “grifo nosso” ou “grifo do autor”, caso o destaque já faça parte da obra consultada.
- Quando a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir a expressão “tradução nossa”.

Notas

Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices

Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Figuras

Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 cm x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações

nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo Figura.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es). Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos ao(s) autor(es), ou serão solicitadas adaptações.

Os trabalhos deverão ser enviados ao editor responsável pela *Revista do GEL*, para o endereço abaixo:

Revista do GEL

Departamento de Linguística

Faculdade de Ciências e Letras-UNESP

Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1

14800-901 – Araraquara-SP

E-mail para contato: revistadogel@fclar.unesp.br

Esta revista foi impressa em junho de 2007 pela
Gráfica e Editora O Expresso - oxpress@terra.com.br
(16) 3375-7886

Arnaldo Cortina

Maria Auxiliadora Brito-Silva

Luiz Antonio Ferreira

Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela

Mário Eduardo Viaro

Márcia Sipavicius Seide

Renata Amaral Teixeira

Maria Regina de C. Caseiro Oliveira

Roberta Pires de Oliveira

Renato Miguel Basso

Luisandro Mendes de Souza

Vicentina Ramires

Leandra Cristina de Oliveira

Luizete Guimarães Barros

Carine Haupt

Kanavillil Rajagopalan

Luciana Gimenes